

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.847

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kulmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1860
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 001ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 07/02/2008.....2

Atos da Mesa

Atos da Presidência15

Publicações Diversas

Audiência Pública.....16
Atas das Comissões
Permanentes25
Mensagens Governamentais.....
.....27
Ofícios34
Projetos de Lei.....34
Requerimento.....36

PLENÁRIO

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Edson Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Professor Grando - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda a violência no trânsito e pede a volta dos "pardais"; comunica a instalação da Sadia no município de Mafra.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Comunica que enviou um requerimento à comissão de Segurança Pública e de Transportes para discussão da segurança nas rodovias do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede a volta da fiscalização eletrônica nas rodovias.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Fala ao deputado Antônio Aguiar que poderá contar com o seu trabalho para o desenvolvimento do planalto norte.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Lamenta a morte prematura de Beto Carrero.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Lamenta a perda do querido amigo Beto Carrero.

DEPUTADO PERO BALDISSERA - Aborda o tema da Campanha da Fraternidade de 2008.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Chama a atenção para o grande número de acidentes envolvendo tráfego pesado, os caminhões e seus motoristas; parabeniza os Correios de Santa Catarina por ser considerada a melhor prestadora de serviços.

Partidos Políticos

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Registra o grande trabalho realizado pela Defesa Civil do estado de Santa Catarina, pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar, nas cheias que aconteceram na região da Grande Florianópolis; registra que os municípios que instalarem presídios poderão receber benefícios fiscais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Cesar Souza Júnior na questão da construção de presídios em Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comemora novos investimentos no estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Refere-se a projeto de sua autoria para que o trecho do Km 106 da BR-101, seja denominado Beto Carrero.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Acusa governo de terrorismo no debate sobre previdência.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Garante que direitos adquiridos dos servidores serão respeitados, no que se refere à previdência.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Volta a falar sobre a situação das rodovias em Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta a grande conferência mundial que se realizou na Indonésia, em Bali, sobre as mudanças climáticas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Chama a atenção para a questão da criminalidade em nosso estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Parabeniza o governador Luiz Henrique da Silveira na questão da segurança pública em nosso estado; elogia o trabalho da Defesa Civil de Santa Catarina no episódio das enchentes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mostra preocupação com a questão de insuficiência de capacidade energética brasileira.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica a entrevista do governador sobre os salários dos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Propõe reativação dos "pardais" em rodovias estaduais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pelo tema apresentado referente aos acidentes em nossas rodovias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do diretor-geral da secretaria Regional de Lages e do gerente de tecnologia.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agradece a todos pela presença na comemoração do seu aniversário; aborda as cheias que ocorreram em Santa Catarina, principalmente na cidade de Balneário Camboriú.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Defende os administradores públicos e diz que nenhuma drenagem fluvial resistiria às chuvas dos últimos dias.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comemora a vinda de turistas no nosso estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Parabeniza as escolas de samba de Florianópolis pelo belo Carnaval que fizeram; cumprimenta aqueles que se envolveram no Carnaval da Capital.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cobra do governo federal promessas de implantação do PAC para fins de infra-estrutura em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Parabeniza o deputado Marcos Vieira pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda tema da Campanha da Fraternidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente em exercício, Clésio Salvaro, a deputada Ana Paula Lima e os srs. deputados.

O nosso retorno à Assembléia nos deixa muito feliz, pois também neste ano de 2008 queremos exercer o nosso mandato com muito trabalho, fazendo com que a sociedade catarinense tenha respaldo através dos parlamentares, pois a nossa principal função é, sem dúvida, fiscalizar o governo e também fazer as leis.

Gostaria de me reportar hoje à sociedade catarinense com a seguinte frase: "Isto tem que acabar!" E o que tem que acabar? As mortes e a violência! E para isso temos que melhorar o nosso trânsito, pois não é possível que Santa Catarina continue sendo líder em mortes no trânsito; temos que voltar a legislar com mais rigor no sentido de coibir essa violência que faz com que as famílias percam os seus filhos, sua juventude, enfim, para que todas as pessoas envolvidas no trânsito não sofram com as amarguras que está proporcionando hoje.

Nós, desta Casa, na legislatura passada, abolimos o radar, aquele radar do tipo pardal como chamávamos, mas temos que voltar com o radar, com os nossos pardais, com mais homens nas ruas, com policiais proibindo a velocidade e fiscalizando o trânsito. Foi por isso que este ano, eu que tive o meu filho vitimado num acidente de trânsito, quero fazer uma batalha contra a violência no trânsito, que está atingindo todos os catarinenses.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Antônio Aguiar, passei o mês de janeiro estudando, lendo, pesquisando sobre essa carnificina que acontece todos os dias nas rodovias do Brasil e em Santa Catarina que hoje está em primeiro lugar no ranking.

Ontem encaminhamos à comissão de Segurança Pública e de Transportes um requerimento solicitando uma audiência pública para discutirmos a segurança das rodovias do estado de Santa Catarina, bem como as mortes nestas rodovias e o que fazer para estancar para acabar com isso.

Na terça-feira, deputado Antônio Aguiar - e tínhamos conversado no ano passado sobre o assunto - estarei apresentando um projeto que estudamos durante todo o mês de janeiro sobre a volta dos pardais, mas com critérios para que não se torne uma caça-níquel, mas, sim, que seja para salvar vidas e não simplesmente para arrecadar.

Pensei como v.exa. que perdeu o seu filho, pois tenho uma família e morro de medo de andar nas estradas, pela imprudência, e estudei, refleti bastante entre o bolso e a vida e vou ficar com a vida. Por isso, terça-feira estarei dando entrada neste projeto de lei pela vida, ao qual peço o apoio de v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, o assunto que v.exa. traz à tribuna neste primeiro pronunciamento do ano é de enorme importância para a sociedade catarinense e brasileira. E essas questões, assim como outras, devemos, assim como falou o deputado Elizeu Mattos e v.exa., debater muito sobre elas, pois são questões estruturais e culturais.

Mas quero me ater a um ponto que v.exa. até já falou: precisamos aumentar a fiscalização. Se for preciso teremos que aumentar o rigor da legislação, e, inclusive, também estou de acordo com a volta da fiscalização eletrônica nas rodovias, pois isso é fundamental. Talvez a parte necessária e mais carente neste momento não seja nem a da legislação, mas, sim a da fiscalização, assunto ao qual v.exa. se referiu.

Se tivéssemos profissionais da segurança, como da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual, a nossa PRE, da Polícia Militar, da Polícia Civil, das guardas municipais e se tivéssemos o efetivo em condições materiais para fazer esta fiscalização seria ótimo. Por exemplo, se em cada rodovia que tivesse saída de um evento festivo tivéssemos condições de parar um em cada dez veículos com certeza já diminuiríamos bastante os índices de acidentes pela contenção do alcoolismo e de situações infracionais que já estão na legislação. Basta fiscalizar!

Parabéns a v.exa! Não quero tomar mais o seu tempo, vamos ter o ano inteiro e os próximos para debatermos este assunto. Quero ser fiel e solidário, aliado a esse debate que está sendo travado pela sociedade que v.exa. muito bem traz à tribuna nesta manhã de hoje.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

Gostaria também de me reportar ao planalto norte, pois como representante dessa região, estamos fazendo uma gestão importante com relação à vinda, à instalação da Sadia no município de Mafra. Estamos fazendo um pedido para que o órgão gestor da Sadia, principalmente seu presidente, olhe para o município de Mafra, para o nosso prefeito Jango, para que a Sadia se instale no planalto norte, uma vez que a nossa região tem, sim, condições de receber uma empresa do porte da Sadia, que é uma empresa que atua em nível nacional. Nós temos certeza de que Mafra dispõe de infra-estrutura, dispõe do perfil do agricultor para instalar a sua agroindústria nessa cidade.

Estamos aqui defendendo a cidade de Mafra e solicitando ao presidente da Sadia que faça a sua opção por esse município do planalto norte que, no momento, ostenta as melhores condições para receber investimentos de tamanho porte.

A agroindústria é, sem dúvida alguma, um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento e para o crescimento do planalto norte. E a Aurora está-se instalando em Canoinhas, fazendo com que o crescimento do planalto norte seja muito importante na agroindústria.

Agradecemos a essa empresa, através de seu presidente Mário Lanznaster, por ter ali se instalado, sendo que no dia 1º de março darão início à terraplanagem para uma indústria que irá produzir 3.000 empregos, fazendo com que a nossa região se torne auto-sustentável com desenvolvimento e crescimento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. deputado, quero apenas corroborar com tudo aquilo que está falando e cerrar fileiras com os anseios do planalto norte.

Quero dizer a v.exa. e às pessoas do planalto norte que estamos também dispostos a trabalhar juntos no sentido de desenvolvermos aquela região. Evidentemente que em tudo que for necessário para que possamos desenvolver aquela região estaremos juntos com o nobre deputado e com as pessoas do planalto norte.

Então, eu queria somente corroborar com as suas palavras e com todas as suas idéias.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado.

Gostaríamos de encerrar nossas palavras transmitindo ao povo catarinense, no início dos nossos trabalhos, esta mensagem sobre o trânsito: "Isso tem que acabar!"

Então, convoco os deputados e agradeço à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que já tomou a iniciativa de fazer audiência pública sobre...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, utilize este espaço para falar objetivamente sobre dois assuntos. O primeiro diz respeito a uma festa do nosso país, o Carnaval brasileiro, que também é muito forte em Santa Catarina.

Acompanhamos pela imprensa, tivemos a oportunidade de participar do Carnaval, deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, que está sendo resgatado no município de Joinville e também em São Francisco do Sul.

O Carnaval, que é uma festa brasileira, foi trazido para o Brasil no século XVII pelos portugueses e pelos afros e tem-se constituído num fato significativo, com viés econômico.

Estava lendo um artigo, deputados Sargento Amauri Soares e Nilson Gonçalves, de Luiz Carlos Prestes Filho, sobre a importância da cadeia econômica do Carnaval. O Carnaval proporciona 400 mil oportunidades de trabalho, sendo 200 mil efetivas, sendo injetados em nossa economia R\$ 700 milhões, ou seja, quase R\$ 1 bilhão. Então, a indústria do Carnaval mobiliza o segmento do turismo, do audiovisual, da indústria fonográfica, da indústria de bebidas, do entretenimento, da propriedade intelectual, do direito de personalidade e outras.

Portanto, através do Carnaval é que é constituído um importante viés econômico e, sobretudo, cultural. Os temas resgatam a nossa cultura, a nossa história e temas pertinentes como a imigração japonesa, o meio ambiente e tantos outros. Dessa maneira, entendemos que o Carnaval passa para o mundo alegria e, mais do que isso, senso de organização e de irreverência do povo brasileiro.

Também, sr. presidente, não poderia deixar de fazer o meu pronunciamento a respeito de um fato lamentável que entristeceu não só Santa Catarina, como todo o Brasil, deputado Nilson Gonçalves, que foi a morte prematura de Beto Carrero. Aos seus 70 anos, Santa Catarina, o Brasil e sobretudo o mundo artístico e empresarial perdem um dos seus grandes nomes.

Beto Carrero, como todos acompanharam pela imprensa, esteve nesta Casa tratando de um assunto que dizia respeito à indústria de entretenimento. Beto Carrero foi um homem humilde, simples, nasceu no interior paulista, mas que conseguiu com muita garra, com muita determinação, com muita persistência e ousadia realizar o seu sonho implantando, deputado José Natal, o maior parque temático da América Latina.

Beto Carrero divulgou Santa Catarina para o Brasil e para o mundo. Beto Carrero gerou postos de trabalho em nosso estado. Beto Carrero aqueceu significativamente a nossa economia, deu uma impulsão toda especial no mundo do entretenimento, deputado Nilson Gonçalves, da cultura, em termos sociais. Beto Carrero escolheu o nosso estado para fazer, para realizar o seu empreendimento.

Portanto, todos nós estamos entristecidos e queremos agradecer todo o trabalho que foi feito pelo nosso estado e acreditar que o legado de Beto Carrero deverá ser continuado, o parque deverá cumprir com o seu plano diretor e continuar sendo ampliado para o bem de Santa Catarina e do Brasil.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Com muita honra ouço o deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Darcy de Matos, estava comentando com minha esposa, alguns dias atrás, como a vida da gente não vale exatamente nada! Não sabemos o que vai acontecer à tarde, nos minutos seguintes de nossa vida.

O Beto Carrero passou em Balneário Camboriú quando estava de férias. Acho que foram alguns dias antes da sua morte. Encontrava-me na areia e ele passou com toda a sua comitiva, a cavalo, aquela coisa toda, na maior alegria. Dei a mão a ele e o cumprimentei, porque somos amigos há um bom tempo. Mas agora, para minha surpresa, fiquei sabendo da sua morte.

Eu tinha combinado com Beto Carrero, pois tenho um programa de televisão lá em Joinville, como v.exa. sabe - várias vezes ele foi ao meu programa, até pela amizade que temos, divulgar também o seu trabalho, etc., e sempre brincamos muito no programa -, que este ano, quando voltasse das férias, ao reassumir as minhas atividades na comunicação, tanto na TV como no rádio, a partir de segunda-feira, que durante este mês de fevereiro eu faria um dos meus programas lá no seu parque temático.

Tínhamos combinado isso, estava tudo certo e de repente ficamos sem o Beto! De repente ficamos sem essa figura emblemática, sem essa figura importantíssima para o entretenimento neste nosso país. Isso serve como reflexão para todos nós. Quantas pessoas guardam fortunas, querendo arrecadar o máximo possível de dinheiro, comprar propriedades, fazer-se um grande proprietário! Para quê? Vão levar isso para onde? Quando morrerem, vão levar tudo isso para o túmulo, vão enterrar toda a sua mala de dinheiro, todas as suas propriedades?

O que é que a vida tem de mais valor? Nós devemos fazer uma reflexão sobre isso, ou seja, sobre o orgulho, o desespero pelo poder, etc. Aonde é que nós queremos chegar?

Estou aqui falando com v.exa., deputado, que é meu particular amigo, pois fora daqui somos grandes amigos. Chegamos com uma mãozinha atrás e outra na frente, lá em Joinville, há alguns anos, não é mesmo? E o que nós vamos levar daqui, o que nós vamos levar deste mundo senão o grande tesouro que nós temos que são a nossa dignidade e os nossos amigos? Os nossos amigos são a grande propriedade que nós temos, a grande fortuna que nós temos. Então, a troco de que devemos acumular riquezas?

É muito bom refletirmos sobre esse assunto porque não sabemos até quando temos a nossa vida aqui. Só Deus sabe até quando. E é muito importante v.exa. ter tocado nesse assunto, porque vale a pena refletirmos e também deixarmos gravado nos anais desta Casa o nosso sentimento em relação à perda do querido amigo Beto Carrero.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves!

Eu encerro também fazendo alusão ao pronunciamento do deputado Antônio Aguiar. Gostaria de me juntar a essa cruzada que ele está fazendo no sentido de gestionar a vinda da Sadia para o município de Mafra, no planalto, porque é muito importante para o desenvolvimento daquela região. E temos que fazer justiça também a esse deputado, pois foi um dos principais atores que articularam, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, a vinda da empresa Aurora para o município de Canoinhas.

Portanto, com a permissão do deputado Antônio Aguiar, gostaria de me juntar a esse trabalho que ele está realizando no planalto, no sentido de trazer indústrias para gerar empregos e aquecer a economia daquela região.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, na manhã de hoje gostaria de fazer uma rápida e objetiva reflexão sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2008, proposta em nível de país pela CNBB e por outras igrejas que também fazem o trabalho temático a cada ano, ressaltando um tema que norteia a vida da nossa sociedade. E neste ano a igreja do Brasil traz o tema à nossa sociedade: Fraternidade e Defesa da Vida. E junto a ele o lema que impulsiona, que dá vida ao tema da campanha, é o seguinte: "Escolhe, pois, a vida."

Isso foi profundamente inspirado no livro do Deuteronômio, um dos cinco livros chamados do Pentateuco da Bíblia do Antigo Testamento. É exatamente à luz do capítulo 31, versículo 19b, que se inspira esse debate e essa reflexão importante na sociedade em que nós vivemos.

Sinto-me muito à vontade em dizer isso porque em toda minha trajetória política, desde o momento em que aceitei o desafio de concorrer às eleições municipais em Guaraciaba, em 1996, tenho colocado esse lema como o centro de todo o nosso trabalho em defesa da vida compreendida dentro desse contexto das diferentes relações humanas, sociais e que no dia-a-dia convivemos, vivemos, fazemos experiências, agimos, construímos. Enfim, é dentro dessa perspectiva que tenho pautado todo o meu trabalho dentro da vida pública, da vida política desses anos em que tenho assumido esse compromisso. Ou seja, como prefeito ou neste momento como deputado desejo compreender a vida dentro dessas diferentes relações.

Nesse sentido é que hoje, num tempo em que o egoísmo destrói a vida, é muito oportuno e importante falarmos de fraternidade e defesa da vida. É oportuno e essencialmente importante porque nós presenciemos, no dia-a-dia na caminhada da nossa vida, dezenas e mais dezenas de ameaças e agressões à vida. São constantes as agressões à vida.

Até pouco tempo o deputado Antônio Aguiar citava a questão que hoje está presente, ou seja, a violência no trânsito, que é, sem dúvida alguma, algo que não deve apenas nos preocupar, mas que exige, de nossa parte, uma atitude, uma ação para dar talvez não um basta, mas amenizar essa situação drástica e destruidora da vida que acontece nesses trajetos afora. E sem perceber também agredimos e ameaçamos a nossa vida e a vida de todas as pessoas nas relações em que vamos estabelecendo e construindo quando não respeitamos, por exemplo, o meio ambiente; quando escolhemos um estilo de vida que se pauta somente pelo consumo, pela ganância que acaba com os recursos naturais; quando deixamos de lado o diálogo para escolher o caminho da agressividade e da ofensa. Nós estamos num processo de degradação e de destruição da vida.

Por isso o capítulo 31, versículo 19, do livro do Deuteronômio, sem dúvida nenhuma, realça e nos faz levar a escolha pela vida. Escolher a vida e um futuro esperançoso para si e seus descendentes permanecendo fiel aos mandamentos de Deus. Ou nós escolhemos a vida e proporcionamos, construímos a vida ou escolhemos a morte! A morte, andando pelos caminhos da idolatria e serviço a deuses fabricados para a própria conveniência, de acordo com aquilo que eu mais quero ou da minha conveniência.

Então é preciso fazer uma opção, optamos pela vida ou pela morte e para nós, seres humanos, independente do credo religioso, a vida tem que ocupar o centro da caminhada e da história em qualquer momento da nossa trajetória.

Nesse sentido, claro que a CNBB levanta algumas questões que poderiam se fazer presentes nos debates, nas reflexões. Quais seriam as espécies, hoje, ameaçadas de extinção? Porque para falar em vida, ou defender a vida, nós temos que levantar este questionamento: quais seriam as espécies ameaçadas de extinção na sociedade em que nós estamos vivendo? Outra questão que os veículos de comunicação, em vários momentos, têm colocado é a questão da terra, do planeta, o que está aquecendo. Isso prolonga a vida? Faz acontecer ou destrói a vida na sociedade em que nós estamos inseridos? Cada ser humano tem culpa igual nesse contexto? A culpa é igual de cada um dos seres humanos que fazem parte deste planeta? Quem é mesmo que agride muito a natureza e causa o aumento da pobreza da sociedade em que vivemos?

Esse contexto todo e muitas outras questões devem também se fazer presentes nessa caminhada, na vida do nosso Parlamento. Portanto, é um tema importante colocado ao alcance para debatermos e tomarmos consciência da importância da vida na sociedade da qual fazemos parte.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o eminente deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O nosso bom-dia aos colegas deputados e ao presidente da mesa. Quero cumprimentar a todos. Com o reinício das atividades da Assembléia Legislativa no dia de ontem, quando democraticamente o governador esteve presente demonstrando o seu papel político, cabe a nós da Oposição, no decorrer deste ano, aqui fazer o bom debate, o debate disciplinado e construtivo, discutindo as divergências políticas, mas cada um fazendo civilizadamente a defesa das suas teses, tendo em vista que este ano será um ano eleitoral. O Parlamento catarinense tem mostrado a sua respeitabilidade, e como um parlamentar de oposição este ano aqui vamos cumprir com o nosso papel.

Quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar pela intervenção que fez na questão dos acidentes, e Santa Catarina há de demonstrar a sua sapiência, mostrando que é possível reduzir esta tragédia.

A legislação que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos trechos das rodovias é uma das medidas, porque ficou comprovado que grande parte dos acidentes aconteceram em decorrência do uso de bebidas alcoólicas por motoristas em outros locais. Esse continua sendo um grande eixo que tem que ser debatido no processo educacional de quem trafega nas nossas rodovias, para que haja uma reflexão sobre a responsabilidade que temos. Ao mesmo tempo observa-se que em grande parte dos acidentes estava envolvido o tráfego pesado, os caminhões e seus motoristas.

No jornal *Diário Catarinense* há uma matéria que diz:

(Passa a ler.)

"Setor de cargas pode paralisar

Em protesto contra a rigidez das medidas do governo para coibir acidentes nas estradas, o setor de transportes de cargas da Região Sul conversa com outras regiões do país e já estuda paralisação." [sic]

Uma das questões que está sendo levantada é a instituição de 44 horas semanais de trabalho, dizendo que será impossível transportar no país, especialmente cargas vivas e perecíveis. Temos que ter claro que 44 horas de trabalho é a carga horária normal do trabalhador de uma empresa. Acho que pode haver muita rigidez, sim, talvez se possa ter aqui a elasticidade das horas extras, como existe nas empresas.

Agora, o que não dá mais é ver caminhoneiros trabalhando à base do chamado "rebit", quando se toma comprimidos e remédios. Eu presenciei, no final de semana, um cidadão que havia dormido, em dois dias, apenas cinco horas. Estava viajando direto e dizia que havia tomado vários comprimidos. Isso mostra que essa é também uma causa de acidentes e mortes neste país.

Cabe à Federação dos Transportes, antes de fazer um protesto desses, chamar a Associação Nacional de Medicina do Tráfego e ver porque é que morrem tantos caminhoneiros neste país, e porque é que o nível de saúde deles é inferior com relação a pressão alta, derrames e mortes precoces, devido o excesso de trabalho imposto àqueles profissionais. Quando transporta carga viva, o prioritário é a carga, ou o animal que está dentro do caminhão, e não a carga viva que está na estrada dirigindo, levando os seus filhos e morrendo nas estradas.

Então, não é esse o debate que tem de ser feito pela Associação de Transportes, como está aqui, porque 44 horas é a hora normal de um trabalhador. Ele pode, sim, ter hora extra, mas o que tem que ser debatido é a melhor qualidade e condição de trabalho para os caminhoneiros, para que não durmam apenas três horas por dia, e saiam matando gente e morrendo. Essa também, com certeza, é uma das grandes causas de óbitos nas estradas deste país e do nosso estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, após essa intervenção, quero parabenizar os Correios, na pessoa do seu diretor regional dos Correios, sr. Luiz Felipe Dias, porque foram considerados, através de uma pesquisa, os melhores do Brasil em prestação de serviços. Em itens como confiança nos Correios, imagem, eficiência dos Correios, satisfação geral e indicador de imagem institucional, Santa Catarina foi considerado como o melhor serviço prestado no Brasil.

Quero parabenizar a regional dos Correios de Rio do Sul, porque no estado de Santa Catarina foi considerada a melhor, e amanhã, às 15h, estará sendo feito um ato na Regional de Rio do Sul, onde estaremos presente parabenizando aqueles profissionais pela eficiência dessa instituição, que juntamente com o Banco do Brasil foi criada por Dom João VI há quase 200 anos, e desde lá vem mostrando porque é tão eficiente, sem precisar ter sido privatizada, porque é pública e tem resolução e Santa Catarina deu esse exemplo.

Por isso quero dar nota 13 aos Correios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Srs. deputados e sras. deputadas, desejo cumprimentar todos os parlamentares e o presidente Julio Garcia pelo reinício das atividades.

Temos certeza de que mesmo num ano eleitoral, este Parlamento não se furtará de cumprir o seu designio, que é representar a sociedade, fiscalizar o Executivo e analisar os projetos de lei de impacto na vida dos catarinenses, como foi cumprido no ano passado e este ano não será diferente.

Srs. deputados, gostaria inicialmente aqui, de registrar o grande trabalho realizado pela Defesa Civil do estado de Santa Catarina, pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar, nas cheias que aconteceram na região da Grande Florianópolis, também em outras regiões do estado, mais especialmente na Grande Florianópolis, cheias que completam uma semana.

Houve uma grave comção social em grandes municípios, principalmente nas regiões de Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, e a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar apresentaram um grande trabalho, salvando famílias que ficaram ilhadas e no apoio aos desabrigados.

Então, gostaria realmente de fazer este registro, porque esses órgãos catarinenses, com seus homens e mulheres valorosos trabalharam muito bem, inclusive salvando vidas. Agora começa o momento de reconstruir a vida dos flagelados, e o apoio da população tem sido substancial. Algumas pessoas que nada tinham ficaram com menos que nada. E nesse momento, além do apoio governamental pesa, e pesa muito também, o apoio do semelhante, do catarinense que tem solidariedade para contribuir com aquele que perdeu muito nas graves cheias.

Ficou também muito perceptível, muito clara, a deficiência nos sistemas de drenagem em muitas regiões da Grande Florianópolis. Houve casos de rios não dragados, casos de obras que não foram realizadas e isso ocasionou enchentes em muitas casas. E agora o que se aguarda é que definitivamente sejam expedidos pelo governo federal, com o trabalho das prefeituras, os dados da situação de emergência para que as pessoas possam sacar o limite de até R\$ 2.600,00 do FGTS - para quem tem lá depositado até esse valor ou mais -, para que isso possa servir para minorar a situação dos flagelados.

Fica aqui esse registro. Passamos por momentos difíceis, obras urgentes precisam ser realizadas, a manutenção dos córregos tem que ser mais bem feita, mas nesses momentos sempre fica o exemplo de luta, o exemplo de apoio dos semelhantes e também das instituições organizadas em nosso estado.

Quero também aqui destacar uma situação que está ocorrendo, e hoje inclusive é matéria do jornal *Diário Catarinense*, que é a questão dos municípios que não querem abrigar presídios. Isso realmente está gerando uma grave polêmica, vejo o secretário da Segurança ressentido, porque nenhum município quer abrigar unidades prisionais. Os municípios reagem até com certa razão, porque hoje o estado não dá àqueles municípios que vão receber unidade prisional nenhum tipo de incentivo, não há nenhum benefício fiscal a ser concedido, e nenhuma contrapartida é dada àquele município que tem o ônus de abrigar uma unidade prisional.

O déficit em Santa Catarina gira em torno de 12 mil vagas, várias outras unidades prisionais terão que ser construídas, e é urgente que o estado estabeleça - estou estudando projeto de lei neste sentido - incentivos fiscais para que os municípios possam aí justificar a instalação desse equipamento de segurança que é muito importante para a sociedade como um todo, mas que representa, sem dúvida, um grande problema nas comunidades onde são instaladas essas unidades prisionais.

Cito como exemplo o município de São Pedro de Alcântara, que hoje conta com uma unidade prisional para cerca de mil detentos, quando a população daquele município é cerca de 2.600 pessoas. Imaginem o impacto que esses detentos já causam dentro do município, um município pequeno, com tecido social muito frágil e que tem hoje a sua estatística de IDH contaminada por aqueles mil detentos que são, para o IBGE, para o estado, para os dados de saúde, considerados cidadãos do município de São Pedro de Alcântara.

O município já experimentou uma grande queda no seu IDH, porque os casos de Aids, de homicídios que foram 11, já ultrapassam o registrado em toda a sua existência. Então, outra coisa que se tem que pensar é separar os dados das unidades prisionais em relação à saúde e em relação ao IDH, dos dados municipais. Estatisticamente isso conta muito na atração de novos empreendimentos, inclusive na imagem pública do município, em função dos dados de municípios pequenos serem absorvidos pelos dados das unidades prisionais.

Precisa ser urgente essa separação dos dados para que o município não enfrente queda no seu IDH, que não reflete a situação social, e também incentivos fiscais tributários, para que o prefeito possa dizer: para cá virá uma unidade prisional. Ninguém quer isso perto da sua casa, o estado precisa instalar, mas quem vive aqui terá benefícios concretos.

Outra questão que preocupa muito em relação ao caso de São Pedro de Alcântara é o próprio nome da cidade. São Pedro de Alcântara é um município ordeiro, de gente trabalhadora, humilde, e hoje esta sendo conhecida apenas como a terra da penitenciária. Isso também é algo que vem causando preocupação e tem que se verificar a questão da nomenclatura.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Concedo um aparte ao nobre deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Não quero atrapalhar o seu raciocínio, apenas corroborar com as suas palavras, até porque nós somos muito ligados a essa questão de segurança em função da nossa atividade profissional. E além de tudo isso que v.exa. está falando, a nossa preocupação é a questão da construção de presídios em Santa Catarina.

Nós precisamos retomar isso com bastante intensidade neste ano, porque não adianta ficarmos na retórica do Poder Executivo de que vai construir, de que está fazendo, e efetivamente não se ter alguma coisa de real para que possamos resolver esse problema de verdadeiros depósitos prisionais que temos em Santa Catarina. V.Exa. acabou de falar em São Pedro de Alcântara, que ainda é uma das melhores que temos no estado.

Nós temos delegacias de polícia superlotadas em Santa Catarina, já passamos vergonha em nível de Brasil, como aconteceu aqui na Grande Florianópolis naquele episódio de presos acorrentados...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Manoel Mota, apenas complementando aquilo que eu estava comentando, gostaria de dizer que um dos maiores problemas que temos em Santa Catarina é a questão da superlotação dos nossos presídios. Vejo isso em Joinville e em todos os lugares. V.Exa., que defende o governo tanto quanto eu, que defende a luta deste governo para melhorar a qualidade de vida dos catarinenses, sabe que precisamos pegar firme nesse propósito de, este ano, fazer alguma coisa na questão dos presídios. Mas é preciso criar não um depósito de presos, mas presídios agrícolas, presídios industriais para que possamos dar a essa população prisional a condição de cumprir as suas penas não depositados em uma jaula, mas trabalhando, produzindo efetivamente alguma coisa para que possam sair de lá pelo menos em condições de almejar alguma coisa melhor aqui fora.

Eu não sei aonde vamos parar, deputado Manoel Mota, porque o que vemos nos presídios e nas delegacias de Santa Catarina é um verdadeiro caos! Não podemos continuar com isso, temos que pegar firme nesse quesito este ano e espero contar com v.exa. Tenho certeza absoluta de que o governador também será sensível a essa causa, porque senão vamos parar aonde? Não adianta prender pela manhã e ter que soltar à tarde por não ter onde colocar o preso. E se formos prender todos que têm mandado de prisão, eu não sei o que seria dessa nossa Santa Catarina e onde iriam colocar essa gente toda que está com mandado de prisão aí fora! Precisamos levar a sério neste ano a questão dos presídios!

Mais uma vez muito obrigado por me permitir o aparte!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. tem toda razão e o tema é realmente importante.

Quero cumprimentar a nossa presidente, deputada Ana Paula Lima, as sras. deputadas, os srs. deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital e os visitantes.

Hoje recomeçam os trabalhos do ano 2008. Este Parlamento cumpriu a sua missão com muita responsabilidade em 2007, e este ano esperamos alcançar o mesmo objetivo, realizando um trabalho sério, que orgulhe o povo catarinense. Acho que essa é a nossa obrigação, pois fomos eleitos para trabalhar e buscar resultados para a população. É isso que ela espera de nós!

Estamos abrindo o horário do partido no dia de hoje. Eu tinha um compromisso muito importante em Araranguá, com a entrega de viaturas em cinco municípios da minha região, mas não fui para lá porque hoje é o primeiro dia de sessão. Ontem foi realizada a sessão solene de abertura dos trabalhos de 2008, e sentimos a necessidade de estar aqui hoje porque essa é a nossa obrigação. Portanto, não fomos a Araranguá e ficamos aqui para cumprir a nossa missão!

Quero dizer que Santa Catarina vive um dos melhores momentos da sua história. Eu, como parlamentar no meu quinto mandato, sinto-me orgulhoso com a situação que estamos vivendo. O nosso estado está recebendo alguns investimentos. Alguns são do próprio estado, gerando emprego e renda, outros são do país, que está investindo em Santa Catarina, e outros estão chegando do exterior para investir fortemente em Santa Catarina. Por isso temos razões de sobra para estarmos orgulhosos de o nosso estado viver esse momento.

Santa Catarina está recebendo investimentos do Grupo Votorantin. Quem não conhece o Grupo Votorantin? Trata-se de um investimento extraordinário, importante e fundamental para a nossa região. Vão fabricar cimento para a manutenção de, praticamente, todo o nosso estado e de alguns outros estados do sul do país.

Estamos recebendo um investimento forte em Itajaí. São mais de US\$ 300 milhões investidos em Itajaí. Quer dizer, Santa Catarina está vivendo esse grande momento.

Uma empresa instalou-se em Canoinhas e fez um investimento extraordinário na região. Quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar que teve competência e contribuiu para que isso acontecesse lá. Parabéns, deputado!

Também foi instalada uma empresa em Curitiba. Quer dizer, estamos vivendo esse grande momento de geração de emprego e desenvolvimento, trazendo perspectivas de um futuro brilhante ao nosso estado.

A empresa que se está instalando no oeste de Santa Catarina trará investimentos extraordinários e importantes.

E agora, felizmente, chegou a vez do sul. Vamos ter também um investimento extraordinário de uma empresa que se vai instalar no sul de Santa Catarina. Trata-se da empresa Dal Ponte que fabrica, na área de esportes, tudo aquilo que se imaginar, tudo aquilo que se pensar, tudo aquilo que o esporte precisa.

E por que estamos vivendo esse momento? Porque o estado está competitivo. O Prodec está atraindo empresas do Brasil e do exterior para investir aqui em Santa Catarina. Isso é fruto do quê? De um trabalho extraordinário do governo de Luiz Henrique, que está vendendo a imagem do nosso estado, mostrando o que ele representa e atraindo essas empresas com esses investimentos.

Então, vivemos esse grande momento no estado de Santa Catarina, e isso precisa ser reconhecido. Nunca, na sua história, nosso estado teve tantos investimentos de empresas que se estão instalando. E agora também teremos duas montadoras: uma coreana e outra japonesa. Elas estão estudando se ficarão no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, mas há uma tendência para que seja em nosso estado. Espero também que seja no sul do estado ou na região serrana, que precisam de investimentos por serem regiões ainda mais pobres de Santa Catarina.

Mas é preciso que saibamos disso para sentir orgulho. Por que o estado vive esse momento? Porque tem uma administração excelente de um homem público como Luiz Henrique da Silveira, que está fazendo com que isso aconteça. Temos um estado competitivo, e o governo leva essa mensagem ao exterior, às empresas que estão vindo para Santa Catarina.

Então é um momento importante e fundamental que precisamos registrar neste início de retomada dos trabalhos do Parlamento catarinense. Vimos aqui com essa esperança e perspectiva de dias melhores para a nossa sociedade, porque gerar emprego e renda é saber que, corretamente, estamos melhorando a qualidade de vida da nossa sociedade, porque ninguém será feliz e irá se sentir completo se sentar em uma mesa e não tiver com o que alimentar os seus filhos e dar-lhes a tranquilidade devida.

Estamos acompanhando esses momentos importantes e fundamentais para Santa Catarina, com investimentos que geram emprego, renda, desenvolvimento e qualidade de vida para a nossa sociedade.

Então é preciso reconhecer que vivemos num estado que dá passos importantes porque tem um homem público que administra para a sociedade, que sabe levar para todos os recantos do país e do mundo a mensagem sobre a importância do estado para que venham para cá esses investimentos. Por isso que estamos vivenciando esses momentos fundamentais!

Eu não poderia deixar de trazer essas notícias boas, essas perspectivas, esses investimentos reais em Santa Catarina, que geram emprego, renda e desenvolvimento. Mas agora gostaria de falar um pouquinho também da preocupação que estamos vivendo. Santa Catarina e o Brasil viveram novamente uma matança nas BRs. É um momento difícil que estamos vivendo nessa área.

Saiu aquela medida provisória sobre a questão das bebidas, houve muitos manifestos trancando estradas, queimando pneus, porque há pessoas que investiram na compra de bebidas. Essa é uma questão muito complicada porque a pessoa pode sair da BR-101, comprar a bebida em qualquer lugar e depois dirigir pela BR-101 e por tantas estradas deste país. Portanto, precisamos de medidas que não sejam apenas paliativas, mas que sejam reais e tragam uma perspectiva de momentos melhores, de tranquilidade e de segurança para toda a sociedade.

Nós, no sul, ainda estamos vivendo esse problema difícil da duplicação. Até que a obra fique pronta, a estrada torna-se mais perigosa do que quando estava na sua normalidade. E não adianta: mesmo com chuva o trânsito não diminui, e aí acontecem os acidentes e as mortes.

Além de todos esses problemas, nós também sofremos uma grande perda em Santa Catarina. Penso que a morte de Beto Carrero foi irreparável e muito chocante para nós, porque, hoje, o maior ponto turístico do Brasil fica onde? No parque Beto Carrero World! Não existe outro local maior. A morte de Beto Carrero foi um choque não só para nós, mas para o Brasil inteiro!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou conceder um aparte à eminente deputada Ada De Luca, que eu sei que já protocolou ontem um projeto.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Sr. deputado Manoel Mota, muito obrigada pela oportunidade do aparte.

Gostaria de dizer que estive lá na chegada do corpo de Beto Carrero, porque fui amiga pessoal dele, e acompanhei todo o cortejo, que demorou quase duas horas e meia. Deputado, eram senhoras, jovens, crianças, idosos, motoqueiros, pessoas de bicicletas, enfim, o povo foi à rua e acompanhou aquele trajeto todo de Penha até o parque Beto Carrero World. Era difícil olhar para uma pessoa que não estivesse chorando, e nós todos dentro do carro também revivemos, rememoramos aquela figura maravilhosa que foi o Beto.

E o trecho do Km 106 da BR-101 até o parque Beto Carrero World, no município de Penha, iria denominar-se rodovia João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero. Realmente, na tarde de ontem, dei entrada a uma matéria para a rodovia ser denominada não João Batista Sérgio Murad, e sim Beto Carrero. Eu retifiquei o projeto porque só os íntimos sabem o verdadeiro nome dele. Para a criançada toda ele é o Beto Carrero!

Foi um grande perda para Santa Catarina, porque a desenvoltura, o dinamismo, a garra e a vontade que o Beto possuía era muito grande. E para se conseguir tudo o que se quer na vida, tem que ter vontade, garra e acreditar em si. E ele acreditava!

Muitas vezes, quando morava em Brasília, ouvia do Beto os seus planos e dizia: "Beto, tu és louco, isso não vai dar certo"! Ele sempre afirmava: "Vai! Vai!" E dali a um ou dois anos, o negócio estava estourando. Ele sempre acreditou naquilo! E o mais importante: começou do zero, do nada, porque aquela história eu conheço!

Então, foi uma grande perda para o catarinense porque esse homem investiu em nosso estado. O Beto investiu aqui e não foi investir lá em São Paulo!

Parabéns pelo seu discurso, deputado Manoel Mota, e muito obrigada pelo aparte porque estava até chocada de, neste primeiro dia, na abertura, não ter tido um espaçozinho para falar da minha gratidão ao Beto Carrero. E sei que esse sentimento também é da parte de todos os companheiros deste Parlamento.

Obrigada, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado a v.exa., deputada Ada De Luca, que também marca este momento.

Queremos agradecer a todos nesse início dos trabalhos que realmente vão exigir muito de nós em defesa do povo catarinense.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o eminente deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, nossa companheira de partido, srs. deputados e sras. deputadas, é com grande satisfação que retomamos na prática, na data de hoje, os trabalhos nesta Assembléia Legislativa. E de início queremos fazer a nossa saudação a todos.

Primeiro, quero dizer que no recesso houve um tempo interessante em Santa Catarina, vivendo-se uma série de coisas boas e ruins. Do ponto de vista pessoal, também foi a mesma coisa. No último dia 23, tive a infelicidade de perder a minha mãe, a dona Antônia, e como recebi muitos gestos de solidariedade dos companheiros e de toda a sociedade, eu quero agradecer. Foi uma grande perda, sofreu bastante, mas também senti um orgulho muito grande do exemplo de vida que tive.

Quero dizer que a Assembléia recomeça os trabalhos e o governo do estado, durante o período de recesso, ficou anunciando sistematicamente a idéia do Fundo Previdenciário que, conforme a fala do governador, ontem, será o grande tema desse primeiro momento desse primeiro semestre aqui na Assembléia Legislativa.

Do modo como o governo divulga - e essa é a estratégia de divulgação dele -, o plano é necessário, ele é obrigado a fazer, já está aprovado e não tem o que discutir. Já está tudo resolvido e é uma demanda de muito tempo, o que não deixa de ser verdade. Tudo isso é verdade, o plano é uma demanda de muito tempo! E é uma vergonha um estado como o de Santa Catarina, com as condições privilegiadas que tem, ainda não ter resolvido esta questão previdenciária.

Como gestor público também entendo a necessidade de haver uma solução! É verdade que a lei federal exige uma solução para esta questão, mas é verdade também que o governo já fez um trabalho de costurar os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, mas não se preocupou em arredondar com os trabalhadores, em fazer uma discussão franca, aberta e legítima com os trabalhadores, que são, na verdade, também os mais interessados nesta questão, além de uma discussão aberta e franca com a sociedade catarinense.

Então, é importante abrir esse debate, mas sem esse terrorismo de que é obrigado, de que tem que ser assim, que não pode ser diferente. É importante que se faça esse debate sobre a solução da questão previdenciária do estado, mas que nele não se aproveite para tirar direitos e conquistas dos trabalhadores, que não seja um instrumento para achatar os salários para não permitir conquistas e direitos, que não seja usado para quebrar a paridade entre ativos e inativos, que não seja usado para não garantir a aposentadoria integral para os trabalhadores, o que é uma conquista histórica, que não seja usado, enfim, com essas desculpas, e acabar massacrando os trabalhadores em troca de querer salvar as finanças do estado. Então, espero que esse debate seja saudável, coerente, aberto e legítimo, no qual toda a sociedade possa participar.

Fiquei um pouco assustado ontem com o governador, quando disse que quem não votar a favor estará contra Santa Catarina, que o aposentado que hoje depende da saúde financeira do estado passará a ter a garantia de uma aposentadoria segura e que está sendo pressionado pelo Palácio do Planalto! O que é isso? Existe lei que determina como resolver a questão previdenciária! Isso é aprovado no Congresso Nacional! E ele fica jogando o governo federal contra a população, contra o estado?! Então, acho que não é desta forma que se conduz um debate tão sério, tão interessante e tão necessário para o estado de Santa Catarina!

Srs. deputados, o meu apelo é no sentido de que possamos imediatamente criar uma agenda para debater o assunto previdenciário, que façamos audiências públicas, não só aqui na Assembléia, mas nas regionais, já que nós temos o governo da descentralização, então vamos usar as regionais para fazer debates pelo estado de Santa Catarina para mostrar realmente como é o problema, qual a solução apontada e como isso pode ser melhorado.

Nós fizemos o Instituto da Previdência, em Criciúma, no nosso governo e para isso não foi preciso acabar com a paridade entre ativos e inativos, não foi preciso achatar a aposentadoria, mas garantimos o direito da aposentadoria integral com um bom instituto de previdência, bem pensado, bem concebido e que pudesse atender todos os interesses.

Então, essa é a nossa expectativa. Estamos querendo colaborar nesse debate para que a Previdência reflita os interesses do estado de Santa Catarina, não só deste governo, mas do estado de Santa Catarina, da sua população, dos servidores que lutam para prestar um bom serviço para o estado, enfim, para toda a comunidade.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Agradeço a oportunidade, nobre deputado, e quero manifestar-me para que essa matéria possa ser recepcionada aqui no Parlamento com toda tranqüilidade, até porque vamos ter tempo suficiente para deliberar com transparência e não há intenção e nem vontade que o servidor ativo ou o inativo seja onerado. Nós temos a figura do direito adquirido, não podemos passar por cima de garantias jurídicas e constitucionais que os servidores têm. O que nós estamos fazendo, sr. deputado, é uma prevenção para que no futuro possamos dar as garantias que os servidores têm e devem gozar, porque são importantes e fundamentais, já que fazem a ligação entre a sociedade e o estado dos serviços que o estado deve prestar.

Fico feliz que v. exa. tenha tocado neste assunto, mostrando a sua preocupação. E juntos vamos fazer com que esse projeto possa ser aperfeiçoado, melhorado e aprovado da melhor forma e da melhor maneira possível.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Falo isso com a preocupação de um prefeito que fez um instituto de Previdência, que tem essa experiência, que entende que é possível conciliar todos os interesses e que não é preciso avançar sobre os direitos conquistados dos trabalhadores, com tanta luta e com tanta história.

Muito Obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIERA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, mais um ano se inicia nesta Casa, mais um ano de muito trabalho que, com certeza absoluta, teremos todos nós neste Parlamento.

Mas ao fazer essas duas afirmativas quero desejar a todos os srs. e sras. deputadas um bom ano de 2008. A bancada do PSDB, instalada nesta Casa, vai cumprir com o seu papel constitucional. E é com este intuito que ocupo pela vez primeira neste ano a tribuna desta Casa, ou seja, para reafirmar os meus pronunciamentos, os meus discursos feitos no ano de 2007. E dentre todos fiz questão de destacar, de dar ênfase a um tema para fazer ver à sociedade catarinense a importância do assunto que abordava na tribuna desta Casa. Portanto, quero dizer para toda sociedade catarinense que neste ano de 2008, um dos temas que vou procurar debater muito será a situação das rodovias em Santa Catarina.

Srs. deputados, lembro-me que dentre os meses primeiros do meu mandato, ao ler os jornais diários de Santa Catarina, constatava-se que o aumento de acidentes crescia a cada dia e o nosso estado começava a aparecer, a despontar como o estado com maior número de acidentes e mortes em todo o Brasil, apesar de ter a menor malha rodoviária federal. Isso me causou espanto porque não via nesta Casa, na sociedade civil organizada e nem nos dirigentes públicos a sensibilidade para um tema tão grave e tão importante, ou seja, para obtermos uma solução que era a da manutenção da integridade física dos catarinenses e de todos aqueles que nos procuravam.

Quero dizer que em todos os meus pronunciamentos sempre fiz questão de pedir às autoridades estaduais, municipais e federais que conservassem as rodovias, que as mantivessem de forma adequada para termos trafegabilidade normal e que aumentassem a fiscalização no sentido de coibir os abusos. Ao mesmo tempo pedía que todos nós, os srs. parlamentares, a sociedade civil organizada, os representantes dos órgãos públicos e a imprensa se mobilizassem no sentido de fazer com que Santa Catarina despencasse desse *ranking* desastroso, que é o de encabeçar o maior número de acidentes e mortes em todo o Brasil tendo a menor malha rodoviária federal.

Esta Casa começou a voltar os seus olhos para o problema; o clamor da sociedade civil organizada se fazia presente nas mais diversas reuniões, pelo menos nas que eu participava, nas audiências públicas, por intermédio de cartas, de correspondências; os órgãos públicos começaram a se voltar para dar condições de trafegabilidade melhorando as rodovias e a imprensa cumprindo o seu papel começou a alertar que é preciso dar um basta na situação.

Resgatei um discurso que proferi no final do ano passado quando fiz um elogio ao Grupo RBS pela recém lançada campanha de humanização no trânsito, e eu começava o discurso assim: "Parabenizo o Grupo RBS pela sua campanha impactante, pela paz no trânsito em Santa Catarina". Ao mesmo tempo em que fazia esse discurso o Grupo RBS fazia chegar ao conhecimento da sociedade a sua campanha e estampava nos seus meios de comunicação o seu título: "Isso tem que ter fim". Esta foi a capa do Jornal *Diário Catarinense* do dia 19 de dezembro de 2007. Finalmente, a imprensa catarinense encampava a idéia da mobilização contra os acidentes em Santa Catarina, procurando fazer com que o nosso estado saísse drasticamente do primeiro lugar que se encontrava em relação a outros.

Outros meios de comunicação se viram também envolvidos na mobilização para a redução dos acidentes. O Jornal *Notícia do Dia* estampava: "Acidentes engarrafam a BR-101"; o jornal *Palhocense*, do início de janeiro de 2008, também estampava em sua primeira página: "Filas, acidentes e mortes no trevo do Ariú"; o jornal *Diário Catarinense*, já deste ano de 2008, do dia 4 de fevereiro, estampa também em sua primeira página: "Feriadão já tem 16 mortes em acidentes". Pelo visto o tema rodovias e acidentes em Santa Catarina passou a tomar conta da sociedade catarinense e a imprensa começou a dar destaque. E ontem o jornal *A Notícia* traz a manchete: "Santa Catarina lidera mortes no carnaval".

Srs. deputados, não bastassem os problemas que temos em nossas rodovias como a má conservação, a falta de manutenção, de sinalização, de policiais rodoviários federais e estaduais a fiscalizar, a população ainda sofre com as intempéries da natureza, pois aliado a tudo isso, ainda somos obrigados a ouvir, a assistir e a ler aquilo que a natureza nos causa de dor, ou seja, mortes no trânsito, mas também enxurradas, que foi o que aconteceu na Grande Florianópolis. Todos os municípios da Grande Florianópolis sofreram com a enxurrada.

Vamos, pois, sociedade, sras. e srs. parlamentares, continuar mobilizados no sentido de fazer com que Santa Catarina seja o último estado em número de acidentes no trânsito e mortes no Brasil.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente e companheiros deputados, é dever nosso divulgar e prestar contas sobre a grande conferência mundial que se realizou na Indonésia, em Bali, sobre as mudanças climáticas.

Srs. deputados, 187 países participaram deste encontro com representação oficial, assim como cientistas, organizações não-governamentais e políticos de todos os países. Realmente foi o maior evento mundial preocupado não somente com o futuro, mas com o presente, com o que está ocorrendo no mundo com relação à natureza e com a preocupação de como solucionar, de como amenizar esta questão inevitável.

Com relação ao Protocolo de Kyoto, chegou-se à conclusão de que as metas a serem atingidas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento eram muito poucas. Por isso, aprofundaram a discussão através de uma indicação chamada Caminho do Mapa, sem discutir o conteúdo, mas como fazer para conduzir o processo daqui para frente. Realmente tem que haver ajuda para os países em desenvolvimento. E pela primeira vez se falou no fundo de adaptação que as Nações Unidas criaram - e nós temos que nos adaptar a essas mudanças climáticas - que já possui U\$ 53,7 milhões de dólares, mas para este ano teremos, no mínimo, U\$ 300 milhões de dólares para serem investidos em países em desenvolvimento para mitigar, para minimizar as questões das mudanças climáticas.

Outra ponto fundamental que quero falar neste pouco tempo que nós temos, mas voltaremos ao tema, é sobre a questão da tecnologia, porque um dos protocolos que está lá estabelecido no Protocolo Geral de Kyoto diz que não haverá cobranças de *royalties* para essa transferência tecnológica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Então, essa transferência será realizada, haverá um contato maior para que os países desenvolvidos ajudem os países em desenvolvimento, como norma e como regra.

Outra questão colocada foi a do desmatamento. O Brasil, como um país em desenvolvimento e que possui a maior reserva de floresta natural, a partir dessa reunião em Bali, por isso da importância de estarmos lá como observador brasileiro, passará a receber ajuda para manter as florestas naturais, pois até então isso não estava estabelecido.

Mas, por outro lado, é com tristeza que estamos anunciando - a ministra Marina Silva estava lá, nesse encontro - que aumentou, segundo o Inpe, o desmatamento em quase oito vezes no país. Mais de 17 mil quilômetros quadrados estão sendo devastados pela expansão, de uma forma incorreta, seja através do plantio da soja, seja através da criação de gado, prejudicando a natureza no seu meio ambiente natural, que não é só preservar a floresta, porque lá está a biodiversidade, está a água, está o equilíbrio que ainda este mundo mantém através da natureza.

Eu quero mostrar claramente o posicionamento político. A questão não se trata de dizer que houve exagero na divulgação, mas se trata, como o presidente Lula quis dizer, de dados científicos, os quais foram repetidos. Esse é um comportamento fascista. Não se pode negar a informação científica e correta do que está ocorrendo com o desmatamento brasileiro como se não fosse nada.

Continuando, quero dizer também que a questão do reflorestamento aumentará, e só não avançamos mais na questão porque os Estados Unidos, sempre no seu posicionamento retrógrado, não permitiram que avançasse. Mas a Austrália, para nossa alegria, pois houve eleições e mudança governamental lá, está defendendo que seja retirada a tropa do Iraque e seja assinado o Protocolo de Kyoto. Quem sabe isso vai ter também respaldo nas eleições que ocorrerão nos Estados Unidos.

Portanto, o mundo está melhorando.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e também colegas de imprensa, nós, do Partido Progressista, estamos começando mais um ano legislativo nesta Casa, como todas as outras bancadas e os outros deputados. E vamos continuar a nossa postura de sentinela. Os seis deputados do PP, os deputados Joares Ponticelli, Silvio Dreveck, Reno Caramori, Jandir Bellini, Valmir Comin, que faz parte da Mesa Diretora, e este deputado continuarão a ser sentinelas do povo catarinense, continuarão alertas dentro deste Parlamento, para que a vontade popular seja respeitada. E para aquilo que entendemos que não é o correto, que não é bom para o povo catarinense, entraremos, sim, se for necessário, como já fizemos em tantas outras vezes, na Justiça para buscar os direitos dos catarinenses. Essa vai ser a postura do nosso partido, como foi em 2006, em 2007, em 2005, em 2004 e em 2003. Vamos continuar sentinelas.

Quero, neste momento, trazer uma preocupação da nossa região, deputado Nilson Gonçalves. Segundo a capa do jornal A Notícia de hoje em Joinville, ocorreram três assaltos e uma morte. Dias atrás um empresário de Joinville, quando foi ao banco pegar dinheiro para pagar as pessoas, foi abordado por dois motoqueiros que o assaltaram no centro da cidade, num semáforo, deputado Joares Ponticelli. Pegaram o dinheiro dele e atiraram nele. Como o motorista do carro que foi assaltado tinha porte de arma, fazia tiro ao alvo, acabou atirando e matando o assaltante que estava ainda em cima da moto, sendo que o outro que foi baleado morreu mais na frente. Os dois assaltantes mortos eram de São Paulo.

Ontem, no bairro Fátima, zona sul da cidade, um motoqueiro estacionou a sua moto na frente de uma casa lotérica, e o caroneiro entrou e anunciou o assalto. Quando estava sendo repassado o dinheiro, o dono da lotérica, percebendo o movimento, desceu do carro - mas como tinha película no vidro o assaltante não percebeu que o dono estava vindo - e atirou no peito do assaltante, que caiu ali mesmo, sendo levado depois para o hospital, morrendo uma hora depois. Quem era esse assaltante, deputado Sargento Amauri Soares? Um garoto de 16 anos.

Vou contar também outro episódio que ocorreu em uma das padarias mais tradicionais de Joinville, que o deputado Nilson Gonçalves conhece, a Empadaria Jerke, que fica na rua João Colín, em frente à radio onde s.exa. trabalha. Ontem, o funcionário dessa padaria, no trajeto até o banco para fazer um depósito, encostou-se num camarada de jaqueta, mais ou menos na frente do Shopping Cidade das Flores, o qual colocou a mão nele e disse que era um assalto. Ele pensou que era uma brincadeira, olhou para ver se era verdade, e o cara mostrou uma pistola, colocando-a novamente dentro da jaqueta e ordenando que ele entrasse num gol bola, quatro portas, com película, onde já havia alguém no banco traseiro esperando. Ao entrar no carro, eles mandaram-no botar a cabeça entre as pernas e rodaram com ele pela cidade inteira, deixando-o lá no Cubatão. E quando lá chegaram mandaram-no ajoelhar e rezar, porque tinha chegado a sua hora. Imaginem a tortura emocional de um cidadão como esse. Mas depois eles disseram: "Olha, nós vamos te dar uma chance de vida. Vai correndo e não olha para trás".

Eu estou contando isso porque é uma área que o deputado Nilson Gonçalves conhece, pois trabalha numa área policial de rádio.

Nós estamos contabilizando, deputado Jean Kuhlmann, só neste ano, com a morte desse assaltante, 15 assassinatos em Joinville. Contabilizamos a 15ª vítima de assassinato de Joinville no dia 6 de fevereiro de 2008.

Aonde vamos parar? Você pode perguntar o que vamos fazer. Eu penso que parte desses assaltos, dessas mortes, dessas ações, está relacionada com o uso e o tráfico de drogas. O mal desta sociedade é este: a droga. E quero saber - eu vou tratar este assunto novamente nesta Casa de discussões - qual é o papel da Polícia Federal em relação a isso. A Polícia Federal quer combater os grandes traficantes e deixar para a Polícia Militar, que deveria fazer o policiamento ostensivo, a segurança, fazer a apreensão de bocas pequenas? Usar o P2, usar o serviço de inteligência? Não!

Entendo que o problema das drogas deve ser tratado através de uma ação conjunta de todas as forças policiais deste país: Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, escolas, Conseqs. Todos devem vestir essa camisa contra as drogas. Porque estamos vivendo um momento de apreensão. Quando paramos de carro em um semáforo - pelo menos é esse o sentimento que tenho em Joinville - e pára um motoqueiro ao nosso lado, não sabemos se ele vai ou não sacar uma arma para nos assaltar. Este é o momento que estamos vivendo, a sensação é essa, ou seja, que a qualquer momento, ao parar uma moto ao nosso lado, podemos ser assaltados.

E agora, o que está acontecendo lá em Joinville? Com a ausência do governo com relação à questão da segurança, os empresários estão-se armando, diga-se de passagem, legalmente, para tratar essa questão, porque, por terem porte de arma, atiraram e mataram os assaltantes em Joinville. Eles vão responder ao processo em liberdade, mas arrumaram uma incomodação para o resto da vida.

Entendo que é preciso fazer políticas para a juventude neste estado, pois não temos política para jovens. Foi criada há um ano uma secretaria, uma assessoria especial para políticas de jovens, que até hoje não mostrou para que veio. Não se faz nada em relação aos jovens. O estado de Santa Catarina não está preocupado com a reabilitação dos jovens.

Deputado Edson Piriquito, entrevistando um conselheiro tutelar de Joinville, ao falar sobre esse caso de drogas, eu me assustei, tive dificuldades até para dormir aquela noite, porque me foi dito, deputado Kennedy Nunes, que em Joinville não existe um nem dez nem 100, mas mais de uma centena de casos, deputado Marcos Vieira, de crianças entre sete e dez anos usuárias de crack.

Tenho um filho que se chama Rhuan Kennedy, de sete anos, e uma filha que se chama Figian Kelly, de dez anos. E por isso fiquei apavorado em saber que crianças como os meus filhos estão hoje dependentes do crack. Aonde vamos parar? E onde está a ação, a política de governo para alcançar esse tipo de problema que estamos enfrentando? Inclusive, trarei esse assunto muitas outras vezes, porque precisamos discutir isso seriamente neste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Kennedy Nunes.

Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero, manifestando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Presidente Castelo Branco, Urubuci, Xavantina, Itapiranga, Taió, São Miguel d'Oeste, Ituporanga, Vidal Ramos, Capinzal, Tangará, Piratuba, Xanxerê, São Carlos e Xaxim, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional do Centro de Distribuição Domiciliar de Rio do Sul, cumprimentando-o pelo destaque auferido na Pesquisa Nacional de Avaliação da Imagem e Satisfação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional dos Correios e Telégrafos em Santa Catarina, cumprimentando-o pelo destaque auferido na Pesquisa Nacional de Avaliação da Imagem e Satisfação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Procurador-Geral do estado, cumprimentando-o por ocasião da sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Claro, pedindo a instalação de serviços de telefonia móvel nos municípios de Angelina, São Bonifácio, Anitápolis, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa TIM, pedindo a instalação de serviços de telefonia móvel nos municípios de Angelina, São Bonifácio, Anitápolis, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Vivo, pedindo a instalação de serviços de telefonia móvel nos municípios de Angelina, São Bonifácio, Anitápolis, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo a instalação de telefonia móvel nos municípios de Angelina, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e Águas Mornas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao ministro dos Transportes, ao superintendente regional do DNIT em Santa Catarina, ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, ao ministro presidente do Tribunal de Contas da União e ao procurador-geral da República, solicitando a fiscalização, a pericia ou a tomada de contas especial na prestação de serviços de pavimentação asfáltica realizados na BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao ministro dos Transportes, ao superintendente regional do DNIT, ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, ao ministro presidente do Tribunal de Contas da União e ao procurador-geral da República, solicitando a fiscalização, pericia ou tomada de contas especial na prestação de serviços de pavimentação asfáltica realizados na BR-163.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado José Natal, ao qual concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, ao reiniciarmos os trabalhos legislativos na manhã de hoje, pude observar que cada deputado que assumiu esta tribuna hoje trouxe temas diversos relacionados à questão política, à questão legislativa de cada um, às suas preocupações por Santa Catarina e com toda a nossa gente.

Da mesma forma, sra. presidente, srs. deputados e srs. catarinenses, quero reiterar uma questão levantada pelo deputado Cesar Souza Júnior extremamente preocupante, que também preocupa o governo do estado de Santa Catarina, que é a questão dos presídios ou das penitenciárias em nosso estado.

O governador Luiz Henrique da Silveira e toda a cúpula da Segurança de Santa Catarina têm feito um trabalho invejável em nosso estado. Não é à toa que, com certeza absoluta, no decorrer da semana que passou e nesta agora, conforme colocou o deputado líder da bancada, Manoel Mota, o governo do

estado tem feito todos os esforços para dar suporte às equipes de segurança do estado nas suas estruturas, nas suas delegacias e nos batalhões, com a entrega de viaturas para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, nos diversos rincões deste nosso estado. E não foi diferente no meu município, São José, há menos de uma semana, e nos municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu, todos na região metropolitana.

Caros colegas, vejam, em termos de segurança pública, que estamos muito bem com o que tem feito o governador Luiz Henrique da Silveira. Precisamos ter é a compreensão da sociedade local onde se pretende instalar uma cadeia ou uma penitenciária. Precisamos ter, com certeza absoluta, a ajuda efetiva dos prefeitos e da sociedade organizada para tais feitos, porque discutimos aqui "n" questões. O governo quer, efetivamente, realizar as obras, mas encontra barreiras, e deve ser respaldado por nós, deputados, junto aos prefeitos e líderes comunitários, para que tais obras se concretizem.

Não é à toa que recebemos o título de melhor capital turística do Brasil, e nesse título está incluída, entre tantas outras situações, srs. deputados e catarinenses, a questão da segurança pública.

Quero aqui fazer o registro do Carnaval da região da Grande Florianópolis, quando tivemos, no meu entendimento, através do trabalho das Polícias Militar e Civil e de todos os órgãos envolvidos, o Carnaval mais calmo e com menos violência dos últimos dez anos, eis que todos os anos venho ao centro da cidade olhar e também participar do Carnaval de rua.

Então, meus parabéns àqueles que estavam à frente dessas operações e também à sociedade que, como um todo, também entendeu que devemos sair de casa para nos divertir e não para levar tristeza para as pessoas ou para praticar atos de vandalismo, porque daí não será diversão. Efetivamente neste Carnaval, na região da Grande Florianópolis, a sociedade ganhou, porque não tivemos índices de violência fora do controle. Meus parabéns a todos aqueles envolvidos na questão da segurança pública.

Quero reiterar também, como colocou o deputado Cesar Souza Júnior nesta tribuna, o trabalho da Defesa Civil de Santa Catarina no episódio das enchentes. Hoje, praticamente, faz uma semana que a região metropolitana passou por uma situação muito crítica. Inclusive, no meu município, São José, diversas pessoas ficaram desalojadas. Dessas, 17 famílias desabrigadas ainda não retornaram para as suas residências, porque o município terá que ajudar a reconstruí-las. E o prefeito Fernando Melquiades Elias, com a sua equipe de trabalho, em momento nenhum titubeou. Também tivemos a colaboração de voluntários para que aquelas pessoas, naquele dia e nas duas noites seguintes, tivessem um pouco de conforto, não fora de seu lar, mas dentro daquilo que um administrador público se propõe a fazer quando essas coisas acontecem. Então, ao prefeito Fernando Melquiades Elias, à sua equipe, à Defesa Civil e a todos os envolvidos os meus parabéns pela ação implantada em São José.

Mas ainda há muito a ser considerado. No meu entendimento, a localidade onde mais houve estragos e que mais vai requerer investimentos públicos para que as coisas voltem ao normal é a região da Colônia Santana, onde a enchente realmente causou um estrago enorme, levando pontes e residências, degradando tudo, lamentavelmente.

Não era esse tipo de pronunciamento que eu queria fazer aqui, mas as coisas acontecem. O governador do estado, prontamente, junto com o secretário Valter Galina, colocou a sua equipe à disposição da região da Grande Florianópolis, e todos lá compareceram dando a sua colaboração naquele momento em que as pessoas mais precisavam do Poder Público. E acredito que cumpriram bem o seu papel. Até espero, nesse primeiro momento, como já foi anunciado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, que seja colocado um aporte antecipado a esses municípios para que a vida das pessoas possa voltar ao normal.

Finalizo dizendo que fiquei muito feliz por ver aqui diversos deputados pronunciarem suas preocupações como legisladores, mas ao mesmo tempo gostaria de fazer uma observação e dizer que o deputado Décio Góes se precipitou ao falar do fundo de previdência, colocando-o, no meu entendimento, numa vala como uma catástrofe para Santa Catarina e para o servidor público, pois essa questão foi devidamente estudada com todas as classes.

Então, reitero que o deputado se precipitou ao falar do fundo de uma maneira extremamente política, politiqueria - vou colocar desta forma -, antes de ouvir todas as partes e de conhecer a questão a fundo. Acredito que ele não tenha conhecimento de todas as questões do fundo.

Mas isso vai melhorar e vai acontecer, pois estamos aqui para contribuir com o governador, para que ele faça aquilo que a lei determina sem prejudicar o funcionalismo público, o que não é, com certeza absoluta, a intenção do governador Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan. Queremos fazer o que a lei determina e que todos os funcionários sejam contemplados nos seus direitos adquiridos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, após o recesso muitos assuntos tornaram-se públicos em diversos segmentos de Santa Catarina. E poderíamos falar aqui sobre a saúde em Santa Catarina, sobre a educação e a SC-401, de como também a participação do Legislativo é indispensável nesse processo. Poderíamos falar também no BID IV e no Microbacias II.

Deputado José Natal, poderíamos falar sobre a descentralização, até porque o governador, ontem, fez aqui um breve relato, mas esse é um assunto que quero tratar mais à frente, porque no relatório consta a obra do BID IV como descentralização e obra do governo anterior também. E não estou entendendo esse modelo de descentralização.

Poderíamos falar aqui, deputado Natal, como v.exa. disse com muita propriedade, que o governo tem que cumprir a lei, e uma lei entre tantas outras que o governo está cumprindo é a 254, que é a dos servidores da área da Segurança.

Poderíamos falar aqui na construção dos presídios, e o governador que é habilidoso politicamente, que é um homem inteligente, demonstrou isso na construção das alianças partidárias, mas esse argumento de que prefeito não permite construir presídio e que por conta disso não se possa resolver o problema da segurança em Santa Catarina não convence e não vai convencer, porque quando se tem vontade de fazer se faz, buscam-se alternativas para fazer.

Srs. deputados, o fato que me traz a esta tribuna é relevante, é preocupante, no cenário nacional e catarinense. Estamos vivendo a última década praticamente beirando o caos pela insuficiência da nossa capacidade energética brasileira. E essa insuficiência de capacidade energética tem trazido problemas para investidores, para empreendedores de outros países que poderiam vir para o Brasil, mas que acabam não vindo, em função dessa insegurança.

O fato é que não só nesse governo federal, mas já em outros governos, principalmente nos últimos, deixa-se para tomar a decisão quando já está faltando energia, para daí construir usinas e outros meios alternativos. E temos uma capacidade enorme, temos recursos hídricos suficientes para construir usinas hidrelétricas com energia de baixo custo, energia limpa, que outros países dificilmente têm. No entanto, chegamos ao final do ano passado e início de 2008 numa situação delicada, acionando as termoelétricas e com isso limitando o gás, principalmente para os veículos. Houve incentivo para a utilização do gás, mas agora a escassez faz com que se desestimele a compra de veículos a gás, porque já não é mais tão seguro nem tão econômico quanto se propagava.

Em Santa Catarina a situação energética não é diferente. As regiões norte e nordeste, os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul... Subindo a serra para São Bento do Sul, Joinville e Jaraguá, mais especificamente os municípios de Joinville e Araquari, poderão perder empreendimentos tipo a GM, porque o nosso estado, aquela região especificamente, não tem energia suficiente para garantir empreendimentos com o investimento da ordem que aquelas empresas pretendem fazer. Santa Catarina poderá perder esses empreendedores para outros estados, como o Paraná, por essa insuficiência de energia.

Jaraguá do Sul é um município que vem despontando no cenário catarinense pelo seu crescimento e desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo começa a chegar ao limite da sua capacidade energética. As nossas pequenas PCH's que estão na fila de espera não estão sendo liberadas, porque o estado ainda não tem o inventário dos recursos hídricos catarinenses. Apenas 20 empresas foram liberadas, o que já é um avanço, e temos que reconhecer que houve boa vontade por parte do governo, capitaneado pelo deputado Jean Kuhlmann, quando secretário do Desenvolvimento Econômico.

E se ficarmos esperando e não tivermos iniciativas do governo do estado junto ao governo federal, para que a situação energética do norte catarinense seja saneada, ou pelo menos amenizada, certamente vamos entrar numa situação delicada e perder empreendimentos, perder riquezas, perder, mais uma vez, geração de emprego e renda, que é essencial nesse momento crítico por que determinadas regiões passam.

O nosso país tem um crescimento de 5%, mas existem regiões de Santa Catarina e do Brasil que não estão nesse patamar. Digo isso porque São Bento do Sul passa por um momento crítico, não pela falta de energia, mas pela crise gerada pelo setor moveleiro, que representa aproximadamente 30% da nossa economia local que estava baseada na exportação. Passaram-se praticamente três anos, e nenhuma atitude mais forte e contundente para amenizar a situação do setor moveleiro foi tomada pelo governo do estado.

Digo isso porque falta pagamento por parte do governo para as empresas que têm créditos, que têm a ver dinheiro do estado, o que, infelizmente, não aconteceu. Continuou repetindo aqui na Assembléia Legislativa que são aproximadamente R\$ 30 milhões que essas empresas têm para receber do governo do estado e mais de meia dúzia de empresas que fecharam as portas em São Bento do Sul. Colaboradores e funcionários estão-se deslocando para Joinville, Jaraguá do Sul e Gaspar, porque em São Bento do Sul não tem emprego.

Infelizmente não é uma notícia boa para um início de ano, mas temos que encarar a realidade. Por isso, mais uma vez faço um apelo ao governo do estado para que olhe com toda atenção que merece a nossa empresa catarinense, em especial o setor exportador moveleiro de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre.

Muito obrigado srs. deputados e sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Silvio Dreveck.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, meus irmãos de farda que se encontram acompanhando a TVAL, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu gostaria de falar de vários assuntos nesta primeira sessão ordinária deste ano de 2008. Quero, por exemplo, saudar a escola de samba Copa Lord pelo título de campeã do Carnaval da Grande Florianópolis, falar da situação das estradas e do morticínio no trânsito do nosso estado, fazer o debate em torno do sistema prisional, da recusa de autoridades municipais e das comunidades à construção de presídios e penitenciárias, falar das chuvas que afetaram o estado, especialmente a Grande Florianópolis, e do trabalho da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil para socorrer as milhares de pessoas atingidas.

Vou falar do trabalho dos nossos companheiros da Segurança Pública durante o Carnaval em todo o estado de Santa Catarina; falarei também sobre a importância da distribuição das viaturas para os órgãos de segurança, que já foi citado aqui, inclusive, nos municípios de São José, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu. E saudei e parabeneizei o secretário da Segurança, deputado Ronaldo Benedet, e as autoridades em geral da Segurança por essa iniciativa, embora saiba que isso ainda é pouco. Por exemplo, em São José a Polícia Militar recebeu três viaturas para uma cidade que precisaria, no mínimo, de quatro vezes mais para substituir e colocar em cada local uma a mais, porque as outras já estão baixando.

Parabenezo também as autoridades do governo e o secretário de estado da área da Segurança pela abertura do concurso público para os 700 soldados da Polícia Militar. Mas quero registrar que o salário inicial não é de R\$ 1,9 mil. Inclusive, muitas praças estão querendo pedir baixa da polícia para fazer a inscrição ao concurso novamente, se o salário inicial for de R\$ 1,9 mil. Mas o salário é de R\$ 1,1 mil.

Gostaria também, deputado Silvio Dreveck e demais deputados, de falar sobre a crise econômica que se está iniciando nos Estados Unidos e já está atingindo a economia mundial, inclusive a brasileira, e vai atingir com maior intensidade. E precisamos fazer esse debate aqui de como deveria se comportar o governo federal, especialmente com relação a isso, para evitar efeitos mais drásticos.

Não obstante todos esses assuntos, preciso voltar à questão da nossa relação com o governo, no que tange a falta de negociações em torno do pagamento daquilo que falta pagar da Lei n. 254. Inclusive, durante o recesso parlamentar, o governador Luiz Henrique, em vários lugares, concedeu entrevistas falando nessa questão. Falou algumas verdades, algumas meias verdades e algumas inverdades. E eu até trouxe para esta sessão um pequeno trecho de uma entrevista que o governador Luiz Henrique concedeu, no dia 27 de dezembro, dois dias depois do Natal, como um presente aos jornalistas Renato Igor e Moacir Pereira na TVCOM, no programa *Conversas Cruzadas*, da RBS TV.

Para acompanhar esse trecho, eu pediria que a assessoria colocasse o vídeo, por gentileza, para depois podermos comentá-lo.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Eu tenho apenas dois minutos e meio para falar sobre isso tudo. São seis assuntos que o governador aborda, e gostaria de falar sobre eles e contestar boa parte deles.

Dizem que somos a segunda polícia melhor paga do Brasil, com 40 horas extras - sendo que são realizadas 80 para receber 40, senão falta mais polícia para a sociedade -, com o adicional noturno e o auxílio alimentação. Se o policial ficar doente, ele perde a metade do salário. Por conta disso, temos companheiros trabalhando de cadeira de rodas, com câncer, com HIV. E posso trazê-los aqui, se preferirem.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo é de 49% da receita corrente líquida que o governo, o Poder Executivo estadual, pode gastar com folha de pagamento. Esse é o limite.

Numa outra entrevista dada ao Paulo Alceu, lá na Casa d'Agrônoma, o governador chegou a usar a seguinte expressão: se passar de 45%, é cadeia. Isso não é verdade! O limite prudencial é de 46,55! Em 2006 gastou 43,99%, segundo dados do próprio palácio, e estou na expectativa para ver o que vai ser entregue no TCE agora este mês.

Disse que teríamos dito que ele poderia mandar, sim, que não iríamos reivindicar. Isso nunca aconteceu! Muito pelo contrário, fizemos várias manifestações para vir e dissemos que estávamos com pressa, porque é preciso recuperar os salários.

No dia seguinte em que foi aprovado, disse que queremos tudo. Isso também não é verdade! Já que o compromisso político do governo era pagar tudo até o final de 2006. Defendemos 2004, 2005 e 2006, três anos, 31% daquela gratificação que o Mário, que está aqui presente, junto com o Sebastião, sabe muito bem. Então, nunca usamos esse tipo de expressão.

Escutá-lo dizer que o deputado nunca o procurou para dialogar, dá vontade de rir. Nós fizemos assembléia para apoiar o governador Luiz Henrique no segundo turno, e no dia 1º de dezembro, nessa praça aqui na frente, ele disse que na semana seguinte iria conversar com o presidente da Aprasc e com o deputado Sargento Amauri Soares. Mas até hoje não aconteceu essa reunião!

Dizer que ele criou as condições para eu ser deputado, que eu tenho que ser grato porque ele me elegeu deputado, é uma piada que as praças não merecem escutar, porque sabem como fizemos a nossa campanha. Mas vamos voltar a falar nisso, porque esses assuntos são extensos e dá para aprofundá-los bastante.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, eu já estava com saudades desta tribuna, porque aqui é o local ímpar, mais democrático, para darmos aquele último suspiro, o grito do nosso povo, os anseios da nossa gente do interior do estado de Santa Catarina.

Deputado Sargento Amauri Soares, acompanhei atentamente o seu pronunciamento. Esta é a Casa do contraditório e às vezes concordo e às vezes não consigo concordar com algumas posições. Primeiro, devo conhecer policiais diferentes. Tenho amigos da Polícia Militar, que são seus colegas de farda, que me colocam que no governo Luiz Henrique houve uma melhoria muito grande na questão da segurança pública. E faço questão de ressaltar que houve promoções, o ingresso de novos policiais. Agora em março parece que acontecerá mais um concurso para o ingresso de policiais. Enfim, houve uma melhoria muito grande na Segurança Pública.

Sei que ainda faltam coisas, e se não faltasse nada a ser feito, não necessitaria termos um governador para resolver os problemas. Sempre vai faltar. Agora, houve, sim, no final das contas, e que se recebe no bolso, um incremento financeiro bastante grande, conforme informaram esses policiais. Eu não sei a maneira como foi concedido, se por abono, por horas, mas sei que houve, sim, porque tenho vários amigos. E aqui temos que fazer justiça e dizer que houve melhorias significativas, o que não ocorreu no governo anterior ao de Luiz Henrique.

Deputado Sargento Amauri Soares, vamos debater esse tema. Esta é a Casa do contraditório. Se todo mundo achasse a mesma coisa, não necessitaríamos estar aqui fazendo o debate.

O que me traz hoje à tribuna são três assuntos. O primeiro é a qualidade das obras rodoviárias no estado de Santa Catarina no todo. Daí falo de obras estaduais e federais porque o que está chamando a atenção, deputado José Natal, é a qualidade das obras recém-feitas que sequer suportam a chuva, pois abrem uma verdadeira buraqueira. E essa qualidade de obras está levando milhões e milhões de recursos!

Hoje, ouvi aqui, deputado Serafim Venzon, moções do deputado Herneus de Nadal pedindo explicações de algumas obras do governo federal. Eu queira aqui pedir explicações da BR-101, que dias atrás, no sentido norte, foi recuperada e virou uma verdadeira buraqueira com a chuva. Faço esse alerta não só com relação às rodovias federais, mas também às estaduais. Temos que ter um critério de qualidade da obra. Uma obra não pode acabar com a chuva. Onde houve alagamento não houve desmoronamento, e a obra simplesmente virou uma verdadeira buraqueira. São obras recentes, e trata-se de recursos públicos, do povo, que estão indo pelo ralo e enchendo de buracos as nossas rodovias.

Outra questão que me traz à tribuna - e hoje o deputado Antônio Aguiar falou sobre ela - é a carnificina, o genocídio nas rodovias do país, em especial de Santa Catarina. Santa Catarina conseguiu ser a primeira no *ranking*. Se fosse uma verdadeira vitória ser a primeira no *ranking* brasileiro, estaríamos festejando, mas estamos chorando por esse primeiro lugar que estamos ganhando em matéria de acidente de trânsito em nossas rodovias. E somos um estado pequeno.

Eu não tenho medo de defender aqui algumas coisas, e na próxima terça-feira, deputados José Natal e Serafim Venzon, apresentarei um projeto que, às vezes, poderá não ser simpático. Às vezes, poderá ser antipático o projeto que vou apresentar, mas entre o bolso e a vida, vou ficar com a vida, eis que quero poder passear nos finais de semana, com a minha família, sem medo. E quero chegar ao destino. Agora, não podemos mais conviver com a loucura que foi feita no trânsito das rodovias do nosso estado.

É lógico que há alcoolismo, sim, deputado José Natal. As pessoas não se controlam, bebem, acham-se os donos das rodovias, deputado Edson Piriquito, e pisam forte no acelerador. Mas para mim o grande problema de tudo é o excesso de velocidade. Aquele que bebe antes de dirigir, quando pega o volante, o pé fica pesado e não respeita os limites de velocidade. Então, se o pardal é um mal necessário, na terça-feira vou apresentar um projeto propondo a volta dos pardais, mas com um critério que não seja o caça-níquel e sim o de salvar vidas. Esse será o critério do projeto que vamos apresentar aqui na próxima terça-feira: não arrecadar dinheiro e sim salvar vidas.

Caros colegas, só tem medo de regras claras quem não quer segui-las. Só não gosta de um pardal que tenha critério, deputado Serafim Venzon e deputada Ana Paula Lima, aquele que quer transgredir o limite de velocidade imposto numa rodovia. Mas eu quero preservar a minha vida, a da minha família, a dos meus amigos e a dos catarinenses. Por isso, vou apresentar essa matéria e pedir o apoio dos parlamentares, daqueles que gostam da vida. Esse é o projeto que vou apresentar na terça-feira.

No dia de ontem, apresentei também um requerimento à comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch, e à de Transporte e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori, solicitando a realização de uma audiência pública, deputado Professor Grandó, para discutir a segurança nas rodovias no estado de Santa Catarina.

O que fazer com relação à violência no trânsito, o que fazer? Talvez os pardais sejam os instrumentos, mas esta é uma Casa de debate e temos que discutir esse assunto aqui dentro deste Parlamento. Precisamos achar meios de acabar com essa carnificina que estamos vendo acontecer todos os dias no estado de Santa Catarina.

Solicitei uma audiência pública e espero que seja marcada o mais rápido possível, porque a cada dia, deputado Jorginho Mello, mais vidas estão sendo ceifadas nas rodovias, nas estradas, do nosso estado catarinense.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabéns pelo tema que v.exa. levanta, deputado Elizeu Mattos. Esse é um assunto que toda a sociedade catarinense discute tentando encontrar uma solução e ter um apoio especial do governo.

Há alguns anos, quando foram implantados vários pardais em Santa Catarina, tinha-se mais a intenção de cobrir os custos da empresa responsável do que criar um sentimento nas pessoas da necessidade do controle da velocidade, porque essa é a grande causa dos acidentes.

Recentemente, sofri um acidente de trânsito e, graças a Deus, o meu motorista estava andando devagar, a menos de 80 quilômetros por hora. Na ocasião, atropelamos um búfalo e nada aconteceu com quem estava dentro do carro, porque a velocidade não era exagerada. Mas se fosse exagerada, certamente teríamos tido um fim trágico. Então, na verdade, na estrada trafegam aqueles que andam na mão, aqueles que atravessam a rodovia, aqueles que vêm na contramão. E nós, que usamos a estrada, temos que ter consciência de que aqueles que desrespeitam as leis de trânsito e o excesso de velocidade nos cortam a oportunidade de proteger as pessoas.

V.Exa. poderia acoplar a esse levantamento a economia que o estado teria com a redução de acidentes de trânsito só na saúde, além das perdas de vidas, do trauma das famílias, mas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Manoel Mota, que já falou no horário do PMDB.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, só quero registrar a presença hoje na nossa Casa do diretor-geral da secretaria regional de Lages, Juarez Matos, e do nosso gerente de tecnologia, o Gerson, que estão visitando o nosso Parlamento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleisc Digital, a minha saudação.

Este retorno à Assembléia, aos trabalhos legislativos, mostrou-se bem interessante através dos diversos pronunciamentos de todos os oradores que ocuparam esta tribuna no dia de hoje. E como faz falta para nós, parlamentares, a possibilidade de poder falar a todos os catarinenses, pois o cumprimento do período de recesso, que se faz até por tradição, eu creio, prejudica o nosso trabalho e o nosso desenvolvimento no atendimento à comunidade, porque quando aqui não estamos, estamos nos nossos escritórios, nas nossas bases e não conseguimos ter dinâmica no desempenho do trabalho como quando a Assembléia está funcionando. Acaba entervando muito e fazendo com que não se consiga atender à nossa comunidade da maneira que gostaríamos.

Mas volto com muita felicidade, com muita alegria. E em princípio quero agradecer a comunidade de Balneário Camboriú, a comunidade da região que represento, que é da Amfri, pelo grande número de pessoas que compareceram na comemoração dos meus 40 anos, realizada no nosso município. Foi um momento formidável! E tivemos a presença dos deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, da deputada Ada De Luca, do presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira, do deputado federal e secretário da infra-estrutura

Mauro Mariani, enfim, de diversas lideranças, de prefeitos, de vereadores e de lideranças comunitárias. Foi um grande dia para mim, pois foi o primeiro aniversário da minha vida que comemorei como deputado. Foi uma festa muito positiva. E passaram lá pelo Arena Clube, onde foi realizada a comemoração, em torno de três a quatro mil pessoas, algo surpreendente para uma terça-feira, à noite, com muita chuva, num local enorme, que acabou ficando pequeno. Então, quero dividir aqui essa alegria, essa satisfação e agradecer a você que está me assistindo por ter participado desse momento de felicidade da minha vida.

Nobres pares, falou-se aqui também sobre as cheias, as enchentes, as enxurradas que ocorreram, quando Santa Catarina foi mais uma vez castigada por essa situação triste e lamentável que também ocorreu num interstício de 30 dias, por duas vezes, lá na cidade de Balneário Camboriú, castigando severamente as mesmas pessoas durante esse curto período de tempo.

Estivemos atentos, participando junto à comunidade, procurando socorrer, acolher, procurando achar alguma solução que viesse a amenizar o sofrimento daquele momento. Mas quero dizer a todos os catarinenses aquilo que já tinha dito outrora, ou seja, o que acontece nas nossas cidades, infelizmente - claro que a força da água na ocasião foi acima do limite que qualquer cidade pode comportar -, nas quais essas pessoas são castigadas, é a falta de planejamento.

Sem dúvida nenhuma, deputado Serafim Venzon, v.exa. que tem uma larga folha corrida de serviços prestados na vida pública, pode ter certeza de que na busca de conseguir alcançar o seu objetivo político-eleitoral muitos administradores públicos, muitos agentes políticos, acabam fazendo uma política populacionista, uma política não voltada ao crescimento da cidade da maneira como teria que acontecer, que seria com ordem, com planejamento, com organização, para que as cidades sejam desenvolvidas e que não tenham apenas o crescimento pelo crescimento.

Srs. deputados, esse crescimento desenfreado, desassistido pelo agente político - e aí faço uma fala aqui muito direcionada aos prefeitos municipais -, faz com que a população das cidades venha a sofrer quando acontece algo além do normal. Quer dizer, é a falta de planejamento, de preparo de um bom sistema de drenagem para as cidades poderem receber uma carga maior de precipitação do que o normal. E aí as casas são invadidas pelas águas. Existe também a falta de atenção quando permitiram os loteamentos, a falta de atenção na questão ambiental, nos mananciais, nos rios, no desassoreamento, enfim, falta de atenção necessária para que as cidades estejam preparadas, fazendo com que o cidadão, e sempre na grande maioria aquele mais simples, não amargue com todo o prejuízo.

Deputado José Natal, veja que por duas vezes, em Balneário Camboriú, infelizmente, no interstício, como falei antes, de 30 dias, famílias perderam tudo. E sabem o que é aquilo tudo? É aquele pouco que eles têm, mas que significa muito na vida deles. Quer dizer, no dia 11 de dezembro sofreram com a primeira enxurrada e agora, na semana passada, vieram a sofrer novamente. E aqueles que já tinham comprado a sua mobília à prestação, que estavam se recuperando, voltaram a perder tudo. E como é que fica esse prejuízo, essa falta de atenção?

Não quero aqui fazer uma crítica direta ou pessoal a ninguém, estou dizendo isso de forma global, porque precisamos ter agentes políticos com responsabilidade para que as cidades se desenvolvam da maneira que precisam ser desenvolvidas.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Concordo com a preocupação de v.exa., deputado Edson Piriquito, com relação às pessoas que perderam tudo, lamentavelmente, na cidade de Balneário Camboriú.

Quero dizer a v.exa. que sou um conhecedor da questão de obras públicas. Mas, lamentavelmente, a precipitação de chuvas que recebemos na região da Grande Florianópolis na semana passada não tinha sistema de drenagem fluvial que resistisse, não tinha. Lamentavelmente, não tinha. Nós não queríamos, mas existem coisas que no passado poderiam ter sido vistas com melhores olhos. A questão da falta de recursos financeiros sempre está acoplada a de não colocarem um diâmetro maior de vazão, de drenagem fluvial e por aí afora.

Mas quero, em defesa dos administradores públicos, lamentavelmente dizer que para aquela precipitação não tinha realmente nenhum tipo de drenagem fluvial, nem as valas que temos aqui, que pudesse suportar, porque choveu além do limite, conforme já foi dito pelos órgãos de meteorologia.

Lamentavelmente os que menos têm, como disse o deputado Cesar Souza Júnior, ficaram com menos ainda. É triste vermos as pessoas, que lutam com tanto sacrifício para adquirir, rapidamente perderem tudo. Mas a enxurrada que sofremos aqui foi muito forte, realmente. E acredito que lá em Balneário Camboriú, como naquela primeira, pois assisti através da imprensa, também 90% das drenagens fluviais não resistiriam àquela bomba d'água.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Correto! O que se faz de interessante na vida pública? Eu compreendo perfeitamente e respeito o entendimento do deputado José Natal e não é para ele que irei falar isso.

Srs. deputados, por que é interessante que as administrações públicas sejam renovadas? Porque temos que trocar o conformismo pelo inconformismo. Somente o inconformismo fará com que se realize um projeto que venha apresentar uma solução. Vejam bem, em Balneário Camboriú, eles têm o discurso de que não há o que fazer porque a cidade está no nível do mar. Prestem bem atenção! Inconformados com essa resposta dada pelas autoridades públicas, fizemos um levantamento plano e altimétrico da cidade. E podem ter certeza de que o que faltou mesmo foi a realização de obra de drenagem. Então, o problema poderia ter sido sanado, se tivesse sido atendido e poderia ter-se evitado que a água chegasse à casa das pessoas.

Então, que tipo de projetos apresentaremos? Baseados na nossa maneira inconformada de atuar, porque se estivéssemos conformados, se entendéssemos que não teria jeito, que não haveria possibilidade porque a cidade está no nível do mar, como é o discurso que está sendo feito há 20 anos em Balneário Camboriú, não seríamos nós que deveríamos sequer pleitear esse espaço que pleiteamos.

Por isso, devido a esse inconformismo, temos a certeza de que vamos apresentar um projeto para que a cidade de Balneário Camboriú seja ainda melhor, e que seja seguido por outros líderes, por outros agentes políticos e por outras cidades. Com certeza, existe muita coisa que poderá ser amenizada e muito o que fazer. E não podemos nos conformar!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, companheiros deputados, como prefeito, no Natal de 1995, sofremos a maior enxurrada, este é o termo correto, da história da Capital de todos os catarinenses. E foi concentrada em três horas de chuva, chovendo muito mais do que em todas medidas feitas, ano a ano, nos últimos 81 anos. E nós, em 48 horas, desobstruímos, colocamos a cidade à disposição dos cidadãos, através da convocação da Concap, inclusive com a ajuda da própria iniciativa privada e de voluntários do governo do estado, quando toda aquela estrada que nos leva à Lagoa, um dos mais belos locais e um cartão postal de Florianópolis, foi destruída.

A época, o governador do estado, Heriberto Hülse, duplicou inclusive a subida dessa parte, permitindo um maior trânsito, depois, na reconstrução pelo governo do estado, por ser uma estrada estadual. Mas atendeu o nosso pedido. Inclusive, aquela obra na ponte, que tinha aquela parte do meio, que impedia ter mais um acesso na pista, foi feita no governo do PMDB, no governo Hülse. Enfim, o governo do estado atuou, as associações de bairros também, preocupados com a destruição pela enxurrada, na limpeza e nas conseqüências depois.

Agora tivemos um mesmo momento, talvez não com tanta intensidade concentrada em determinadas horas, mas ao longo de um ou dois dias, que realmente precipitou uma grande quantidade pluviométrica. E nós, que passamos por esse momento, de forma solidária, fomos à Concap. Estavam lá o prefeito, o seu secretariado, o seu colegiado. E pudemos conversar sobre quais seriam os pontos críticos, e de imediato houve a intervenção. E hoje está aí Florianópolis recuperada desse episódio que ocorreu pouco antes do Carnaval.

Obviamente que o comportamento dos municípios vizinhos também foi assim, com o os quais também nós, como deputados, somos solidários, como é o caso de São José e de Palhoça, onde existe o represamento de águas. Isso, sim, prova conseqüências de mais dias de chuva, mas lá também foram tomadas as devidas providências. Com os prejuízos que isso acarretou, o governo do estado, a Defesa Civil, através do coronel Márcio, foram trabalhando intensivamente e mobilizando-se. Então, neste sentido, esse militar, na sua patente, mobilizou toda a força civil e deu um exemplo de como é possível ajudar, através da solidariedade e das forças públicas, quando a coletividade e a comunidade precisam.

Bom, neste momento também gostaria de agradecer a nossa Capital, a nós, que somos representantes da capital de todos os catarinenses neste Parlamento, a todos que foram solidários, que trabalharam e atenderam durante as chuvas que se precipitaram na Grande Florianópolis e em todo o estado de Santa Catarina. E agradecemos principalmente ao governo do estado, através de suas instituições, à sociedade civil e às prefeituras.

Também gostaríamos de parabenizar o manifesto da nossa cultura, que é o Carnaval, através do desfile das escolas de samba, que foi muito bem organizado, um sucesso na nossa passarela Nego Quirido, que já é histórica.

Quero parabenizar principalmente a escola campeã, Copa Lord, sem desmerecer as demais escolas de samba que representam as comunidades, que participaram, pois todas engrandeceram esse Carnaval. Apesar do trabalho que passaram, das dificuldades que tiveram, puderam mostrar que Florianópolis a cada ano recupera a sua manifestação do Carnaval nas ruas. Por exemplo, com relação ao Carnaval do Pop Gay, com mais de 50 mil pessoas, dizem que é um dos maiores carnavais do sul do país.

Isso demonstrou que Florianópolis é uma cidade querida e que o nosso estado é preferido para a visitação turística. Realmente lotou! É uma pena que não tenhamos mais o turismo durante o verão todo. Estamos observando, diante da crise econômica, que a vinda da população fica concentrada no Natal, no fim do ano e no Carnaval. E esperamos que até a Páscoa também tenha mais alguma concentração. Antigamente as pessoas vinham ao longo desse período de verão até para alugar casas dos pescadores. Hoje, claro, procuram mais os hotéis e as pousadas, que mostram que nos organizamos na recepção. Enfim, Santa Catarina e

Florianópolis estão de parabéns. Temos uma Capital que, companheiro deputado José Natal, vai pertencer à biosfera mundial na sua proteção ambiental, no seu trabalho, onde mais de 50% praticamente é parque, é reserva, é proteção à natureza, cuidando da nossa Ilha.

Quero ainda dizer que tanto o estado quanto o município estão de parabéns, pois fomos o estado preferido de todos para se deslocarem, para virem, e a capital mais querida do país, pois a imprensa divulga e mostra isso, o que aumenta a nossa auto-estima e dá orgulho não só para quem é filho da Capital ou que aqui vive, a quem chamo de turistas dos 365 dias, mas para todo o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. é a pessoa realmente apropriada para falar desse tema da questão turística e do meio ambiente, porque é da área, esteve agora representando esta Casa Legislativa no fórum mundial, sabe realmente tudo sobre a questão e ficou muito satisfeito. Quanto ao Carnaval especificamente, já me coloquei.

Quero também aproveitar o gancho e parabenizar as escolas de samba de Florianópolis pelo belo Carnaval que fizeram. Uma tem que ser a vencedora e a vencedora, segundo quem conhece Carnaval, foi a Copa Lorde. Parabéns! Mas o prefeito Dário Berger, a sua equipe, o governo do estado ajudaram e propiciaram para que isso acontecesse.

Quero fazer um agradecimento especial e parabenizar todo aquele pessoal que no sábado o dia todo trabalhou na recuperação daqueles carros para poder ter o desfile à noite, porque a chuva estragou muito os carros, mesmo com eles ali parados, sem movimento. Eu estive lá e acompanhei o pessoal, o dia todo, trabalhando com afinco, como sempre, para apresentar Santa Catarina para o estado e para o Brasil.

Srs. deputados, com certeza absoluta volto a dizer que o nosso Carnaval foi um sucesso na questão da segurança e pelo trabalho realizado por toda a equipe do governo do estado. Ao prefeito Dário Berger, nosso anfitrião, os meus parabéns. E parabéns aqueles que se envolveram no Carnaval da Capital, verdadeiros abnegados, porque com muito sacrifício fazem de tudo para mostrar para nós e para quem nos visita a nossa beleza, o nosso Carnaval.

Parabéns a todos!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Realmente, deputado José Natal, v.exa. ressaltou a importância do Carnaval para quem administra uma cidade numa época de muita chuva, pois as dúvidas surgiram quanto à transferência ou não da apresentação dos carros alegóricos. Mas chegaram a um acordo e tudo se realizou, sendo recomposto todo o trabalho que havia sido estragado pelas chuvas.

Então, todas as escolas, mais uma vez, estão de parabéns pelo grande desfile, pelo grande *show* que montaram, pelo evento artístico, bem como os blocos que serão as futuras escolas de amanhã. E eu ainda defendo que nessa passarela de samba deva acontecer um desfile especial de toda Santa Catarina, com a melhor escola de Joinville, com a melhor escola de Laguna, de Criciúma, de Joaçaba, ou seja, fazer um Carnaval por essa passarela de todo o estado de Santa Catarina, porque realmente é uma manifestação cultural.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Marcos Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente e srs. deputados, como havia dito no meu pronunciamento anterior, muitos dos temas ou assuntos que discutimos no ano passado estão vindo também a plenário para discussão neste ano de 2008. E falei sobre a situação das rodovias em Santa Catarina no meu primeiro pronunciamento, posto que foi um assunto por mim discutido à exaustão no ano passado.

Santa Catarina não pode parar. Santa Catarina tem que continuar avançando. E ela está avançando graças ao esforço permanente da sua gente, de todos nós, catarinenses, que dia-a-dia vamos à luta, no sentido de fazer com que Santa Catarina continue também despontando no cenário nacional e internacional.

O nosso estado está livre da febre aftosa sem vacinação graças aos técnicos que o governo do estado tem. Mas Santa Catarina, por ser um estado pequeno, tem 1.1% de todo o território nacional, tem somente cerca de 3.3% da sua população brasileira, mas ele desponta no cenário nacional como o sexto maior produtor de alimentos do país, como o sexto maior em arrecadação de impostos do país e como o sétimo estado em exportação no país. E para fazer frente a esse avanço de Santa Catarina, o governo federal alardeou no ano passado obras monumentais em solo catarinense, 21 promessas de implantação do PAC para fins de infra-estrutura em Santa Catarina. Foram reuniões, festas, entrevistas, congressos, seminários, apresentação de gráficos, de mapas.

A população assistia, aplaudia e dizia que Santa Catarina, no ano de 2007, iria dar um salto de qualidade. Mas quem anunciava essas obras monumentais, com certeza absoluta, apostava no esquecimento da cobrança que a população haveria de fazer no ano seguinte, neste ano de 2008. Apostaram que o povo é bobo, que o povo acredita em história de carochinha. Mas a nossa sociedade está organizada e sabe cobrar, vai para a linha de frente e exige.

Santa Catarina é o sexto maior em arrecadação de impostos, mas está no vigésimo segundo lugar em retorno de verbas federais para Santa Catarina. Olhem o que diz o *Diário Catarinense* do dia 23 de janeiro sobre o balanço das obras do PAC prometidas pelo governo federal aos catarinenses - 21 obras. Um ano depois o balanço que a imprensa faz é o seguinte: "Um ano depois e PAC no papel."

A sociedade civil organizada de Santa Catarina exigiu uma resposta do governo federal quanto às promessas feitas no ano de 2007 e o obrigou a vir às televisões, jornais e rádios para reconhecer que em Santa Catarina, das 21 obras de altos investimentos em infra-estrutura, somente uma obra ficou pronta.

Não sou eu que estou afirmando, não sou eu que estou dizendo. Quem está dizendo isso são dois dos mais importantes ministros do governo Lula, a ministra Dilma Roussef e o ministro Guido Mantega, que afirmaram na *Folha de S.Paulo*, no jornal *A Notícia*, do dia 23 de janeiro, que mentiram para Santa Catarina quando disseram que iriam fazer 21 obras e só uma estava pronta.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Marcos Vieira.

Só quero fazer uma pergunta para deixar no ar: sobre essas 21 obras prometidas v.exa. não tem o levantamento de quanto gastaram com cartão corporativo para vir até aqui?

Esse é um assunto que vamos tratar na semana que vem, com certeza absoluta.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado José Natal, vamos alargar um pouquinho mais as perguntas!

Chamaram-me a atenção, no dia de hoje, na primeira sessão deliberativa do Parlamento Catarinense, de 2008, duas moções na Ordem do Dia, apresentadas pelo líder do governo nesta Casa, o eminente deputado Herneus de Nadal. É grave o que diz o deputado Herneus de Nadal. É uma moção endereçada ao ministro dos Transportes, ao diretor do DNIT e ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando a atenção no sentido de fiscalizar, periciar ou fazer uma tomada de contas especiais na prestação de serviços de pavimentação asfáltica realizados na rodovia BR-282.

Vejam, senhoras e senhores, que o asfalto se apresenta em péssimo estado de conservação, indicando o uso de materiais inadequados ao asfaltamento, ou de qualidade inferior às normas técnicas nacionais para o asfaltamento, ou à má prestação de serviços de asfaltamento rodoviário. Isso é grave, é grave!

E vai além o eminente deputado Herneus de Nadal, que apresenta uma segunda moção, em que pede as mesmas coisas ao Tribunal de Contas, ao ministro e ao diretor do DNIT com relação à BR-163, no trecho compreendido entre São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira.

Nobres pares, procurei o deputado Herneus de Nadal e perguntei a s.exa., de corpo presente, o que significava aquilo. Ele ficou calado durante 30 segundos e disse: "Quero comentar pouco, mas vou deixar para o Tribunal de Contas. Parece que há algo de grave na recuperação das rodovias."

Se há algo de grave na recuperação das rodovias é porque efetivamente o governo federal não tem dado a devida atenção a Santa Catarina no que diz respeito ao PAC! Mas dá atenção, sim, à gastança desenfreada das diárias do governo federal, aos cartões corporativos, enfim, enrola a população dando Bolsa Família de R\$ 80,00 e gasta por ano mais de R\$ 100 milhões em lojas de conveniência.

Nós vamos voltar ao assunto, srs. deputados.

Muito obrigado e um bom final de semana a todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, srs. deputados, cumprimento também, de forma especial, todos os ouvintes da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Este é um ano seguramente especial para a sociedade, não só para os políticos, porque é o ano em que vamos escolher os representantes das Câmaras de Vereadores, os representantes dos prefeitos e dos vice-prefeitos dos 293 municípios de Santa Catarina, dos quase 6.000 municípios que temos no Brasil.

Então, este é um momento em que a sociedade inteira, naturalmente, terá que se empenhar para ajudar a escolher aqueles que vão atender aos clamores sociais, que vão atender às necessidades mais prementes da sociedade. E no lançamento da Campanha da Fraternidade, em nível nacional, o secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa, representado aqui em Santa Catarina pelo nosso arcebispo Dom Murilo Krieger, ou em cada paróquia pelos seus vigários, fez chegar a toda a sociedade o tema deste ano dessa campanha, que é justamente a vida e a qualidade de vida.

Eu imagino que a igreja, não só a católica, mas todas as igrejas cristãs, não quer apenas, através desse tema, criar um clima contra algumas leis de aborto que tramitam no Congresso Nacional, mas, acima de tudo, quer promover a qualidade de vida. E até nos textos que foram publicados pela CNBB colocam o versículo X do capítulo X, de São João: "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância". E o que é vida em abundância? Certamente tem muito a ver com qualidade de vida.

Então, é este ano que vamos escolher os nossos representantes, e a Campanha da Fraternidade também movimentada todas as igrejas cristãs, toda a sociedade em prol do tema qualidade de vida, a vida em abundância.

Certamente compreendo que este é um ano de fato muito importante não só para nós, deputados, para nós, candidatos a algum cargo, mas, principalmente, para a sociedade,

que tem a incumbência de escolher aqueles que vão saber priorizar as reais necessidades da sociedade. Aliás, a CNBB tem-se destacado, nos últimos anos, pela escolha dos temas, que coincidem muito com o clamor social, com a necessidade social. Por exemplo, em 1996, o tema da Campanha da Fraternidade era o seguinte: Fraternidade Política, Justiça e Paz se abraçarão.

A política, hoje, é o maior instrumento que a sociedade tem para promover a convivência social. Se os Evangelhos ensinam que devemos dividir o pão, cabe àqueles que ocupam esses cargos políticos fazerem isso. E é através da política que poderemos promover a divisão do pão no sentido amplo da educação, do emprego, do saneamento, da água, enfim, tudo isso que é muito mais do que simplesmente o pão, mas um conceito que dá qualidade de vida.

Em 1998 a Campanha da Fraternidade usou o tema Fraternidade e Educação a Serviço da Vida e da Esperança; em 1999, Fraternidade e os Desempregados. Por que sem trabalho? O que vamos fazer, se não dermos o trabalho em vez de distribuirmos esmolas? Vamos incentivar os investimentos em que as pessoas tenham oportunidade de trabalhar e trabalhando possam ganhar o seu quinhão.

Em 2000, o tema foi Dignidade Humana e Paz, Novo Milênio Sem Exclusões, com a intenção de promover a inserção social. Em 2001, o tema foi Vida Sim, Drogas Não, também atendendo a um grande clamor social e à necessidade de encontrarmos meios de envolver toda a sociedade para que possamos vencer esse grande mal que afeta todas as famílias através da distribuição das drogas.

Ao mesmo tempo em que achamos que é a polícia que tem de achar as drogas, que é o governo que tem de conter as drogas, estamos sendo coniventes com esse grande mal quando sabemos que o nosso vizinho usa drogas e não denunciamos.

Em 2004, o tema era Fraternidade e Água. A água é fonte de vida e temos necessidade de preservar esse grande bem mundial. Em 2005 era Solidariedade e Paz. Felizes os que promovem a paz. E agora em 2008 o tema é Fraternidade e Defesa da Vida. Escolha, pois, a vida.

Então, todos os temas que a Campanha da Fraternidade coloca aqui, na verdade, são tarefas para todos nós, para a sociedade no sentido de se envolver e para nós, políticos, é uma grande direção, é um grande direcionamento.

Eu compreendo esse tema Fraternidade e Defesa da Vida. Escolher, pois, a vida, promover a vida em abundância para todos nós é uma grande tarefa do governo.

Nesse sentido quero cumprimentar mais uma vez a CNBB, que escolhe e promove um tema, e muito mais do que promover um tema é muito importante, naturalmente, coibir as leis que favoreçam o aborto e estimular a sociedade, aqueles que têm mais responsabilidade, a desenvolver ações que promovam a vida, uma grande qualidade de vida, seja através da educação, melhorando as nossas escolas e os salários dos professores, através da saúde, melhorando a vigilância sanitária, a prevenção nos postos de saúde, através das vacinas, melhorando o atendimento médico nos hospitais, aumentando a segurança das nossas estradas, e, através da qualificação profissional, proporcionando a garantia de emprego a todos nós.

É muito importante também fazer investimentos no tratamento de esgotos, no tratamento da água, na infra-estrutura das estradas, das telecomunicações, da energia, enfim, são muitas as ações que podemos e devemos fazer com a intenção de atender a um clamor social de agora e que venham promover uma melhor convivência social e uma melhor qualidade de vida, uma vida em abundância como diz o tema da...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. Deputado.

Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições resolve DESIGNAR, de acordo com os arts. 25, parágrafo único, e 65, inciso III, letra "a", do Regimento Interno, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig

Deputado Jandir Bellini
Deputado Silvío Dreveck
Deputado Décio Góes
Deputado Gelson Merísio
Deputado José Natal Pereira
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Deputado Edson Piriquito
Deputado Edison Andriano
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Sargento Amauri Soares
COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira

Deputado Sargento Amauri Soares
COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
 DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Ada de Luca
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Serafim Venzon
 Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Manoel Mota
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Décio Góes
 Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Serafim Venzon
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputada Ada de Luca
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Jorginho Mello
 Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Edson Piriquito
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Jailson Lima
 Deputado Gelson Merísio
 Deputado Serafim Venzon
 Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado José Natal Pereira
 Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputada Ada de Luca
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Marcos Vieira
 Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,
 COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputada Ada de Luca
 Deputado Moacir Solpelsa
 Deputado Jandir Bellini
 Deputado Jailson Lima
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Edson Piriquito
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Décio Góes
 Deputado Cesar Souza Júnior
 Deputado José Natal Pereira
 Deputado Sérgio Grandó

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Herneus de Nadal
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Jandir Bellini
 Deputado Jailson Lima
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Jorginho Mello
 Deputada Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições resolve DESIGNAR, de acordo com os arts. 44 e 45, parágrafo único, do Regimento Interno, para constituir a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Manoel Mota
 Deputado Romildo Titon
 Deputado Moacir Sopelsa
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Jailson Lima
 Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputada Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DISCUTIR O COMBATE À DENGUE, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 14H, NA SALA DE REUNIÕES DESTA CASA

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Odete de Jesus) - Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a presença e chamar para compor a mesa o promotor de justiça Leonardo Henrique Marques, aqui representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina; o senhor Luiz Antônio da Silva, diretor de Vigilância Epidemiológica no Estado; a senhora Clarice Azevedo, enfermeira responsável pelo Programa de Combate à Dengue no Estado de Santa Catarina; o senhor Sebastião Nunes, neste ato representando o senhor Antônio Anselmo Granzotto, da Vigilância de Saúde de Florianópolis; o senhor Marcos Henrique Rodrigues, supervisor da dengue no município de Biguaçu; a senhora Claudiane Remor Borghazan, representando a deputada Ada De Luca.

Não quero me alongar muito na introdução desse tema polêmico e preocupante para o nosso Estado, apenas dizer que elaborei um requerimento para a Comissão de Saúde, da qual sou integrante, solicitando que os membros da referida Comissão aprovassem a realização desta audiência, a fim de termos um panorama sobre focos e perigos da dengue no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa tem sido parceira nessa mobilização, através das audiências públicas. E o Poder Executivo, preocupado, lançou campanhas nos veículos de comunicação, as quais podem ser assistidas em vários momentos. Segundo os dados veiculados pela imprensa, em 2006 foram registrados 321.368 casos da doença em nosso país; em 2007, foram 481.316 casos, portanto, houve um aumento dos casos de dengue. No Sul do Brasil, especificamente em Santa Catarina, devido ao clima ser mais frio e às condições de prevenção, o número de casos ainda é bastante reduzido, mesmo assim, fiquei preocupada ao saber que ainda existem alguns focos, mas vou deixar esse assunto para os senhores expor depois, bem como as medidas que devem ser adotadas para evitar que o mosquito da dengue se multiplique.

O que mais me preocupa é que ele poderá vir de outros Estados dentro de veículos, no meio de folhagens, que são úmidas. E, sabendo que o mosquito se multiplica a cada dia, farei as seguintes advertências, e é claro que os senhores também irão abordar o que vou falar: *(Passa a ler.)*

1. Procurar esvaziar as garrafas não utilizadas e virá-las de cabeça para baixo para não acumular água parada;
2. Eliminar pneus fora de uso e não estocá-los em áreas descobertas;
3. Não acumular água em lajes ou calhas;
4. Colocar areia nos vasos de plantas;
5. Manter fechadas e cobrir tonéis e caixas d'água;
6. Verificar se todos os ralos da casa estão desentupidos e mantê-los sempre fechados;

7. Vasilhas de água e comida dos animais devem ser lavadas com frequência (no mínimo uma vez por semana);

8. As piscinas devem ser tratadas à base de água com cloro e a limpeza deve ser frequente (no mínimo uma vez por semana);

9. Evitar acúmulo de lixo e entulhos;

10. A lixeira deve ser mantida fechada e seca."

Sobre os tipos de doenças, vou deixar para os senhores expor a seguir; agora farei algumas perguntas, tais como: *(Passa a ler.)*

"1. Como controlar e quais os métodos de prevenção contra a constatada capacidade que o mosquito da dengue tem de se adaptar às condições das diferentes regiões do País?

2. Por que há dificuldade para os agentes públicos de saúde na identificação e tratamento da doença, especialmente na sua forma hemorrágica?

3. As campanhas e políticas públicas conseguem esclarecer e conscientizar a população mais carente de informação sobre a propagação e a epidemia da dengue?

4. Existem outros métodos e outras ações que sejam capazes de conter o avanço da doença?

5. Quais os sintomas da dengue clássica e da dengue hemorrágica?

6. Os agentes e técnicos em vigilância possuem boas condições de trabalho e estrutura suficiente para realizar as suas funções preventivas no combate à dengue?

7. Qual é a situação atual no Estado de Santa Catarina?"

No final, eu vou passar para os senhores algumas sugestões.

Passo a palavra neste momento ao doutor Luiz Antônio da Silva, diretor de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina, a fim de que coloque o seu posicionamento sobre esse problema tão grave que está levando pessoas a óbito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA - Boa-tarde, deputada Odete de Jesus e promotor representante do Ministério Público de Santa Catarina.

Convém salientar aqui que a parceria no início deste ano entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério Público Estadual tem sido uma das principais estratégias no sentido de mobilização e, naqueles casos em que há uma resistência muito grande, de posicionamento firme na gestão dos municípios de Santa Catarina, até porque existem várias situações que, de certa forma, comprometem a atividade de controle da dengue.

A dengue é uma doença infecciosa e endêmica no Brasil. Basicamente, teve um período de recrudescimento a partir de 1986, quando voltou a se instalar na maioria dos Estados brasileiros. A partir dessa data, ela vem apresentando características de ciclos epidêmicos, geralmente em torno de quatro a cinco anos. O último ciclo epidêmico no Brasil foi em 2002, quando tivemos mais de 500 mil casos, o que realmente trouxe preocupação, principalmente às famílias que têm a infelicidade de serem acometidas por essa doença.

Esse mosquito já é antigo no território brasileiro, e a cada ano que passa ele tem se adaptado de uma forma extremamente importante. Outro alerta, deputada Odete, é que hoje o clima mais frio pouco interfere na reprodução ou no controle desse mosquito especificamente.

Eu vou apresentar alguns dados para que a gente possa perceber claramente como está a situação no Brasil. E é bom que se frise que somos o único Estado ainda com a não-transmissão do vírus da dengue; portanto, se as pessoas contraírem infecção da dengue no território catarinense, isso vai aumentar sensivelmente a nossa responsabilidade, porque se a doença já estivesse instalada, o serviço de saúde deveria propiciar as condições para diagnóstico e tratamento dessas pessoas.

Temos que trabalhar de uma forma bastante convicta, porque se nós fizermos o papel que compete ao Poder Público e se a população catarinense fizer a sua parte, a perspectiva é que a gente ainda segure por um tempo razoável (não dá para precisar se por um ou dois anos), mas quanto mais a gente estender essa situação de forma permanente, melhor será para que não se tenha no Estado a transmissão autóctone, ou seja, contrair doença no seu território de residência.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Temos aqui alguns dados. Ali tem uma caricatura da Gerência de Zoonoses, que é vinculada à Diretoria de Vigilância Epidemiológica, responsável por trabalhar toda a questão da vigilância e do controle das doenças que têm características zoonóticas (ou doenças epizooticas), enfim, que têm a ver com a relação homem e ambiente animal.

Como a deputada falou, nós temos uma situação extremamente complicada. De janeiro até este mês de novembro já são 481 mil casos no território brasileiro. Todos os Estados estão com transmissão autóctone, com exceção de Santa Catarina.

Aqui *(aponta para a imagem)* temos uma situação da dengue no Brasil em relação aos casos, especificamente. Uma questão importante que tem que ser diferenciada é a relacionada aos sorotipos virais que existem circulando no Brasil. Na verdade, a dengue, na sua forma clássica, na sua forma de contágio, tem quatro tipos de vírus, que chamamos de dengue 1, dengue 2, dengue 3 e dengue 4. No Brasil ainda não tivemos a identificação da circulação do vírus dengue tipo 4, mas essa é uma possibilidade que está à nossa porta. Nós temos esse tipo de vírus nas Guianas, na Venezuela, na Bolívia e temos alguns episódios de transmissão (ainda não identificados o tipo de vírus) na região Norte do Brasil, principalmente em Rondônia, Acre, e tudo nos sugere que já seja a introdução do vírus de dengue tipo 4 no território brasileiro.

Isso é extremamente preocupante, porque a cada novo vírus ou a cada novo período de infecção por um tipo de vírus é que temos esses chamados ciclos epidêmicos, que é o que está acontecendo aqui neste ano, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde está ocorrendo a reintrodução em grande escala do vírus de dengue tipo 3.

Até agora temos 481 mil casos da dengue e 1.076 casos de febre hemorrágica, com 121 óbitos. A febre hemorrágica, é bom que se diga, é a forma considerada grave da manifestação da dengue. Outro fato importante é que a febre hemorrágica só se manifesta na pessoa posteriormente a uma primeira infecção, ou seja, necessariamente o indivíduo já tem que ter sido infectado pelos vírus de dengue 1, 2 ou 3. Conseqüentemente, se ele está sendo infectado por um outro vírus, isso pode levar a um provável caso de febre hemorrágica, que tem uma característica clínica mais agravada e é extremamente complexa, principalmente devido à infecção sistêmica, e geralmente precisa de suporte hospitalar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

É que, comparado ao ano de 1996, tivemos um aumento extremamente importante, principalmente nos Estados mais atingidos, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Ou seja, no mesmo período do ano passado, hoje já são 160 mil casos a mais.

Aqui temos detalhadamente o número de casos por região do País. O maior número de casos está acontecendo na região Sudeste, que tem 164 mil casos até agora; seguida da região Nordeste, com 127 mil; e da região Centro-Oeste, com 105 mil.

O Sul, especificamente, é o que interessa para nós. Existe uma comissão que está se responsabilizando para discutir Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e os países do Mercosul no sentido de traçar estratégias ou disponibilizar alternativas para a gente enfrentar essa epidemia. Então, podemos ver aqui *(aponta para a imagem)* que aumentou consideravelmente o número de casos na região Sudeste, e agora, de uma forma bastante rápida, na região Sul.

Aqui, só para a gente ter uma comparação, o que importa do ponto de vista da epidemiologia é o que chamamos de incidência. Quer dizer, o número de casos absoluto não assusta muito, só começa a assustar a partir do momento em que você encontra uma incidência relativamente alta, e vemos aqui *(aponta para a imagem)* que todas as regiões do País já têm uma incidência de média para cima, sendo que a região Centro-Oeste já tem uma alta incidência do ponto de vista epidemiológico.

No caso da dengue, a incidência refere-se ao número de pessoas que adoecem para cada 100 mil habitantes da região. A região Sul ainda apresenta a menor incidência, em torno de 168 casos por 100 mil habitantes, seguida da região Sudeste, 204 casos por 100 mil habitantes. Agora, é bom que se diga que nessas duas regiões a incidência é um pouco baixa, pelo número de casos, porque são as mais populosas do território brasileiro.

A região Sul registrou até o dia 23 de novembro 46.473 casos de dengue. E aí temos uma distribuição extremamente importante do ponto de vista dos dois Estados do Sul, com exceção de Santa Catarina (onde também já foi constatada a presença). Paraná ganha disparado, tem 43.691 casos, e seus grandes municípios, como Maringá, Foz do Iguaçu e Londrina, contribuem para a totalidade dos casos naquele Estado.

O Rio Grande do Sul apresentou dengue a partir de abril deste ano, e a região nordeste daquele Estado, que concentra casos de dengue autóctone, faz ligação com o extremo oeste de Santa Catarina, daí estarem sendo feitas barreiras para impedir que haja esse tipo de infestação, principalmente em Dionísio Cerqueira, que tem sido um dos principais pontos de intervenção da Secretaria de Estado da Saúde.

Aqui dá para a gente ver que o aumento de casos em relação ao ano passado, principalmente no Estado do Paraná, que tinha casos de dengue já em 2006, é de 870%. Realmente é uma situação bastante crítica.

O Ministério considera que Santa Catarina já tem 444 casos notificados de dengue; agora, é bom que se diga que no nosso Estado trabalhamos com casos confirmados de conceito de dengue, ou seja, a confirmação laboratorial é que importa. Nesse contexto, atualmente no Estado de Santa Catarina temos 109 casos de dengue, todos eles considerados casos importados, ou seja, transmitidos ou por catarinenses que se deslocaram para outros Estados do Brasil e foram infectados ou por indivíduos de outros Estados que se deslocaram para Santa Catarina e, infelizmente, manifestaram a doença em território catarinense.

Aqui é para se ter uma idéia do nosso trabalho por semana epidemiológica. Nós trabalhamos semanalmente as notificações, os acompanhamentos, e em amarelo (*aponta para a imagem*) são os casos notificados, em azul, os casos realmente confirmados como de dengue. Para nós, quanto mais casos suspeitos forem notificados, melhor. É importante que no diagnóstico de um quadro gripal com infecção respiratória compatível com caso clínico de dengue haja a suspeita de ser dengue, principalmente em pessoas que estiveram fora do Estado de Santa Catarina.

Então, é muito importante para o serviço de saúde notificarem se o caso é negativo, investigarem, fazerem o diagnóstico e confirmarem se realmente é um caso de dengue ou não.

Aqui temos uma noção rápida da estrutura do Programa do Controle da Dengue em Santa Catarina. Relacionado com cada atividade temos, por exemplo, técnicos no nível central como supervisores e coordenadores do Programa; supervisores no nível central, que são relacionados à Secretaria do Estado da Saúde; supervisores regionais, que atuam nas nossas gerências regionais de saúde (atualmente estão funcionando dezenove gerências com o Programa implantado); agentes de campo municipais, em número de 715 (esse é o agente da dengue mesmo, é aquele que sai a campo, que visita os domicílios, as residências de Santa Catarina, monta armadilhas, inspeciona os pontos estratégicos, enfim, é o elemento mais importante para o controle e vigilância da dengue no Estado; supervisores de campo municipais, que têm a responsabilidade de coordenar e de programar as atividades municipais; e técnicos de entomologia, locados nos nossos laboratórios.

Temos hoje em Santa Catarina doze laboratórios de entomologia regionais e um laboratório no nível central, na diretoria de Vigilância, que tem a responsabilidade de identificar a larva ou, no caso, o mosquito adulto quando capturado, que é raríssimo aqui em Santa Catarina, para ver se realmente é o *Aedes aegypti*, o potencial transmissor da dengue. Conseqüentemente, esse diagnóstico nos move a desencadear todas as atividades de tratamento e de intervenção para eliminar esses focos.

O Programa da Dengue está instalado em 293 municípios, e gostaria de registrar aquilo que falei no início do ponto de vista do trabalho e da parceria com o Ministério Público de Santa Catarina. Tem havido uma constante troca de informação, e a gente repassa essas informações regularmente para o Ministério Público do ponto de vista dos municípios que estão em plena atividade. Às vezes não é um motivo que, administrativamente, a gente possa resolver, e aí depende, sim, da participação da sociedade organizada de Santa Catarina para que essa atividade não pare. Às vezes o problema é o contrato temporário do agente da dengue, cuja troca tem que ser feita porque o Estado não pode mantê-lo contratado por não ter feito concurso público, e com isso há uma interrupção nisso aí; às vezes é porque o agente da dengue saiu mesmo e não foi repostado, enfim, é uma série de fatores. Mas o programa está instalado em 293 municípios, e à medida que se detecta essas situações, que são mais administrativas do ponto de vista da gestão municipal e que não têm muito a ver com a intervenção do Sistema Único de Saúde, tem-se contado com o apoio fundamental do Ministério Público estadual.

As atividades de delimitação de foco e de identificação, que a gente chama de DF e Li + T, são feitas numa área com um raio geralmente de 300 metros, que é o ponto ideal, e todos os domicílios, indústrias e comércios instalados nessa área são imediatamente visitados para identificar se existe ali a presença do *Aedes* ou não.

Esse mosquito tem uma autonomia de voo extremamente limitada, não voa mais que 150 metros, 200 metros. Portanto, se ele é identificado numa região, com certeza o criadouro, ou aquilo que a gente chama de característica possível de reprodução desse mosquito em grande quantidade, está localizado nesse raio delimitado, e aí a atenção passa a ser voltada àquela atividade do agente de campo.

Isso aqui é fundamental (*aponta para a imagem*). Eu diria que se Santa Catarina está nessa situação hoje, isso se deve ao que a gente chama de vigilância do mosquito vetor ou transmissor da dengue no Estado. Insistimos nessa estratégia de rede de armadilhas, já outros Estados brasileiros que estão com um grande número de casos trabalham de forma alternativa, por exemplo, com amostragem de índice de infestação. Mas nada nos convenceu ainda que a rede de armadilhas não seja, no momento, a melhor estratégia que a gente tem para o controle e vigilância do mosquito.

Temos uma rede de armadilhas instalada em todo o Estado, e geralmente calcula-se uma armadilha para cada cem imóveis. Até agora temos 17.640 armadilhas instaladas nos municípios catarinenses, que são inspecionadas pelos agentes da dengue semanalmente.

Eu acho que esse é o grande *boom*, a grande vantagem do sistema de vigilância em Santa Catarina, e não tenho dúvida de que vamos ter que continuar insistindo e perseguindo isso de forma cada vez mais clara e objetiva.

Para vocês terem uma idéia, esses agentes realizam aproximadamente 917 mil visitas por ano para inspecionar as armadilhas. Então, é extremamente importante que na casa do catarinense, na loja, na fábrica onde está instalada essa armadilha, ela seja bem tratada.

O aspecto visual dessa foto não é muito bonito (*aponta para a imagem de um pedaço de pneu cortado e pendurado*), as pessoas até reclamam um pouquinho, mas esse pneu de moto fechado com um aramezinho e com uma quantidade de água é o ambiente propício para a fêmea do mosquito pôr seus ovos. Não tenho dúvida de que esse vai ser o primeiro local que ela vai procurar.

Outra ação de intervenção é nos chamados pontos estratégicos para um provável criadouro do mosquito, como borracharias, cemitérios, ferros-velhos, rodoviárias, casas de material de construção, enfim, locais onde geralmente existe uma grande quantidade de entulhos com características de acondicionar água, principalmente água limpa, água da chuva, oferecendo grande risco de infestação do mosquito.

Esses pontos estratégicos são visitados quinzenalmente, e se a gente consegue detectar um foco, a visita passa a ser feita semanalmente, pelo menos por um período, até que haja o controle. Temos 7.334 pontos estratégicos no Estado de Santa Catarina, e neles são feitas em torno de 176 mil visitas por ano.

Portanto, pontos estratégicos e rede de armadilhas são, sem dúvida, a estratégia fundamental para Santa Catarina ainda poder dizer que não tem circulando o vírus da dengue em seu território.

Aqui temos uma idéia do número de municípios com focos de *Aedes aegypti*, e podemos dizer que houve um aumento significativo de 2003 a 2007. Em 2003 tínhamos exatamente 28 municípios infestados, atualmente estamos com 45. Em 2006, foram encontrados 386 focos, em 2007 subiu para 971 focos, lembrando que o ano não terminou. O verão está se aproximando, e a combinação calor e umidade é ideal para que haja a reprodução do mosquito.

Outra coisa importante é que o aumento dos focos encontrados em Santa Catarina mostra o resultado das armadilhas espalhadas no Estado. Pior seria se não tivéssemos instalado, juntamente com os municípios, esse tipo de vigilância e não estivéssemos pegando focos que porventura estão acontecendo. Aí, sim, nós não teríamos garantia nem segurança; provavelmente o mosquito estaria circulando e picando os indivíduos, transmitindo o vírus da dengue.

Então, esses 971 focos atuais representam um aumento importante e nos preocupam do ponto de vista da intervenção. Por outro lado, também nos mostram claramente que as ações de vigilância estão sendo feitas e que é melhor encontrar focos e tratá-los, intervir.

Nós temos produtos extremamente eficazes, produtos que, do ponto de vista de contaminação ambiental, têm um percentual muito reduzido ou insignificante, mas a gente não usa de uma forma indiscriminada, nós usamos os biolarvicidas de uma forma muito criteriosa, em locais em que encontramos as larvas, os focos, que é exatamente para tratar a questão da infestação do mosquito da dengue.

Esse mapa de Santa Catarina nos dá uma idéia dos municípios que já tiveram focos do *Aedes aegypti* no ano de 2007. A gente vê ali (desculpem-me, pois o mapa ainda está com 940 focos, mas já são 971; eu, infelizmente, não o atualizei, mas o número de municípios é o mesmo) uma concentração de municípios no extremo oeste de Santa Catarina, coisa que até 2006 não se observava. Ou seja, como eu falei para vocês anteriormente, tendo em vista a questão da circulação do vírus no nordeste do Rio Grande do Sul, principalmente na região da Foz do Iguaçu, no Paraná, que tem trânsito livre pela região de fronteiras do Estado de Santa Catarina, as ações lá foram implementadas no sentido de que essa vigilância fosse melhor colocada do ponto de vista do seu papel, da sua responsabilidade, principalmente no que diz respeito à detecção da circulação de mosquito.

E como sempre, aquela região litoral, principalmente o litoral norte de Santa Catarina, é uma região que, historicamente, sempre apresentou o maior número de focos desde que o Programa de Controle da Dengue começou aqui no Estado, em 1998.

Vamos mostrar agora algumas fotos que caracterizam como a vigilância da dengue dos municípios tem encontrado os locais, principalmente nos pontos estratégicos: aí são as sucatas, os chamados ferros-velhos; essas são as condições nas quais encontramos os locais (*mostra várias fotos*), e isso é uma coisa extremamente preocupante, porque o mais difícil é convencer aquele proprietário do comércio, do imóvel, que o mosquito pode estar ali e que a colaboração dele é muito importante.

Eu gostaria de registrar que a situação incontrolável do início do ano no município de Chapecó, do ponto de vista de como ela se instalou, foi devido à existência de ferros-velhos ou desmanches em grandes quantidades, especificamente no centro do município. Para se ter uma idéia, só o município de Chapecó é responsável por mais de 50% dos focos no ano de 2007 aqui em Santa Catarina. O trabalho de vigilância, de convencimento, de orientação feita lá já nos mostra, hoje, uma realidade completamente diferente do ponto de vista da adequação e da melhoria das condições de funcionamento desses ferros-velhos, desses desmanches que operam no município. A gente sabe que do ponto de vista econômico eles são importantes (não fazemos nenhum juízo de valor em relação a isso), mas, por outro lado, é extremamente necessário que haja a colaboração dos proprietários, dos funcionários que trabalham nesses locais para que possam ter o mínimo de organização possível.

Vejam (*aponta para a foto*), esse é um depósito de pneus - se é que se pode chamar de uma borracharia -, completamente exposto, qualquer água de chuva... podem ver que os pneus estão em pé, a água fica acumulada, e não precisa nem ter o mosquito, basta que esses pneus tenham vindo de um local ou que em um período anterior neles já tenham sido, por exemplo, depositados os ovos da fêmea. É bom que se diga que os ovos têm uma durabilidade, depois de aderido à parede (seja que parede for, e geralmente tem um pouco de umidade) de pneu, de casa ou de qualquer outro local, por um período de até um ano e meio, ou seja, dezoito meses. E esses ovos postos naquela parede, no primeiro contato com água limpa, com água de chuva ou água corrente, a tendência é a imediata eclosão ou o nascimento de larvas e depois, em um período muito rápido, a eclosão do mosquito já na sua fase de procriar e de morder os indivíduos.

Essa outra foto é de um outro ferro-velho, nessas mesmas condições, com um monte de desmanche. E aqui (*aponta para outra foto*) já é uma novidade, é o resultado do trabalho dos agentes da dengue da vigilância dos municípios, feito através da orientação. A gente já vê as peças organizadas e o mais importante, com cobertura. Isso não é caro e não é difícil de fazer, na verdade é uma questão de organização e de convencimento dessas pessoas. Essas peças estão cobertas, sem contato com a água de chuva, principalmente, e sem qualquer risco na questão da existência ou de ser um criadouro do *Aedes aegypti*.

Aqui também houve uma adaptação. É um depósito de pneus que estão devidamente acondicionados, com cobertura simples, mas devidamente protegidos, pois dá para ver a sombra projetada no terreno, e sem qualquer possibilidade de entrar em contato com a água da chuva.

Essa outra foto mostra que as peças de carros estão organizadas para não acumularem água. Ainda não tem cobertura, mas está organizada do ponto de vista do acesso do agente da dengue, de ele poder circular pelo meio, poder olhar entre as peças e identificar se tem larvas, tendo a possibilidade de tratar, de colocar o biolarvicida, coisa que não é possível em locais em que os materiais estão amontoados, numa situação extremamente desorganizada.

Por incrível que pareça essa foto mostra uma sucata de carros velhos, de carros que são apreendidos; na verdade é um depósito público. Então, não é só o proprietário privado, o cidadão que tem um ferro-velho como fonte de sobrevivência que age assim. E a gente tem batido muito nisso e de certa forma fiscalizado os depósitos de carros salvos em acidentes por seguradoras, os carros do depósito do Detran, da Polícia Rodoviária, porque a gente passa e vê um pátio cheio de veículos com grande quantidade de água armazenada, principalmente no assoalho e nas forrações, tendo o perigo de ser um local propício para a proliferação do mosquito.

Essa aqui (*aponta para a foto*) já mostra que o pessoal foi orientado sobre a situação de transporte, de adequação. Às vezes as pessoas esquecem que na transferência de um material, como na capota de um carro num local onde vai pegar chuva, se vai circular de um lado para outro, e provavelmente com um grande risco, um grande perigo... Isso é o que a gente chama de provável criadouro ambulante. As pessoas não se dão conta que isso é extremamente importante.

Esses são os dados que teríamos a apresentar neste primeiro momento. Vamos estar à disposição da deputada e de todos os demais para que possamos discutir e aprofundar mais a questão do debate da dengue.

Só gostaria de dizer que desta semana até o final do mês de dezembro estaremos trabalhando com a campanha "Não deixe a dengue entrar em Santa Catarina". É uma campanha do Estado de Santa Catarina realizada em parceria com as secretarias municipais de saúde de todos os municípios do nosso Estado que tem como objetivo levar a informação correta de como acondicionar, armazenar e trabalhar com vasilhames, pneus, garrafas e uma série de outras situações.

O que mais nos preocupa, na verdade, é que apesar de todo o esforço do Poder Público, desta parceria com o Ministério Público em estar acompanhando principalmente aqueles municípios com dificuldade, com deficiência na implantação do serviço ou na realização das ações, só isso não vai bastar. Por mais bem feita que seja a vigilância do *Aedes*, a identificação dos focos e o tratamento desses focos, se a população catarinense não participar, não contribuir, a situação torna-se extremamente preocupante. E digo isso por experiência própria: pelo número de municípios que nós estamos visitando, através da Secretaria de Estado da Saúde, e pelo quantitativo de lixo descartável que encontramos nas ruas e nos terrenos baldios dos municípios - hoje é comum encontrarmos latinha de cerveja e de refrigerante, copo descartável, garrafas PET, tampinhas de cerveja, que são recipientes, por menores que sejam, com capacidade de acondicionar água - podemos dizer que se torna um sério risco para a questão da dengue.

Então, fica o apelo, o pedido da Secretaria de Estado da Saúde, do Poder Público catarinense, para que a população colabore e faça a sua parte. Se agora está bom, se está legal sem dengue, mas nós precisamos manter essa situação. Não podemos deixar que o vírus da dengue se instale no território de Santa Catarina, porque tem a questão da epidemiologia. E nós podemos afirmar, com toda a certeza, deputada, que se o vírus da dengue se instalar em Santa Catarina, teremos em nosso Estado uma epidemia de grandes proporções, uma epidemia que alguns modelos matemáticos, que alguns modelos epidemiológicos nos apontam para um número aproximado de 400 a 500 mil casos, na medida em que se vai implantando isso.

Portanto, é fundamental termos a consciência de que o trabalho que fazemos agora, junto com a colaboração de todos, será, sim, suficiente para que a gente consiga, de certa forma, ainda evitar que o Estado de Santa Catarina tenha a transmissão da dengue.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Parabéns pela sua brilhante exposição, senhor Luiz Antônio da Silva, que representa a Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina.

Registro a presença da senhora Silvana Teixeira, que é presidenta do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias), e da senhora Leila Duarte Lacerda, representando o coordenador da Anvisa. Muito obrigada pela participação das senhoras.

Neste momento passamos a palavra ao doutor Leonardo Henrique Lehmann, promotor de justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, neste ato representando o Ministério Público de Santa Catarina, que também está fazendo um trabalho espetacular no Estado de Santa Catarina.

O SR. PROMOTOR LEONARDO HENRIQUE MARQUES LEHMANN - Uma boa-tarde a todos. Nós queremos registrar que no momento em que o Ministério Público teve ciência dos dados alarmantes do aumento dos casos de dengue e do aumento dos focos no Estado de Santa Catarina, imediatamente reunimos esses dados em relação a todas as comarcas e a todos os municípios do Estado de Santa Catarina e procedemos à classificação de acordo com a situação em que cada um se encontrava, de forma a organizar esses dados e encaminhar aos promotores de justiça do nosso Estado.

Esse trabalho nós realizamos no inverno, porque já era previsível que quando esquentasse o tempo o mosquito da dengue se reproduziria com mais facilidade, como bem foi colocado anteriormente pelo coordenador. A questão de temperatura elevada e de umidade proporciona uma multiplicação maior do mosquito e dos focos, e a nossa preocupação foi munciar o promotor já com esses dados e com material efetivo a fim de que pudesse atuar nas suas comarcas, antes que o tempo esquentasse; que ele já estivesse com as medidas tomadas e com a realidade conhecida.

Então, naquela oportunidade, no inverno, já identificamos, por exemplo, que havia municípios com atividades totalmente paralisadas - agora, segundo me informam, parece que não há mais municípios com atividades paralisadas -; comarcas com baixo percentual de armadilhas, e é possível até que ainda haja; comarcas com focos da dengue; comarcas com atividade paralisada e baixo percentual de armadilhas; comarcas com atividades paralisadas em 2007 e com baixo percentual de armadilhas em pontos estratégicos, constatados em 2006; comarcas com baixo percentual de armadilhas e pontos estratégicos em 2006; comarcas com baixo percentual de armadilhas em 2006 e focos de dengue em 2007; comarcas com percentual de armadilhas e pontos estratégicos em 2006 e com foco de dengue em 2007; e também comarcas que não apresentaram restrições, ou seja, os relatórios indicavam que a atividade estava sendo realizada e não haviam sido encontrados focos bem como não foi constatado baixo percentual de armadilha.

Mas mesmo para essas comarcas nas quais não foram apontados esses problemas específicos, também foi encaminhado todo o material a fim de que a prevenção ocorresse: não basta estar bem em alguns lugares, porque isso não é garantia de que vai continuar bem; para continuar bem tem que haver a manutenção do trabalho.

Então o material que procuramos providenciar, que o Ministério Público procurou minuciosamente, inicialmente foi no sentido de colocá-los a par desse aumento bastante impressionante de focos de dengue. Eu não sei se havia sido colocado anteriormente pelo PowerPoint, mas nós verificamos que em 2003 haviam sido constatados 250 focos no Estado de Santa Catarina; que em 2004 esse número caiu para 157 focos; que em 2005 aumentou para 191 focos, durante o ano inteiro; em 2006 esse número passou para 386 focos; e quando mandamos o material aos promotores, neste ano de 2007 já tínhamos 796 focos, e estávamos no meio do ano. Vejam, no ano passado foram 386 focos, o ano inteiro, e agora, dado atualizado, estamos com 971 focos, e ainda não acabou o ano. Ou seja, de um ano para outro, praticamente triplicou o número de focos.

Então, procuramos passar essa realidade preocupante aos promotores do interior do nosso Estado, que evidentemente está a sinalizar um risco iminente de aumento de casos e até eventualmente a ocorrência de casos autóctones, porque se você aumenta o número de focos, a possibilidade de ocorrer a transmissão local aumenta; embora ainda estejamos livres disso, mas a qualquer momento, se não houver esse trabalho de prevenção e o insistente trabalho de vigilância, estaremos sujeitos a registrar o primeiro caso de transmissão autóctone. Mas se espera que não aconteça com essa mobilização de toda a sociedade.

Então, o que nós encaminhamos aos promotores? Nós elaboramos minutas de recomendação aos municípios, aos gestores municipais, considerando todos esses dados, no sentido de que para aqueles municípios - nós separamos os tipos de municípios-problema que estavam acontecendo - que não tenham implantado ou implementado de forma completa o Programa Nacional de Controle da Dengue, que os promotores recomendassem a implantação ou a implementação integral, claro, excetuando-se as medidas que coubessem exclusivamente ao Estado ou à União, de todos os componentes indicados no Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, da Funasa, na forma determinada pelo manual de normas técnicas do Ministério da Saúde, que consistiriam na vigilância epidemiológica, no combate ao vetor, na assistência aos pacientes, na integração com atenção básica - os programas de agentes comunitários da saúde e o Programa de Saúde da Família -, nas ações de saneamento ambiental, nas ações integradas de educação e saúde, comunicação e mobilização social, na capacitação de recursos humanos e no acompanhamento e avaliação do PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue).

Também sugerimos que fosse recomendado aos municípios, como medida de prevenção, além de outras medidas previstas no plano nacional, a visitação por seus agentes sanitários de 100% dos pontos estratégicos previamente delimitados com ação focal, perifocal e eliminação de criadouros quinzenalmente; que fossem desenvolvidos programas e ações de forma continuada visando coibir, tratar, vedar e cobrir a totalidade das caixas-d'água, dos tanques e de outros depósitos de água localizados no perímetro municipal; que fossem visitados continuamente, por intermédio de seus agentes sanitários, a totalidade dos imóveis localizados em sua área territorial, edificados ou não (aí nós estabelecemos no mínimo, dependendo da realidade do município, que pudesse ser adequado à realidade local), para o controle e a prevenção do vetor em todas as suas formas de vida, cumprindo-se, pelo menos, um número específico a ser estabelecido de acordo com a realidade local, um número x de visitas anualmente que deverão ficar registradas no imóvel visitado.

Um outro ponto é que também fosse feito o zoneamento dos imóveis urbanos; que eventualmente, sendo o caso da realidade local, fosse construído um ecoponto, num prazo específico a ser estabelecido pela comarca; que fosse dada seqüência às ações de inserção dos agentes do Programa de Saúde da Família, o PSF, para prevenção e controle da dengue, visando principalmente promover mudanças de hábito da comunidade, contribuindo para manter o ambiente doméstico livre do *Aedes aegypti*, em conformidade com a Portaria 44, de 2002, que incluiu ações de epidemiologia e controle de doenças na gestão de atenção básica à saúde. Um outro ponto é que a recomendação estabelecia que fossem enviados a cada dois meses - é uma sugestão, mas poderia ser menos ou mais -, a partir do eventual acolhimento da recomendação à Promotoria de Justiça e ao Conselho Municipal de Saúde, relatórios das ações desenvolvidas e das metas cumpridas no período para acompanhamento e providências cabíveis. Essa seria a minuta de recomendação.

Mas também munimos o promotor de justiça com minutas de ação civil pública, no caso de a recomendação não ser aceita pelo município por falta, ou por falta de estrutura, ou por falta de esclarecimento, contra o município para implementar o que estabelece o plano nacional de combate à dengue. A estratégia usada pelo Ministério Público, não só nesse caso, mas em todos os casos que vem atuando, é inicialmente procurar o convencimento dos envolvidos quanto à gravidade da questão. E isso tem acontecido não só nessa área de saúde, mas também nas áreas de moralidade administrativa, vejam os casos de nepotismo, os casos de consumidor, etc. Você primeiro procura conscientizar a pessoa dizendo que não é correto e que é preciso acertar. Não havendo essa possibilidade com a recomendação, nasce a possibilidade de um ajustamento de conduta, e não sendo possível existe a ação civil pública, que é uma medida mais extrema, para que os direitos da população sejam resguardados.

Então, os promotores de Justiça do Estado foram municiados com todas essas possibilidades, com esses esclarecimentos, e a partir de então tem à sua disposição todo o material necessário para que ajam de acordo com a realidade de seus municípios.

Procuramos também não descuidar dos particulares. Então, também foram municiados promotores com minutas de Termos de Ajustamento de Conduta e minutas de ações civis públicas em relação aos particulares. Os donos de ferros-velhos ou outros estabelecimentos comerciais que tenham o depósito de matérias (é característica do seu negócio) e também os promotores receberam esse material, porque em muitas situações os agentes procuram fazer a sua parte, mas não são raros os casos em que encontram dificuldades de adentrarem em alguns estabelecimentos, ou se deparam com comerciantes relutantes que dificultam o trabalho dos agentes. Então, o Ministério Público também foi municiado com possibilidades de atuar em relação a esses particulares.

Tenho notícia de que o promotor de Chapecó fez reunião com os donos de ferros-velhos e procurou colaborar e ajustar essa situação especificamente de Chapecó, que, como mencionado, responde hoje praticamente pela metade dos casos de foco do Estado de Santa Catarina - dos 971, quatrocentos e alguma coisa estão em Chapecó -, mas os resultados vão se verificando aos poucos.

Como mencionado, nós estamos no meio de uma batalha, que pode ser ganha ou perdida, dependem das ações que vão ser tomadas. Não basta apenas o Ministério Público ou a Secretaria da Saúde ou as secretarias municipais fazerem a sua parte, se a população também não se sensibiliza pela necessidade de cuidados e mudanças de hábitos diários no seu comportamento. Cabe ao Poder Público fazer a sua parte, como foi demonstrado, que está sendo feito, principalmente as campanhas de esclarecimentos, como muitas inserções em programas populares, em rádios, rádio AM, rádio FM, é muito importante. E ao Ministério Público também cabe minuciosamente e proteger a coletividade nos momentos em que esse esforço não for suficiente.

Então, cabe ao Ministério Público também tomar as medidas judiciais cabíveis contra municípios, contra gestores, ou contra particulares, uma vez constatado que não está havendo o cumprimento dos dispositivos legais a respeito disso. Mas somente a soma, como mencionado, de todos esses atores envolvidos é que poderá manter essa posição ainda ostentada pelo Estado de Santa Catarina, de ser o único Estado da Federação sem transmissão autóctone. E para se manter esse título é necessária a soma de todos os esforços, e cada qual agindo dentro da sua atribuição, colaborando de acordo com seus talentos, as suas atribuições constitucionais.

Então é um debate que está lançado e o Ministério Público coloca-se à disposição, como sempre esteve, para colaborar e auxiliar também nessa luta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito obrigada, doutor Leonardo.

Passo a palavra à senhora Leila Duarte Lacerda, representante da Anvisa.

A SRA. LEILA DUARTE LACERDA - Quereria agradecer, em nome da Anvisa, o convite e transmitir um abraço do nosso coordenador, o doutor Teles.

A Anvisa é responsável pela vigilância sanitária na prática, além da área de medicamentos, de alimentos e tal, que fica em Brasília; e nos Estados a coordenação de vigilância sanitária da Anvisa fica em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários.

Então, o nosso trabalho de ponta se restringe a portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários - e aí a gente tem uma situação não de batalha, mas de guerra. Em Santa Catarina nós somos em 65 servidores atuando nos portos de Itajaí, de Imbituba e de São Francisco; no Aeroporto Hercílio Luz, no de Joinville, de Chapecó e de Navegantes - agora também no porto de Navegantes -; e na fronteira com Dionísio Cerqueira, que é o nosso calcanhar-de-águilas em termos de *Aedes*. E nós sempre procuramos deixar bem claro a todos os nossos servidores que atuam no campo, na fiscalização, que nem todos são profissionais da área da saúde, mas trabalham com formação em saúde, trabalham com a saúde pública.

Uma coisa que a gente deixa bem claro - e eu acho necessário a população ter isso muito consciente -, é que o *Aedes*, que é o vetor que transmite, é um ser vivo - e como todo ser vivo (é quase uma questão filosófica), tende a se expandir. O *Aedes* é vivo e o vírus também é um ser vivo, e a vida tende a se expandir. E a cultura que nós temos é de tomar um copo d'água agora num copinho descartável e descartá-lo fora da lixeira, daqui a uma hora tomar outro copo d'água com outro copinho descartável e descartá-lo fora da lixeira; fumar um cigarro, acabou a carteira, vamos amassar aquele papel celofane e descartá-lo fora da lixeira, na beira da rua, no barranco.

Vocês me perdoem a linguagem, eu sou enfermeira, mas eu sempre me dediquei à área da educação popular - então a minha linguagem é bem popular. E a questão é essa: eu ando pelos pátios de aeroportos, de fronteiras e de portos e o que eu encontro é isso. Por mais que as redes de televisão, as rádios propaguem, a nossa população continua descartando o seu lixo no meio da rua.

Hoje em dia, no pátio da fronteira em Dionísio Cerqueira, os caminhoneiros reclamam muito que falta lixeira. Ao longo de toda a cerca tem lixeiras quase que uma ao lado da outra, e eles querem lixeira no meio do pátio. A Receita Federal, que é responsável pelo pátio, vai colocar lixeira no meio do pátio? Como é que os caminhões vão manobrar?

Eles querem o impossível.

Então, nós estamos atuando com a educação popular. A Anvisa atua em parceria com os municípios - os municípios fazem a instalação, a inspeção e o controle das armadilhas; e nós fizemos essa parte da educação popular. Hoje em dia o nosso trabalho mais veemente é em Dionísio Cerqueira, um projeto de caminhoneiro orientado - e nós fizemos esse trabalho em parceria com os municípios todas às terças-feiras, é um dia inteiro de educação.

Mas eu acho que com tudo isso, pelo que estou vendo, com trinta anos de profissão, a gente vai perder a guerra para o *Aedes*. E vendo o que está acontecendo em outros Estados, senhor Luiz Antônio, eu acho que é só uma questão de tempo aqui em Santa Catarina. Do jeito que está indo, por mais que o Poder Público esteja fazendo a sua parte (e eu vejo que esse trabalho hoje é muito diferente de há dez anos, quando comecei na minha profissão a questão da epidemiologia) a população não está. E eu acho que agora, deputada, nem é a questão do comércio ou do ferro-velho, é a população mesmo.

Na área em que trabalhamos nós vemos algumas questões, como as dos *containers* nos portos, que são um nicho apropriado para guardar água de chuva. Tem a questão dos carros que são apreendidos pela Receita, pela Polícia Federal, e que ficam parados nos pátios dos aeroportos e da fronteira - semana passada eu ainda liguei para o delegado da Receita, em Joaçaba, porque tem um monte de caminhões e de ônibus parados, apreendidos dentro do pátio de Dionísio Cerqueira. Aquilo ali, sem dúvida, é uma situação de risco. Então, vamos borrifar hipoclorito em tudo? Aí é outra questão ambiental: hipoclorito indiscriminadamente.

Eu acho que agora a Anvisa tenta, até com a nossa precariedade de servidores (eu hoje estou de férias, mas fui chamada a trabalhar), com tudo isso nós procuramos manter a nossa área livre de criadouro. Mas a gente tem aí tal criadouro colocado, o *Aedes* se desenvolvendo - basta chegar uma pessoa doente e que não procure tratamento rápido. Nós temos hoje, no interior de São Paulo, a dengue comum matando mais que a dengue hemorrágica. Isso são coisas que nós temos que estar atentos, não mais só ficar na área da saúde, mas passar para as outras áreas da sociedade, para a educação, para a cultura, e todo mundo pegar junto.

Obrigada pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito bem.

Passo a palavra agora ao senhor Marcos Henrique Rodrigues, supervisor da dengue em Biguaçu.

O SR. MARCOS HENRIQUE RODRIGUES - Eu só queria agradecer por estarmos fazendo parte desse debate, e elogiar a senhora por essa iniciativa. Vamos ver se a gente consegue ganhar essa batalha. Em Biguaçu nós tivemos seis focos, agora, no início do ano, mas já estão controlados.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito obrigada. Olhem aí: seis focos, mas já estão controlados - e vamos continuar vigiando.

Passo a palavra ao senhor Sebastião Nunes, que está representando o senhor Anselmo Granzotto de Campos, da Vigilância em Saúde de Florianópolis.

O SR. SEBASTIÃO NUNES - Boa-tarde à deputada Odete; ao doutor Luiz Antônio, colega de luta; ao nosso promotor Leonardo; e aos demais membros que estão participando desta audiência pública.

Em nome do nosso assessor-chefe de Vigilância em Saúde, e assim também se fazendo representar na qualidade de coordenador do Programa de Combate às Endemias do município de Florianópolis, eu trago à senhora, deputada, que convidou a nossa Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância em Saúde, para aqui discutir o assunto, algumas proposições.

O município de Florianópolis, a partir de 18 de setembro de 2006, teve uma remodelação na sua estrutura organizacional, do antigo programa da dengue para a Coordenadoria de Combate às Endemias. O nosso município estava muito aquém de ter outras endemias, como vêm surgindo. A leishmaniose começou a aparecer e nós também estamos em um constante combate a ela. A dengue já era um trabalho realizado desde 1990 e a integração do nosso trabalho até hoje estava parada em alguns itens. Nunca tinha sido feito um plano de ações integradas - e nós resolvemos, em 2006, 2007 e 2008, criar um plano de ação para combater o mosquito transmissor da dengue, uma vez que o nosso município teve realmente sete focos detectados, sendo seis deles no Continente e um dentro da Ilha. Hoje nós podemos dizer que o município de Florianópolis não tem focos, porque eles foram tratados e estão na fase final de tratamento.

Aqui na Ilha, a grande preocupação é com a chegada do verão, com a grande demanda da nossa população que dobra, pois os turistas vêm conhecer a nossa Ilha. Com isso, vêm ônibus de linha, ônibus de turismo, carros particulares que podem trazer, no seu interior, um mosquitinho passeando de turista. É essa a nossa preocupação.

Deputada, nós tivemos o primeiro encontro de capitais do Sul do País, do qual participaram Porto Alegre; a nossa Capital, Florianópolis; e no Paraná, Curitiba; e um dos pontos mais marcantes na história desse encontro foi a dengue. Cada capital colocou qual o seu procedimento quanto ao combate ao vetor, quanto à eliminação dos focos, como combater as larvas, as pulpas antes de chegar ao vetor. E nós encontramos várias situações semelhantes. Aqui em Curitiba - isso falado lá pelo próprio coordenador do programa -, no ano de 2006, havia 31 focos localizados nas margens da BR-101; agora no inverno (aquilo que o doutor Luiz Antônio falou), a adaptação já está existindo.

Senhoras e senhores, a metamorfose do *Aedes aegypti* mudou demais. No ano passado ninguém acreditava, e eu sempre vinha falando, porque eu estou aqui no Estado há 16 anos, mas eu passei por São Paulo, sou oriundo do Espírito Santo e iniciei a minha carreira lá na Sucam. Quando eu aprendi sobre malária, febre amarela, dengue e outras endemias, e quando a gente saía para o curso de capacitação de febre amarela e dengue, a gente ouvia falar que nunca seria encontrada larva do *Aedes aegypti* em água suja. Não era verdade, doutor Luiz? Nunca se ouvia falar! Todo mundo dizia água limpa, parada e sombreada. Lá no Ceará já foi encontrado em água suja. Isso demonstra que a metamorfose desse mosquito já está se tornando uma outra coisa.

Aqui no Sul do País nunca se ouviu falar que a larva poderia ficar viva sobre o gelo. Ouvimos falar, sim, como o doutor Luiz falou, mais de um ano ressecada sobre o sol do deserto, porque o manual que nos dá as orientações básicas para o combate à dengue fala. E hoje, tremendo inverno, a gente já ouviu falar, desde 2006, que as larvas permaneciam vivas ali. O sol derretia e a larva continuava viva.

Então, senhoras e senhores, a população tem, sim, que nos ajudar, tem que colaborar para que a gente possa acabar com o *Aedes aegypti* - que podemos, sim, montar uma guerra. É nesse Plano de Ações Integradas que o município de Florianópolis apresentou recentemente para o Conselho Municipal, para o colegiado da Secretaria, que estamos chamando à parceria. O doutor Leonardo acabou de dizer bem claro.

O nosso secretário municipal da Saúde, doutor João José Cândido da Silva, assinou com o Ministério Público um acordo para que esses agentes que estão aqui representados pelo seu sindicato... E fiquei muito feliz em saber que eles criaram esse sindicato aqui no município de Florianópolis, porque até então ouvia falar, mas agora a criação saiu de fato. Os agentes do nosso Estado, aqueles que estão lá na ponta, são merecedores de Santa Catarina ainda não ter um caso autóctone de dengue.

E digo mais, para concluir, precisamos, sim, do apoio não só do Ministério Público, nos nossos municípios, no nosso Estado, todos os órgãos que estão ligados às secretarias municipais de saúde têm que colaborar colocando o seu pessoal para trabalhar em conjunto.

Outro fator que hoje o município de Florianópolis, deputada, está pensando muito, é em trabalhar na Operação Verão 2007/2008 em Florianópolis. O pessoal que trabalha no combate à dengue, os agentes de endemias que estão passando por um processo agora de regularização de suas vidas dentro do município de Florianópolis, também vai trabalhar com vigilância nos bairros. Isso tudo proposto pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.

Para terminar, uma das coisas que o doutor Luiz mostrou, nós temos que encontrar imediatamente uma solução para a desova de larvas em pneus. Em Florianópolis eu encontrei um monte de pneus lá na região do Rio Vermelho, onde é o nosso parque florestal - levei a mídia lá. Aqui na Santos Saraiva, recentemente, recebi a denúncia de que havia pneus em uma residência, e fui de baixo de chuva com os meus técnicos lá visitar, doutor Luiz, enquanto coordenador do programa. Eu não fico sentado na minha cadeira (eu vou lá, na ponta, junto com eles), fui lá e verifiquei: não tinha uma larva, mas é desagradável você chegar e pedir para a pessoa tirar os pneus.

Recentemente eu mandei a equipe do Continente tomar uma providência, porque hoje temos muitos casos de pneus jogados em lugares que não temos condições de recolher. Mas tem órgãos que podem fazer isso. Temos que achar uma metodologia nova, reciclar esses pneus, mandar para algum lugar que possam ser cortados, fatiados, que sirvam de asfalto ou de alguma matéria-prima, para que esse material não fique jogado ao léu.

Também gostaria de responder ao nosso promotor: quando o senhor fala na questão Funasa, hoje não é mais a Funasa que está à frente desta questão dentro do Ministério da Saúde, hoje é a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde. Sim, ela teve a sua participação quando o antigo Cenepi (Centro Nacional de Epidemiologia) estava lá. Hoje, gostaria que fosse ratificado, é a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde e não mais a Funasa que trata dessa questão do PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue).

Muito obrigado. Fica aqui o agradecimento da Secretaria Municipal de Saúde e do doutor Anselmo à senhora, pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito obrigada.

Eu quero passar a palavra à nossa amiga Silvana Teixeira, presidente do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias (Sindace).

A SRA. SILVANA TEIXEIRA - Boa-tarde a todos.

Sou agente de endemias na Grande Florianópolis. Faço o trabalho de LIA, que é o Levantamento de Índice Amostral; faço visitas diárias em domicílios, em residências, juntamente com a Sheila, minha colega; e faço os pontos estratégicos em toda a Grande Florianópolis.

A gente sabe que os canais estão abertos para o mosquito da dengue entrar no Estado de Santa Catarina. A dengue não tem fronteiras, infelizmente. Ela não escolhe classe social. Você pode ter o melhor hospital do mundo, mas isso não quer dizer que a dengue não pode matar. Tem recursos! A dengue está aí, tem canais abertos!

Hoje, a minha bronca - e estou representando os meus colegas que não puderam estar aqui porque estão fazendo curso de capacitação - é que, como o promotor falou, estamos à mercê, no caso, a população, quem vai resguardar a população... E quem vai resguardar os nossos direitos?

Temos a Emenda Constitucional 51, a regulamentação da 11.350, que não é só no município, mas em todo o Brasil (não sei se a Odete sabe disso), que diz que os agentes, tanto os de endemias como os de saúde, têm o direito à situação regulamentada pelo município de Florianópolis.

Essa emenda constitucional é de 14 de fevereiro, portanto, vai fazer dois anos em 2008, e nada foi feito, sendo que esta Casa é o órgão fiscalizador das leis do trabalho, é onde são feitas as leis, mas elas não são executadas.

Gostaria de saber quem vai cuidar da saúde do trabalhador. O nosso trabalho a gente faz, e é um trabalho de ponta. Trabalhamos magoados, insatisfeitos com a remuneração, que é de um salário mínimo, e ficamos oito horas seguidas com uma bolsa de doze quilos nas costas! E da nossa saúde, quem vai cuidar?

Não sei se é possível, mas gostaria também de pedir uma audiência pública sobre a Emenda Constitucional 51 e sobre a 11.350, dos agentes de endemias.

Era isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito obrigada e parabéns. Aqui as pessoas têm vez e voz, podem falar.

Eu já estou pedindo à nossa assessoria para fazer a solicitação. E vamos à luta, vamos cobrar!

Desculpe-me, doutor, mas sou uma deputada briguenta pelo bem dos trabalhadores, daqueles que precisam ser mais bem remunerados, como ela salientou.

Tenho que abrir um parêntese agora: doze quilos nas costas e tendo que passar a pão e água?! Perdoem-me, mas isso é uma vergonha!

A SRA. SILVANA TEIXEIRA - Isso quando a gente não tem que dividir o espaço com os cães nas ruas, porque a gente senta nas calçadas para almoçar. Levamos marmita, porque o nosso vale-alimentação não requer que a gente entre em restaurantes ou bares. Infelizmente, a gente senta nas calçadas, e isso é desumano!

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Silvana, você encontrou aqui uma parceira para lutar, para brigar. E tenho certeza de que terei aqui na Casa do Povo o apoio dos 39 colegas parlamentares. O seu pedido já está acatado.

Muito obrigada e vamos à luta!

Mais alguém gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Então, nós temos aqui uma grande batalha para vencer.

Apesar de o índice ser baixíssimo aqui na região Sul, no nosso Estado de Santa Catarina, como os senhores salientaram, nós não vamos pensar que está tudo bem, não vamos cruzar os braços e achar que está tudo tranquilo. Nós temos que continuar trabalhando. Nós não podemos ficar contentes com as coisas, temos que sempre querer mais. É esse o nosso papel: exigir, cobrar e ir avante.

Nós temos vários órgãos aqui representados. A explanação dos senhores foi muito importante, muito válida para o nosso Estado de Santa Catarina. Temos grandes parceiros aqui trabalhando em favor de toda a população.

O que nós temos que fazer é eliminar isso de vez. Já que o índice é baixo, doutor Antônio e doutor Leonardo, nós não vamos ficar acomodados.

Se não me falha a memória, o senhor salientou que nós temos 715 agentes trabalhando. Por que não incluímos nessa luta os agentes de saúde e os estudantes da rede pública estadual e da rede privada?

Esta é a minha proposta. Porque essas crianças ajudam muito a família, nós sabemos. A criança, quando está conosco, diz: "Olha o sinal vermelho!" O meu netinho tem seis anos e diz: "Cuidado, sinal vermelho!" Ele sabe que não pode atravessar a rua com o sinal vermelho.

Desde o pré (já trabalhei com pré) nós usamos todo esse potencial das crianças, que são os nossos agentes, que vão levar informações para as famílias. Vamos tê-los conosco nesse combate, para que possamos dormir em paz.

Eu quero fazer a minha parte. E se os senhores estão aqui é porque sentiram nesse convite o grau de responsabilidade quanto à saúde, quanto à vida. E ainda mais: existem muitas pessoas na fila dos hospitais aguardando para fazer um exame, mulheres aguardando para fazer um preventivo. É um caos!

Então, é melhor prevenir do que remediar. Os hospitais já estão cheios, o pessoal aguardando há muito tempo, pessoas que estavam na fila já morreram. E não estou mentindo nem sendo sensacionalista, estou falando a pura realidade, tanto é que nas emendas parlamentares que estou fazendo agora já estou incluindo a fatiazinha para alguns segmentos da saúde.

Então, senhores, são essas as propostas, e gostaria de incluir as outras que foram citadas.

As nossas taquígrafas estão aqui muito atentas. Quero agradecer por estarem registrando. Não vamos deixar passar um mosquitinho, e, por que não dizer, uma "larva". Vamos anotar tudo e vamos cobrar.

Também vou fazer uma solicitação ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia: que possamos usar os veículos de comunicação, a TV Assembleia e a Rádio AleSC Digital, para divulgar uma fita institucional pedindo à população que ajude na campanha, assim como estão fazendo vários veículos de comunicação com a campanha nacional, a campanha do Ministério Público, as campanhas do Executivo. Por que também não usarmos esse potencial aqui da Assembleia Legislativa para alertar as donas de casa em relação às folhagens, aos vasos nos cemitérios, e mesmo os ferros-velhos, como o senhor já falou? E foi brilhante a sua explanação, bem explicada.

Está livre a palavra.

O SR. SEBASTIÃO NUNES - Senhora deputada, na qualidade de representante do município de Florianópolis, neste momento eu gostaria de fazer duas propostas que acho de suma importância.

O doutor Luiz fez realmente uma brilhante palestra, mostrou a situação que ocorre em todo o Estado. E como é guerra... A gente ouve falar em guerra, mas não é aquela guerra simbólica, não! Queremos fazer uma guerra contra o mosquito! É somente numa guerra, como foi falado aqui, que podemos vencer ou ser vencidos!

A minha proposta é no sentido de convocar uma força-tarefa para essa guerra, e aí teríamos que contar com a participação da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Polícia Militar, da Ambiental, de todos aqueles que têm essas casernas militares, que podem sair às ruas, sim, como foi feito no Rio de Janeiro.

O Estado, através do secretário, do nosso governador e desta Casa, pode, sim, convocar.

Estávamos pensando nessa proposta para o nosso município, mas isso pode ser trabalhado em todo o Estado, sim: trazer os nossos militares às ruas para combater esse mosquito.

A outra proposta é a elaboração, o que o município de Florianópolis já está fazendo, de uma cartilha para os nossos agentes comunitários de saúde. Estamos com o modelo "Dengue é fácil prevenir". Porque a gente sabe que trabalhar com os agentes comunitários é uma boa parceira, sim, mas em algumas situações somente os agentes de endemias, os agentes da dengue sabem de fato trabalhar, como localizar uma larva, porque muitas vezes se você pegar um foco e não tiver conhecimento, pode pegar qualquer tipo de larva, como de mosca, porque existem algumas larvas que são semelhantes às larvas do mosquito. Até mesmo a população tem encaminhado ao setor de entomologia (o doutor Luiz e a Clarice sabem bem disso) mosquitos tremendamente grandes dizendo ser o *Aedes aegypti*. De fato, tem que mostrar o tamanho do *Aedes aegypti* na televisão.

Então, se a gente tiver a parceria dos ACS (Agentes Comunitários de Saúde) e dos alunos, teremos que trabalhar com eles na questão de informação, educação e saúde, para que possam panfletar, para que possam dizer ao morador que o *Aedes aegypti* é um mosquito transmissor de dengue. Agora, eles não devem fazer esse serviço do agente de endemia, porque, muitas vezes, podem acabar atrapalhando, trazendo um transtorno muito grande à população do Estado de Santa Catarina. Temos que prepará-los com essa cartilha, que é com o que eles realmente vão trabalhar, assim como os alunos nas escolas.

Então, essas são as duas propostas que gostaria que V.Exa. incluísse.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - A proposta da cartilha é muito importante, mas pergunto ao senhor quem vai pagá-la.

O SR. SEBASTIÃO NUNES - Aí os municípios poderiam fazer um acordo. Como Florianópolis já trabalha nesse sentido de produzir...

O SR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA - Peço a palavra, deputada.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Pois não, doutor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA - Bom, acho que a idéia do material educativo que o companheiro coloca é extremamente importante. Agora, gostaria de lembrar o seguinte: a exemplo de Florianópolis, todos os municípios trabalham na questão de criar materiais específicos muito mais adaptados às suas realidades locais, do ponto de vista de cultura, de comunicação e informação entre a população. Por outro lado, o Estado também coloca uma grande quantidade de material informativo e educativo. Acho que não dá para mensurar se é pouco ou se é muito, pois a informação é fundamental, a informação tem que ser trabalhada a todo e qualquer momento.

Gostaria de resgatar dois assuntos extremamente importantes, que no nosso entendimento têm um papel imprescindível na questão dessa luta, dessa batalha ou dessa guerra, como estamos colocando aqui. Primeiro, a presidente do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias coloca que é uma questão extremamente importante e atual. Este país está tentando mudar o modelo de assistência vigente. E nós só vamos conseguir ser um país em termos do conceito pleno de cidadania a partir do momento em que deixarmos de intervir na doença.

O nome que se coloca como Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e Secretarias de (*ininteligível*) da Saúde, necessariamente, tem que ser dentro do objetivo que se propõe, ou seja, promover saúde do ponto de vista de qualidade de vida do cidadão brasileiro, e aí tem duas categorias extremamente importantes que têm feito um papel dos mais fundamentais e não têm sido reconhecidas, não têm recebido o devido valor: os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias - temos quase setenta mil agentes de endemias atuando nos cinco mil e poucos municípios brasileiros.

Essas duas categorias não são reconhecidas como servidores. A grande maioria dos municípios, diga-se de passagem, o que é uma informação importante, já evoluiu nesse sentido, faz concurso para essa categoria, colocando-a no seu quadro permanente. E da maneira como está, esse agente não sai barato, não em relação ao custo financeiro, mas da preparação que ele tem que ter para atuar. Quando a gente fala que o agente comunitário não pode ser um agente de endemia, é pela especificidade, o papel que o agente de endemia tem é extremamente específico, isso é uma questão científica, ou seja, tem que ter um processo de trabalho que vai dar o resultado mais positivo em relação à intervenção que se quer fazer.

Agora, deputada, o que poderia ser colocado, e isso faz parte da batalha, sei que a gente não vai resolver isso da noite para o dia, mas pode ser um tópico, tem que ser um tópico, é a incorporação dessa classe de trabalhadores, efetivamente, dentro da característica. O servidor atuante do Sistema Único de Saúde deve ser, sim, respeitado e ter dignidade, principalmente em relação à satisfação salarial.

Disse no começo da minha fala, e não tenho dúvida nenhuma, que os 715 agentes cadastrados em Santa Catarina, têm mostrado que é possível a gente trabalhar com essa linha, com essa proposta de intervenção séria e objetiva, mas que ele seja respeitado no seu valor de trabalho, reconhecido como profissional.

Outro aspecto que acho que deva ser pontuado é em cima da realidade, e aí, companheira Leila, discordo um pouquinho do que você falou, porque nós, brasileiros, temos essa visão do ponto de vista que de já está ali, já aconteceu ou provavelmente vai acontecer. Acho que isso não nos move, isso não nos leva a direção nenhuma, acho que temos que pensar ao contrário: que aqui não vai acontecer!

A SRA. LEILA DUARTE LACERDA - É, estou rezando para não acontecer!

O SR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA - Essa deveria ser a grande perspectiva: você ter a possibilidade de fazer um trabalho sério! E a maioria dos municípios catarinenses tem mostrado isso, tem expandido a sua rede, tem contratado agentes.

Vou dar um dado aqui: o Estado tem a responsabilidade de capacitar esses agentes dos municípios. E nós capacitamos, a Secretaria de Estado, praticamente, ano a ano, tendo em vista essa precarização do trabalho, tendo em vista a rotatividade desses agentes, em torno de 60 a 70% dos agentes que tinha no ano anterior. Ou seja, são agentes novos que entram justamente por essa situação. Primeiro porque ganham mal e, segundo, porque existe uma precarização aí do serviço público, ele pode ficar um limite de tempo, mas depois tem que ser substituído, como se fosse uma mão-de-obra extremamente dispensável, como se não tivesse importância nenhuma. Pelo contrário! É feito um investimento, ele é capacitado! Ao longo da sua prática, no campo de operação, ele começa a ter uma experiência extremamente fundamental em relação ao objeto de apreensão e de trabalho.

Eu acho que a organização em sindicatos é perfeita, temos que ver a possibilidade de estender isso para o Estado de Santa Catarina como um todo! Temos que crescer nesse sentido e mostrar que realmente essa categoria tem fundamental importância.

Agora, o que falta realmente - e aí eu vou ser chato, tenho dito muito nas minhas intervenções que talvez seja um processo sociológico e complicado de entender - é a solidariedade humana, e em todas as áreas, fundamentalmente nas famílias, nas pessoas. Sermos extremamente individualistas reflete na questão das endemias em Santa Catarina.

Há três anos, quatro anos, não tínhamos leishmaniose no Estado. A gente descobriu, identificou e sensibilizou a Vigilância. Nós estamos infestados de leishmaniose, que é a moléstia mais antiga da humanidade, está no Antigo Testamento. Santa Catarina, há quatro anos, dizia que não tinha. Mas não tinha porque não identificava, não ia atrás, não buscava!

E temos também febre maculosa em Santa Catarina, que há muito pouco tempo, três anos, quatro anos, não se tinha idéia, não se buscava essa característica.

O que o Nunes falou em relação à zoonose, principalmente das epizootias, é uma questão muito grave. As zoonoses, em termos de sofrimento e do adoecimento da população mundial, nos próximos anos, serão o grande desafio, o grande problema a ser enfrentado. E isso não é só uma questão do setor da saúde, é uma questão que os governos vão ter que ver de forma clara, de uma forma extremamente objetiva nos seus planos de atuação e nos seus planos de intervenção.

A população tem um papel fundamental. Quando se fala que não tem que ter água no pratinho da folhagem, não se está falando nenhuma bobagem, não se está falando nenhuma questão diferente. É que não tem que ter água naquele pratinho! Ele foi feito simplesmente para segurar a água no momento em que você rega a planta; depois, você descarta aquela água ou, preferencialmente, como a gente sugere, coloca areia. Isso é extremamente fundamental.

Agora, a gente tem que investir muito na questão de acondicionamento de vasilhames. Existem outras coisas que a ciência está descobrindo, como o Nunes falou, como o gelo, a sobrevivência da larva, mas apesar de serem coisas que estão cientificamente sendo estudadas, não podemos trabalhar com isso, temos que trabalhar com o que temos de recente. E o recente é isso: trabalhar do ponto de vista do não-acondicionamento de água para que não propicie a proliferação do mosquito.

Santa Catarina só não vai ter dengue se a gente não fizer o nosso trabalho bem feito. E quando eu falo a gente, falo Poder Público e falo população, o papel de cada um, que é fundamental. Eu vou dar um dado que a gente acompanhou pessoalmente com as equipes de supervisão: recentemente, a gente passou pelo Dia de Finados. Faz parte da cultura do brasileiro a visita aos cemitérios. Dois dias depois, retornando a esses cemitérios - e isso acontece em todos os cemitérios -, você fica abismado, assustado com o número de vasilhames, de vasos com água.

Ninguém se deu ao luxo, nem aquelas pessoas que trabalham no próprio cemitério, de pelo menos ter o bom senso de passar por ali e desprezar aquela água. Isso é uma coisa simples! A partir do momento em que você despreza aquela água na terra, ela tende a ser filtrada e desaparece.

Eu acho que a gente tem que insistir com a educação, com a informação. Temos feito isso com os municípios na questão das escolas. Os alunos de 4ª a 8ª série são os principais veículos de informação, porque eles levam isso para as suas residências, eles fazem isso no seu hábito, no dia-a-dia, do ponto de vista de ver estas questões: se ali tem água, se aqui não tem, se ali tem uma poça, se ali tem garrafa jogada ou coisa parecida. Então eu acho que a gente tem que investir nesse processo.

Eu, particularmente (é uma questão nossa, especificamente, de trinta anos trabalhando com a saúde pública), deputada, estou bastante otimista do ponto de vista de que é possível, sim, a gente segurar a dengue. Mas desde que nós façamos esse trabalho e de que aquelas informações veiculadas, que falam de tapar caixa d'água, esvaziar garrafa, acondicionar garrafa de boca para baixo, colocar pneu coberto, coisa e tal, realmente têm que ser feitas do ponto de vista de todos nós, da criança orientada de 3 anos, 4 anos, 5 anos de idade e também do idoso, que tem um papel fundamental.

Deputada, eu termino com esta sugestão: acho que o grande problema, realmente, não é um problema de Santa Catarina, é um problema nacional - talvez Santa Catarina, através do Legislativo, possa dar o exemplo -, o acondicionamento de pneus. Quem vê isso no dia-a-dia tem exatamente a noção da quantidade de pneus inservíveis que são colocados, simplesmente, em terrenos baldios, em barrancos, jogados à beira de rios, em qualquer lugar, sem a mínima consideração, sem qualquer situação. Nesse caso, o pneu tem tanta importância como tem o agrotóxico. Se para o agrotóxico já se deu o devido encaminhamento do ponto de vista do recolhimento de embalagens e outras coisas, eu acho que nós temos que caminhar no sentido de tentarmos ter uma legislação - talvez o Estado possa sair na frente, deputada - para que o pneu seja visto em todo o seu ponto de vista: da sua comercialização, do seu retorno e, depois, da sua inutilidade. Eu acho que isso é extremamente importante.

Obrigado.

A SRA. LEILA DUARTE LACERDA - Eu gostaria de...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Pode se manifestar.

A SRA. LEILA DUARTE LACERDA - Também tem pneu nos aeroportos, viu? Eu fiquei muito surpresa, numa inspeção em Chapecó, com a pilha de pneus! Como saltou uma perereca do meio dos pneus (*risos*), eu disse: se tem bicho grande, também tem pequeninho! (*Risos*.) O aeroporto de Chapecó é de administração municipal. Ai eu fico surpresa: o município faz, de um lado, o trabalho de prevenção e, por outro lado, acumula criadouros - pneus, lixo - no próprio parque do aeroporto.

Na verdade, deputada, eu queria propor à Assembléia Legislativa que instituisse um prêmio para mobilizar adolescentes e crianças - um prêmio para um projeto ou um trabalho de combate à dengue. E que chamasse também a universidade. O Luiz Antônio estava falando em leishmaniose, não é? O Departamento de Biologia da UFSC tem duas pessoas, só, que podem fazer identificação da Leishmania, os exames de análise. Então, que chamassem a universidade também, porque eu acho que essa guerra passa pela ciência, tem que passar pela ciência, com vacina, com pesquisa. Se o mosquito está se modificando, se adaptando a essa nova realidade, a esse meio, a todas as nossas armas de combate, a gente tem que aprender a ir à frente desse mosquito e procurar combatê-lo de maneira científica e técnica. Chamar as universidades. Santa Catarina tem tantos cursos da área de saúde! Se não me engano, de Medicina eu acho que são nove no Estado, e Enfermagem, Saúde Pública, Biologia (todas as universidades do Estado têm curso de Biologia). Então, chamar esse pessoal e valorizar a pesquisa, quem sabe instituindo bolsa ou algo assim. Eu acho que uma coisa muito concreta em que a Assembléia pode atuar, além da legislação, é com estes prêmios e bolsas para quem queira atuar, trazer um projeto interessante nessa área.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Para ajudar, não é?

Nós temos várias sugestões, e eu preciso colocar à apreciação dos senhores. Sugestão do senhor Sebastião: convocar Marinha, Exército... (*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Aeronáutica, Polícia Militar".*)

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "Força Tarefa".*)

...Aeronáutica, para atuarem e combaterem.

Representante da Anvisa, você colocou premiar. De que maneira premiar? Gostaria que você me... através de bolsa?

A SRA. LEILA DUARTE LACERDA - Bolsa, sim. Que apresentem projetos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Para alunos que queiram estar envolvidos e bem atuantes, que apresentem projetos.

E o senhor aderiu à minha sugestão de colocar os alunos. Acho que o aluno de 1ª série também já tem capacidade de ser informante, divulgador. Eu diria ser aquele informante que, em casa, falaria com os pais, pois os pais dão muita atenção às crianças, e creio que a criança de 1ª série também já poderia estar envolvida. Então, a minha proposta é essa. E os agentes de saúde também estariam envolvidos.

Eu gostaria de saber se os senhores têm mais alguma sugestão. (*Pausa.*)

Então, vamos colocar a votação em apreciação.

Também é minha sugestão usar a TV Assembléia, que é muito bem acompanhada no interior, a população acompanha, e também a Rádio Alesc Digital.

Sobre os pneus, que também tem que ter projeto, eu já me candidato a elaborar esse projeto. A minha assessoria já está atenta, não deixa passar nada. Então, já estou atenta para elaborar o projeto.

O SR. LEONARDO HENRIQUE MARQUES LEHMANN - Em relação às escolas, seria interessante a forma, talvez um prêmio, alguma coisa que pudesse ser divulgada em todas as escolas, porque o importante não é o prêmio em si, mas toda a mobilização que se vai fazer para se chegar ali. É para que o assunto dengue esteja permanentemente presente na escola. Na verdade, a questão do prêmio e tal seria uma tática para fazer com que o assunto fique e não desapareça, porque percebemos que quando começa esquentar o tempo o assunto vem, e quando chega abril, maio, ele morre de novo. Ai chega novembro e ele nasce.

Então, eventualmente, vocês poderiam instituir um prêmio, que poderia ser uma idéia a ser levada até a Secretaria da Educação, envolvendo as escolas estaduais, fazendo essa proposta às escolas municipais, para fazer com que o assunto não morra. Seria essa a idéia.

Eu acho importante esta idéia de legislação. Fazer um projeto de lei seria um exemplo dado pelo Estado de Santa Catarina, uma lei estadual que disciplinasse isso.

Também é importante a população saber que havendo esses problemas no seu município, que os servidores encontrando dificuldades na execução do seu serviço ou desrespeito aos seus direitos como trabalhador, procurem o Ministério Público, procurem o promotor, porque às vezes pode ser dado encaminhamento e colaboração no sentido de que ao final tudo se encaminhe para a melhor solução.

Especialmente em relação a esta questão da Emenda Constitucional 51, existe a informação recente de que o Supremo Tribunal Federal acabou suspendendo dispositivo do artigo 39, se não me engano, da Constituição da República. Em 1998, houve uma emenda e se entendeu que não tinha sido obedecido o quórum, na época, no Congresso Nacional, que era exatamente o dispositivo que estabelecia o regime jurídico único. Originalmente, esse artigo da Constituição de 1988 estabelecia o regime jurídico único. Posteriormente, em 1998, houve uma emenda constitucional e mudou-se a redação abrindo possibilidades de contratações etc. Agora, no meio do ano, houve uma suspensão desse dispositivo, uma liminar de um dos ministros, e está suspenso, por maioria, mas observadas as situações já definidas. Por exemplo, se já houve concurso, aqueles contratados ficam, porque o mérito ainda não foi julgado. Então, é muito possível que em breve tenhamos novidades jurídicas por parte do Supremo Tribunal Federal em relação ao regime jurídico único dentro do Poder Público.

As minhas sugestões seriam nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Obrigada, doutor.

O SR. MARCOS HENRIQUE RODRIGUES - Deputada, em relação às escolas, a gente fez palestras agora devido ao dia nacional de combate. Vestimos um agente de mosquito e fizemos palestras com alunos de 1ª série a 4ª série. Foi muito interessante; ele apanhou bastante. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Nós já registramos todas as sugestões dos senhores e vamos começar a trabalhar nelas. Provavelmente, nós os chamaremos novamente para colocar isso em prática. E eu vou levar essa sugestão para a Secretaria da Saúde, vou conversar com o secretário Dado Cherem, nosso colega, a fim de ver a premiação para as escolas que estiverem bem envolvidas.

Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer o gabinete da deputada Ada De Luca, que mandou a sua representante; o Ministério Público, a Anvisa; ao doutor Antônio e aos demais.

Esta audiência pública foi de suma importância; já demos o pontapé inicial. Eu fui à tribuna e levantei esse problema, fiz a solicitação. O governo do Estado, que acompanha os trabalhos da TV Assembléia, imediatamente, colocou nos veículos de comunicação a divulgação sobre a dengue. É bem importante.

Nós temos a campanha nacional, e, se nós todos estivermos bastante envolvidos, todos fazendo a sua parte, cada morador do nosso Estado, e porque não dizer do Brasil, dando as mãos e trabalhando contra essa praga, nós vamos vencer e continuar vivendo muito felizes.

Eu agradeço a presença de todos, parabeno os senhores por estarem aqui conosco nesta tarde bem proveitosa e em breve estaremos avisando os senhores e as senhoras sobre as decisões e os resultados. Tenho certeza que vamos ter resultados.

Até outra oportunidade.

Muito obrigada.

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADA ODETE DE JESUS

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram aberto os trabalhos da trigésima quarta reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Gelson Merísio, Renato Hinnig, Jandir Bellini, Décio Góes, José Natal Pereira, Manoel Mota, Odete de Jesus e Silvío Dreveck. Ao continuum, foi colocada em votação a ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Décio Góes, que relatou seu voto vista ao PL/0151.4/2007, seu parecer foi pelo sobrestamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, solicitou a palavra o Deputado José Natal Pereira, que relatou o PL/0526.4/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o Deputado Gelson Merísio relatou o PL/0467.0/2007, o Deputado discorreu sobre o Orçamento, mostrando que o Governo do Estado estima uma receita orçamentária de dez bilhões seiscentos e oitenta e oito milhões de reais para o ano de dois mil e oito compostas de mais de noventa por cento de tributos (ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão de Causa Mortis), transferência da União e valores de serviços prestados por autarquias, fundações, fundos e empresas. Em relação ao Orçamento executado em dois mil e sete, no valor de nove bilhões e quinhentos milhões de reais, haverá um acréscimo devido à expectativa de crescimento econômico e da inflação. A destinação de quarenta milhões, para que as bancadas encaminhassem emendas ao Orçamento do Estado para dois mil e oito, tornou tranqüila à aprovação da peça na Comissão acima epigrafada, que tem na Presidência o Deputado Jorginho Mello. Essa proposta foi apresentada, na intenção de reforçar a atuação parlamentar e o próprio Poder Legislativo, enquanto Instituição. Destacou que esse processo foi construído a quatro mãos conjuntamente com o Presidente Jorginho Mello. "Procuramos construir um processo que tivesse critérios claros. Existem dificuldades que pretendemos aprimorar no próximo ano, já a partir da análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acredito que tenhamos criado uma forma de participação mais efetiva na confecção do Orçamento", para o Deputado Gelson Merísio, "essa é uma maneira de não criar o mesmo constrangimento do passado, quando se criou expectativas com emendas de parlamentares e estas não foram atendidas". O Deputado Relator fez questão de lembrar que a execução destas emendas depende do Governo, uma vez que os parlamentares não têm o poder de fazer um orçamento impositivo, sendo a prerrogativa do Executivo. O Deputado também apresentou algumas correções em relação ao parecer conclusivo entre seus pares na quarta-feira dia doze de dezembro. O valor total das emendas apresentadas representou um montante de trezentos milhões de reais. Destes, a relatoria acatou quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais entre emendas de bancada, do relator, e todas as do Orçamento Regionalizado. Para a execução das emendas de bancadas, o Chefe do Executivo fica autorizado a utilizar as fontes propostas (indicativo de onde poderá sair os recursos) e aprovadas nas referidas emendas. Ou ainda fazê-las por crédito suplementar ou especial, durante a execução do Orçamento do dois mil e oito. Foi apresentada também a correção quanto à soma de emendas recebidas num total de duzentos e trinta e três, sendo que cento e oitenta e um foram acatadas como emendas de bancadas, oitenta e oito do relator, trinta e duas do Orçamento Regionalizado, oito emendas do Executivo e duas emendas do relator do texto do Projeto. Das emendas do Executivo, uma é emenda ao texto e sete propõem remanejamento de metas e prioridades no Orçamento das próprias Secretarias. Os parlamentares destacaram a importância da iniciativa do Relator do Orçamento e do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, na construção de um novo modelo de participação dos parlamentares na confecção do Orçamento. Para o Deputado Manoel Mota, foi feito um grande esforço na construção de um caminho, que criou uma condição positiva e de valorização do Poder Legislativo. Acrescentou que esta medida irá beneficiar ao parlamento, como um todo, independente da condição de base de sustentação ou de oposição. Com a palavra, o Deputado Silvío Dreveck também considerou

meritória a iniciativa que cria uma nova dinâmica, mas diz ficar no aguardo da execução das emendas. Vê nisso uma condição de dar sustentabilidade e credibilidade ao trabalho parlamentar. Já o Deputado Décio Góes criticou os poucos recursos previstos para áreas importantes como o social e meio ambiente e ainda, os poucos valores destinados para o investimentos, mesmo com recursos alocados junto ao Fundo Social. Ato continuum, o Deputado Renato Hinnig, respondeu aos seus pares, dizendo que não existe mágica a fazer, uma vez que determinam os percentuais de vinculação para determinadas áreas como saúde e educação. "E esse problema não se resolve com aumento de arrecadação. Temos que ter coragem de discutir essa questão da vinculação de receita, de modo que pelo menos fique nos cem por cento das emendas do Orçamento Regionalizado e pela forma inovadora, com a possibilidade de apresentação das emendas de bancada, isso é um avanço de despartidarizar esse processo". Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária, dos quais, eu, Silvío Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião de instalação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Foram registradas as presenças e empossados os Senhores Deputados: Romildo Titon, Moacir Sopelsa, Joares Ponticelli, Kennedy Nunes, Jaison Lima, Nilson Gonçalves, Jean Kuhlmann, Manoel Mota e Odete de Jesus, e dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão; inscrita a Senhora Deputada Odete de Jesus, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleita por unanimidade de votos. O Presidente dos trabalhos deu posse a Presidente Eleita e transferiu a Presidência a Deputada Odete de Jesus que, em ato contínuo, abriu as inscrições para o cargo de Vice-presidente; inscrito o Deputado Kennedy Nunes, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. A Presidente deu posse ao Deputado Kennedy Nunes, no cargo de Vice-presidente da Comissão. A Presidente declarou instalado os trabalhos da Comissão e agradeceu os presentes pela votação. Antes de encerrar os trabalhos a Senhora Presidente convocou os Senhores Deputados nos termos Regimentais para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ronédy de Bonna Piva, Chefe de Comissão, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008.

Deputada Odete de Jesus

Presidente

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os senhores Deputados: Jailson Lima da Silva, Odete de Jesus, Heneus de Nadal, Jorginho Mello, Genésio Goulart, Darcy de Mattos e Jandir Bellini, para instalação e eleição do Presidente da Comissão de Legislação Participativa. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Heneus de Nadal o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Jailson Lima da Silva para Presidente e da Deputada Odete de Jesus como Vice-Presidente. Sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Jailson Lima da Silva, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os Senhores Deputado nos Termos Regimentais para na próxima terça-feira, dia dezanove de fevereiro de dois mil e oito, às onze horas, para uma reunião na sala das Comissões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Ademir Gasstmann, Chefe de Comissão lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2008.

Deputado JAILSON LIMA DA SILVA

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18:00 HS.

Às dezoito horas do dia 12 de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Educação Cultura e Desporto, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados: Jorginho Melo, Pedro Uczai, Professor Grando, Darci de Matos, Silvio Dreveck, Manoel Mota e a Senhora Deputada Ada de Luca. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Darci de Matos, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. Após a eleição o Deputado eleito assumiu a Presidência dos trabalhos, abrindo inscrição para o cargo de Vice-Presidente. Inscrito o Deputado Pedro Uczai, foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O Presidente deu posse ao Vice-Presidente e agradeceu os Deputados pela recondução à Presidência. Antes de encerrar os trabalhos, o senhor Presidente convocou os senhores Deputados nos termos regimentais para Reunião Ordinária na próxima quarta-feira, dia 20 de fevereiro de 2008, às 13:00 hs. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008.

Deputado Darci de Matos

Presidente

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, reuniram-se os Senhores Deputados, César Souza Júnior, Décio Góes, Edson Piriquito, Edison Andrino, José Natal, Reno Caramori e Professor Grando, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori, o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foram apresentados os nomes dos senhores Deputados Décio Góes para Presidente e do Deputado Edson Piriquito, para Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Décio Góes agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe da Secretaria da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis, doze de fevereiro de dois mil e oito.

Deputado Décio Góes - Presidente

Deputado Edson Piriquito - Vice Presidente

Deputado Edison Andrino

Deputado César Souza Júnior

Deputado José Natal

Deputado Reno Caramori

Deputado Professor Grando

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Reno Caramori, Jean Kuhlmann, Amauri Soares, Décio Góes, Manoel Mota, Renato Hinnig e Eduardo Cherem, para instalação e eleição do Presidente da Comissão em epígrafe. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Reno Caramori para Presidente e Décio Góes como Vice-Presidente. Sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Reno Caramori, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos Termos Regimentais, para na próxima terça-feira, dia dezoito de fevereiro de dois mil e oito, às dezoito horas na Sala de Reunião das Comissões. Nada mais

havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2008

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 18 HORAS

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Jean Kuhlmann, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião de instalação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Foram registradas as presenças e empossados os Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Renato Hinnig, Dirceu Dresch, José Natal Pereira, Sérgio Grando e Elizeu Mattos. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão; inscrito o Senhor Deputado Jean Kuhlmann. Foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade o Deputado Jean Kuhlmann. Após a eleição, o mesmo continuou a presidir os trabalhos. Ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Vice-presidente. Inscrito o Deputado Joares Ponticelli. Foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade o Deputado Joares Ponticelli. O Presidente deu posse ao Deputado Joares Ponticelli, no cargo de Vice-presidente da Comissão. O Presidente declarou instalados os trabalhos da Comissão e agradeceu os presentes pela votação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO MERCOSUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008.

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, sob a presidência do Deputado Narcizo Parissoto, amparado no Art.123 do & 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças e empossados os Senhores Deputados: Nilson Gonçalves, Ada De Luca, Jandir Bellini, Elizeu Mattos, Moacir Sopelsa e Jailson Lima. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente Narcizo Parissoto, abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão, sendo inscrito o Senhor Deputado Nilson Gonçalves; foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. O Presidente dos trabalhos deu posse ao Presidente eleito e transferiu a Presidência ao Deputado Nilson Gonçalves, que em ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Vice-Presidente; inscrito o senhor Deputado Narcizo Parissoto, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. O Presidente declarou instalados os trabalhos da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul e agradeceu aos presentes pela votação. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados nos termos Regimentais para Reuniões Ordinárias da Comissão que se realizarão as terças-feiras, às dezoito horas e um minuto. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 2008

Deputado Nilson Gonçalves - Presidente

Deputado Narcizo Parissoto - Vice-presidente

Deputada Ada de Luca - Membro

Deputado Jandir Bellini - Membro

Deputado Elizeu Mattos - Membro

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado Jailson Lima - Membro

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 551**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis", por ser contrário ao interesse público.

O parecer da Secretaria de Estado da Administração, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Excelentíssimo Senhor

IVO CARMINATI

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

Nesta

Senhor Secretário,

Solicito a Vossa Excelência veto ao Projeto de Lei nº 301/07, que autoriza a conceder à Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área com novecentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados, localizada no oitavo andar do prédio que abriga o Hospital Governador Celso Ramos.

O presente veto é demanda da Secretaria de Estado da Saúde - SES, por esta ter optado por conceder espaço para mesma finalidade no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes, conforme o exposto na comunicação da senhora Rosilda Moritz dos Santos, Superintendente de Planejamento e Gestão - SES, e em conformidade com a Informação nº 172/08, oriunda da Diretoria de Gestão Patrimonial.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL
GERÊNCIA DE BENS IMÓVEIS****INFORMAÇÃO Nº 172/08**

Florianópolis, 15 de janeiro de 2008.

Referência: Pedido de veto ao PL nº 301/07, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Senhor Diretor,

Com objetivo de ter disponível área física visando permitir o acesso às tecnologias e o funcionamento de trabalhos de apoio pedagógico, grupos de estudos e atividades curriculares obrigatórias de alunos do Curso de Medicina, a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL, solicitou dois espaços de propriedade do Estado, sendo eles:

1. Hospital Governador Celso Ramos, que tramitou pelo processo SEAP 13209/060 e foi avalizado pelo Termo de Convênio ri 3.319/2006-7-SES;

2. Hospital Regional de São José Dr. Homero Miranda Gomes, que tramita pelo processo SEAP 20845/073 e foi avalizado pelo Termo de Convênio ri 3.3988/2007-8-SES.

Segundo informações da Ilustre Superintendente de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado da Saúde - SES, senhora Rosina Moritz dos Santos, após inúmeras negociações entre a SES e a UNISUL optou-se pela concessão da área do Hospital Regional de São José.

Contudo, o processo relativo ao primeiro imóvel culminou com a aprovação do Projeto de Lei ri 301/07 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, devendo então este ser vetado, conforme instrução da SES.

Atenciosamente,

Sérgio Machado Steiner

Gerente Bens Imóveis

De acordo:

Pedro Roberto Abel

Diretor de Gestão Patrimonial

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 301/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área com novecentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados, localizada no oitavo andar do prédio que abriga o Hospital Governador Celso Ramos, edificado sobre os imóveis matriculados sob os nºs 2.445, 24.381, 24.382 e 24.383 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00545 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo a disponibilização de área física visando permitir o acesso às tecnologias e o funcionamento de trabalhos de apoio pedagógico, grupos de estudos e atividades curriculares obrigatórias de alunos do Curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de dezembro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 554**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa legislativa que devo ausentar-se do País, no período de 26 a 31 de janeiro do corrente ano, com destino à França, onde devo cumprir a agenda constante no roteiro anexo.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2008.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

**VIAGEM DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA PARA A
FRANÇA**

Período: 26 a 31 de janeiro de 2008

Dia 26 de janeiro (sábado) - Florianópolis/São Paulo/Paris

- Deslocamento para São Paulo com aeronave PP ESC

- 19:25h - Partida de São Paulo para Paris pelo voo JJ 8098

Dia 27 de janeiro (domingo) - Paris

- 09:40h - Chegada em Paris

- Deslocamento para o Hotel

- Instalação no Hotel Claridge Bellmann

37, Rua François Premier - Paris 75008

Fone: 33 1 47235442

Fax: 33 1 47230884

- visitas a obras arquitetônicas

Dia 28 de janeiro (segunda - feira) - Paris

- 08:30 - Café da manhã - encontro com autoridades do Ministério da Cultura Francês

Local: Residência do Presidente da Aliança Francesa

- 12:30h - Almoço com Roberto Germinet, diretor da Universidade de Saint Etienne

Dia 29 de janeiro (terça-feira) - Marselha

- 08:30h - Deslocamento para a Estação - Gare de Lion

09:00h - Deslocamento de trem para Marselha - TGV

12:15h - Chegada em Marselha

O governador se instalará no Hotel Château l'Arc

Chemin Maurel - 13710 Fuveau - France

Tel. + 33 (0) 4 42 29 80 80

Fax. + 33 (0) 4 42 29 80 85

- A comitiva se instalará no Hotel Mona Lisa Sainte Victoire

RD 6 - Quartier Château l'Arc

13710 Fuveau

Tel: 33 (0) 4 42 68 19 19

Fax: 33 (0) 4 42 68 19 18

- Participação no Programa das Jornadas científicas no Centro de Microeletrônica de Gardanne da Ecole Nationale Supérieure des Mines

Local: Centro Microélectronique de Provence Georges Charpak

- 14:30h - Palestra do Governador

- Jantar em homenagem ao Governador

Dia 30 de janeiro (quarta-feira) - Marselha/Paris

- 10:28h - Deslocamento para Paris de trem - TGV

- 13:45h - chegada em Paris - Gare de Lion

- 16:00h - encontro com Sr. Philippe Bastelica, Diretor Geral de Assuntos Internacionais do ENA

Local: 2 Avenue de L'Oseratoire, 6° arondissement

- 21:00h - Embarque para São Paulo pelo voo JJ 8097

Dia 31 de janeiro (quinta-feira) - São Paulo/Florianópolis

- 05:40h - chegada em São Paulo

- Partida de SP para Florianópolis com a aeronave PP ESC

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 565

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Educação, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER Nº PAR 0015/08

PROCESSO PPG Nº 176/087

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO, ARTICULAÇÃO

ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei nº 018/07 que "dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina implementarem assistência psicológica e psicopedagógica, através da presença de profissionais psicólogos e psicopedagogos nas dependências das instituições durante o período escolar.

O projeto estabelece, ainda, que competirá a Secretaria de Estado da Educação, a elaboração de normas, procedimentos, planejamento e controle do serviço de assistência.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a manifestar-me.

Não obstante o nobre propósito deste projeto, *data venia*, entendo que este deve ser vetado integralmente por incorrer em vícios insanáveis quanto a aspectos constitucionais tanto em termos de iniciativa do processo legislativo, quanto na tarefa de executar as atividades ali previstas, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

O projeto aprovado pelo Parlamento Catarinense, ao impor a criação de despesa não prevista no orçamento e estabelecer novas atribuições à órgão estadual, insere-se em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do Senhor Governador do Estado, por disposição constitucional, restando evidente, portanto, a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em virtude da ocorrência deste vício.

O artigo 50, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para início do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV."

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

Veja-se que o projeto consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado.

Outrossim, a implementação da assistência psicológica e psicopedagógica em todas as escolas públicas estaduais requer a contratação de profissionais especializados, aumentando a despesa, de forma não prevista na lei orçamentária, bem como a criação do respectivo cargo com todos os seus reflexos, violando a Carta Magna Estadual.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Do Estado do Rio Grande do Sul. Instituição do Pólo Estadual da Música Erudita. 3. Estrutura e atribuições de órgãos e Secretarias da Administração Pública. 4. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Precedentes. 6. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. 7. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. 8. Ação julgada procedente." (ADI nº 2808, relator Ministro Gilmar Mendes, DJU de 17/11/2006)

Ainda:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.238/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESTINADO AOS MUNICÍPIOS. CRIAÇÃO DE UM CONSELHO PARA ADMINISTRAR O PROGRAMA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Vício de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. afronta ao disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição do Brasil. 3. O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no artigo 165, inciso III, da Constituição de 1988. 4. A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da lei atacada implica seu esvaziamento. A declaração de inconstitucionalidade dos seus demais preceitos dá-se por arrastamento. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 10.238/94 do Estado do Rio Grande do Sul." (ADI nº 1144, relator Ministro Eros Grau, DJU de 08/09/2006)

No Tribunal Catarinense:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL N. 4.447/02 - PROJETO DE INICIATIVA PARLAMENTAR - CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS AUDITIVAS E VISUAIS EM CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 (SEIS) MESES DE IDADE - AUMENTO DE DESPESAS AO ERÁRIO INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VÍCIO DE ORIGEM PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.014145-9, relator Desembargador Rui Fortes)

Também:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL N. 11.909/01 - MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL - DISPÊNDIO EXCEPCIONAL AO ERÁRIO - VÍCIO DE INICIATIVA - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTS. 32, 50, § 2º, VI, E 71, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. E vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de devedor pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.002713-8, relator Desembargador Rui Fortes)

Além do seu vício formal, o projeto também viola o preceito contido no artigo 123 da Carta Estadual, pois gera despesa não prevista no orçamento estadual, **sem indicar a fonte de custeio**, o que resulta em ofensa ao artigo 123 da Carta Estadual:

"Art. 123 - É vedado: I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual:"

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar o **veto integral** ao autógrafo ora em comento, face as inconstitucionalidades argüidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 176/087

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei nº 018/07 que "Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas do Estado de Santa Catarina".

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0015/08**, às fls. 44/47, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2008.

SERGIO LUIZ MAR PINTO

Procurador-Geral do Estado em exercício

Art. 9º, I, da L.C. nº 317, de 30/12/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

Rua Antônio Luz, 111 - Centro - Fpolis/SC-048/3221.6142 - gabs@sed.sc.gov.br.

Ofício nº 0052/08

Florianópolis, 21 de janeiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor

Ivan S. Thiago de Carvalho

Procurador do Estado

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Florianópolis - SC

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o, e em atenção ao OFÍCIO Nº

1086/SCA-DIAL-GEMAT, que encaminha cópia do autógrafo do Projeto de Lei Nº 018/2007, aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina", informo que o assunto foi analisado pela Diretoria de Educação Básica e Profissional, desta Pasta, que expediu a Informação 05/2008, cópia anexa, contendo os esclarecimentos sobre o pleito apresentado.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado da Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

Diretoria de Educação Básica e Profissional

INFORMAÇÃO: Nº 05/2008

Florianópolis, 21 de janeiro de 2008

REFERÊNCIA: Autógrafo do Projeto de Lei N. 018/07, implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina

O Procurador do Estado Senhor Ivan S. Thiago de Carvalho encaminha cópia de autógrafo do Projeto de Lei N. 018/07 que "Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina".

O atendimento de assistência a que se refere o artigo 10 (diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem) vem sendo desempenhado nas atividades regulares de pedagogos e orientadores educacionais, com suporte dos profissionais que integram o quadro de carreira funcional da SED e atuam em todas as escolas públicas estaduais.

Não obstante o elogiável esforço da Assembléia Legislativa, no sentido de aperfeiçoar o atendimento aos estudantes, pelas razões acima expostas, somos de parecer contrário à implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina.

Encaminhe-se ao GABS para conhecimento e providências.

Antônio Elízio Pazeto

Diretor

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 018/07

Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica determinada a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o aluno.

Art. 2º A assistência a que se refere o artigo anterior deverá ser prestada através da presença de profissionais psicólogos e psicopedagogos nas dependências da instituição durante o período escolar.

Art. 3º Ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação, através do Conselho Estadual de Educação, a elaboração de normas, procedimentos, planejamento e controle de que trata o objeto desta Lei, para implantação e manutenção nos estabelecimentos de ensino.

Art. 4º As despesas oriundas da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação, consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de janeiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 566

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV, nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Educação, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER Nº PAR 0017/08

PROCESSO PPGE Nº 182/087

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei nº 022/07 que "Cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV), nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto autoriza os estabelecimentos de ensino da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina a criarem Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV) .

Estabelece o projeto as atribuições do CIPAV, sua composição, o processo eleitoral para escolha de seus membros, a duração do mandato e as regras para seu funcionamento.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a manifestar-me.

Não obstante o nobre propósito deste projeto, *data uenia*, entendo que este deve ser vetado integralmente por incorrer em vícios insanáveis quanto a aspectos constitucionais tanto em termos de iniciativa do processo legislativo, quanto na tarefa de executar as atividades ali previstas, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

O projeto aprovado pelo Parlamento Catarinense, ao estabelecer novas, atribuições à órgão estadual, insere-se em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do, Senhor Governador do Estado, por disposição constitucional, restando evidente, portanto, a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em virtude da ocorrência deste vício.

O artigo 5º, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para início do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

"Art. 5º - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV."

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

Veja-se que o projeto consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Do Estado do Rio Grande do Sul. Instituição do Pólo Estadual da Música Erudita. 3. Estrutura e atribuições de órgãos e Secretarias da Administração Pública. 4. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Precedentes. 6. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. 7. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. 8. Ação julgada procedente." (ADI nº 2808, relator Ministro Gilmar Mendes, DJU de 17/11/2006)

Ainda:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI N. 10.238/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. DESTINADO AOS MUNICÍPIOS. CRIAÇÃO DE UM CONSELHO PARA ADMINISTRAR O PROGRAMA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Vício de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. afronta ao disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição do Brasil. 3. O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no artigo 165, inciso III, da Constituição de 1988. 4. A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da lei atacada implica seu esvaziamento. A declaração de inconstitucionalidade dos seus demais preceitos dá-se por arrastamento. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 10.238/94 do Estado do Rio Grande do Sul." (ADI nº 1144, relator Ministro Eros Grau, DJU de 08/09/2006)

No Tribunal Catarinense:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL N. 4.447/02 - PROJETO DE INICIATIVA PARLAMENTAR - CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS AUDITIVAS E VISUAIS EM CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 (SEIS) MESES DE IDADE - AUMENTO DE DESPESAS AO ERÁRIO INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VÍCIO DE ORIGEM PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.014145-9, relator Desembargador Rui Fortes)

Também:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL N. 11.909/01 - MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL - DISPÊNDIO EXCEPCIONAL AO ERÁRIO - VÍCIO DE INICIATIVA - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTS. 32, 50, § 2º, VI, E 71, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.002713-8, relator Desembargador Rui Fortes)

Além do seu vício formal, o projeto também viola o preceito contido no artigo 123 da Carta Estadual, pois bera despesa não prevista no orçamento estadual, sem indicar a fonte de custeio, o que resulta em ofensa ao artigo 123 da Carta, Estadual:

"Art. 123 - É vedado: 1 - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;"

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar o veto integral ao autógrafo ora em comento, face as inconstitucionalidades arguidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PPGE nº 182/087**

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei nº 022/07 que "Cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV), nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina".
Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0017/08**, às fls 40/43, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2008.

SERGIO LUIZ MAR PINTO

**Procurador-Geral do Estado em exercício
Art. 9º, I, da L.C. nº 317, de 30/12/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Gabinete do Secretário
Rua Antônio Luz, 111 - Centro - Fpolis/SC - 048/3221.6142 - gabs@sed.sc.gov.br
Ofício nº 0053/08 Florianópolis, 21 de janeiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor
Ivan S. Thiago de Carvalho
Procurador do Estado
Diretor de Assuntos Legislativos
Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
Florianópolis - SC

Senhor Procurador,
Curnpnmentando-o, e em atenção ao OFÍCIO Nº 1085/SCA-DIAL-GEMAT, que encaminha cópia do autógrafo do Projeto de Lei Nº 022/2007, aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "Cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV, nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina", informo que o assunto foi analisado pela Diretoria de Educação Básica e Profissional, desta Pasta, que expediu a Informação 04/2008, cópia anexa, contendo os esclarecimentos sobre o pleito apresentado, dos quais se depreende que o Projeto de Lei deva ser revogado.

Cabe destacar ainda que a matéria, da forma como apresentada e aprovada pela augusta Assembléia Legislativa e caso fosse assim sancionada, estaria detalhando as responsabilidades, os procedimentos burocráticos e as normas de funcionamento das comissões; termos que deveriam constar de regimento interno e não de Lei Estadual, razão pela qual, novamente, sugere a providência do veto.

Prevenir acidentes é assunto da competência da Direção da Unidade Escolar e para tal tarefa, esta conta com o auxílio das APPs, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil, além do próprio corpo docente, bem como, prevenir violência, em Unidades Escolares, deve ser uma das grandes missões que se cumpre através do trabalho pedagógico-educativo.

Atenciosamente,

Paulo Roberto

Secretário de Estado da Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Educação Básica e Profissional

INFORMAÇÃO Nº 04

Florianópolis, 21 de janeiro de 2008
Referência: Ofício nº 085/SCA-DIAL-GEMAT da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação que trata de autógrafo referente ao Projeto de Lei N. 022/07 que cria Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV, nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina.

Senhor Secretário,

Com relação ao documento em referência informamos que a rede pública estadual de ensino conta com o Núcleo Educação e Prevenção - NEPRE, estruturado na Diretoria de Educação Básica e Profissional da SED, nas Gerências de Educação, e nas unidades escolares.

Tal estrutura tem como funções: estimular a busca de alternativas para atender às demandas escolares que envolvem drogas, sexualidade e tipos de violência; socializar os conhecimentos científicos sobre drogas, sexualidade e tipos de violência na rede estadual de ensino, visando ao desenvolvimento para a cidadania, através da formação ética de liberdade, igualdade, democracia e autonomia; fomentar e articular uma rede de proteção integral às crianças e adolescentes, e instituir a cultura da paz e solidariedade.

No que diz respeito às políticas educacionais voltadas à prevenção, o NEPRE tem demarcado critérios e acumulado embasamento teórico-metodológico sobre os temas Sexualidade, Drogas, Violência, Cidadania, e Diversidade, os quais constam dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Proposta Curricular de Santa Catarina. Atualmente, o Núcleo da SED planeja estruturar suas funções internas e incluir, nas ações desenvolvidas, questões pertinentes aos distúrbios alimentares (anorexia, bulimia, compulsão versus subnutrição, que afetam o rendimento escolar), e dificuldades de aprendizagem.

Os objetivos de assim considerar tais ternas são: oportunizar à comunidade escolar a discussão e construção de estratégias, projetos e programas que contribuam para as demandas sociais e escolares nessas temáticas; garantir aos alunos o acesso às informações e aos conhecimentos científicos sobre as mesmas, oportunizando que deles se apropriem e com eles construam sua identidade e exerçam a cidadania. Assim, toda a ação desenvolvida com vistas à Prevenção pode ser precedida ou culminada com Palestras, Seminários, Fóruns de Debates, pois a educação preventiva exige um trabalho contínuo, metodologicamente apropriado e, por vezes, requer o envolvimento de equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar.

Diante do exposto, esta Diretoria entende que a questão da prevenção de acidentes e de violência está sob a responsabilidade do Núcleo de Educação e Prevenção e, ainda, que as ações atribuídas às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência, objeto do projeto de lei, são parte inerente das funções do referido Núcleo.

A consideração de vossa Excelência.

Antônio Elízio Pazeto

Diretor

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 022/07

Cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV, nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos de ensino do Estado de Santa Catarina autorizados a criar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV.

Art. 2º São atribuições das CIPAV:

I - identificar os riscos na área da escola e elaborar mapa de riscos com a participação do maior número de pais, professores e alunos, com assessoria de técnico, médico e ou engenheiro do trabalho, quando houver;

II - elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e de saúde na escola;

III - participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos diversos locais da escola;

IV - realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de estudo visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a saúde e segurança dos alunos e professores;

V - realizar a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas;

VI - divulgar aos integrantes das CIPAV informações relativas à segurança, saúde e violência nas escolas e comunidade, despertando desta forma o interesse destes sobre os riscos que estão submetidos;

VII - participar das discussões promovidas pelo diretor, para avaliar os impactos de alterações no ambiente e processos relacionados à segurança, saúde e violência dos alunos e funcionários da escola;

VIII - requerer à direção a paralisação dos setores, onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos alunos e funcionários;

IX - participar junto com os integrantes das CIPAV, da análise das causas das doenças, acidentes e violências e propor medidas de solução dos problemas identificados;

X - requisitar à direção das escolas e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos alunos e funcionários;

XI - requisitar às escolas a cópia dos protocolos de notificação emitidos; e

XII - participar anualmente de campanhas de prevenção da AIDS.

Parágrafo único. Cabe à direção do estabelecimento escolar proporcionar aos membros da CIPAV os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.

Art. 3º Da composição:

I - serão membros da CIPAV: um representante da direção da escola, dois professores ou funcionários da escola, três alunos e três pais; e

II - a CIPAV funcionará em sistema de colegiado, elegendo entre os seus membros um coordenador e um secretário.

Parágrafo único. Os representantes dos professores ou funcionários, alunos e pais serão eleitos pelos seus respectivos segmentos.

Art. 4º Do processo eleitoral de escolha dos membros da CIPAV:

I - compete à direção convocar assembléia na escola para eleição da comissão eleitoral, composta de três membros representando cada um o segmento de professores ou funcionários, alunos e pais, que coordenará o processo de escolha dos membros da CIPAV;

II - publicação e divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de trinta dias antes da data da eleição;

III - inscrição e eleição individual, sendo que o período mínimo para inscrição será de quinze dias;

IV - liberdade de inscrição para todos os alunos e pais de alunos da escola, independentemente de idade e locais de trabalho, com fornecimento de comprovante;

V - garantia de escola para todos os inscritos até a eleição;

VI - realização da eleição no prazo mínimo de trinta dias, antes do término do mandato da CIPAV, quando houver;

VII - realização de eleição em dia normal de funcionamento da escola, ou a combinar pela direção geral, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos alunos e pais de alunos;

VIII - voto secreto;

IX - apuração dos votos, em horário normal de funcionamento da escola, com acompanhamento de representante da escola, dos alunos e pais de alunos, em número a ser definido pela comissão eleitoral;

X - facultar a eleição por meios eletrônicos, quando houver;

XI - guarda, pela direção geral, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de cinco dias;

XII - as denúncias sobre o processo eleitoral deverão ser protocolizadas na direção da escola, que deverá remeter às secretarias, até trinta dias após a data da posse dos novos membros da CIPAV;

XIII - em caso de anulação a direção convocará nova eleição no prazo de cinco dias, a contar da data de ciência, garantida as inscrições anteriores;

XIV - quando a anulação se der antes da posse dos membros da CIPAV, ficará assegurada a prorrogação do mandato anterior, quando houver, até a complementação do processo eleitoral;

XV - assumirão a condição de membros titulares e suplentes, os candidatos mais votados;

XVI - em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de estudo na escola; e

XVII - os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração em ordem decrescente de votos, possibilitando nomeação posterior, em caso de vacância de suplentes.

Art. 5º O mandato da CIPAV será de dois anos, podendo seus membros serem reeleitos uma única vez.

Art. 6º Do funcionamento:

I - a CIPAV terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido;

II - as reuniões ordinárias da CIPAV serão realizadas durante o expediente normal das escolas, ou em horário a definir pela comissão, e em local apropriado;

III - as reuniões da CIPAV terão as atas assinadas pelos presentes com encaminhamento de cópias para todos os membros;
 IV - as atas ficarão na direção da escola à disposição de toda fiscalização e uma cópia deverá ser encaminhada às secretarias;
 V - as reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando:

a) houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicações de medidas corretivas de emergência;
 b) ocorrer acidentes, vítimas de violência ou doença grave ou fatal; e

c) houver solicitação expressa de uma das representações;
 VI - as decisões da CIPAV serão preferencialmente por consenso. Não havendo consenso, e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, registrando-se a ocorrência na ata da reunião;

VII - das decisões da CIPAV caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento justificado;

VIII - o pedido de reconsideração será apresentado a CIPAV até a próxima reunião ordinária, quando será analisado, devendo o presidente e o vice-presidente efetivar os encaminhamentos necessários;

IX - o membro titular perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de quatro reuniões ordinárias sem justificativas;

X - a vacância definitiva do cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida à ordem de colocação decrescente registrada na ata de eleição, devendo a CIPAV comunicar à direção escolar e às secretarias as alterações e justificar os motivos; e

XI - no caso de afastamento definitivo do coordenador, os membros titulares indicarão o seu substituto entre os integrantes do colegiado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de janeiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 567

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores e adota outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSO PPGE 155/080

PAR 0021/08

ASSUNTO: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI 192/07 que autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores e adota outras providências.

Sr. Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha a esta casa autógrafo do projeto de lei supra referido, de origem parlamentar, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O Projeto de Lei, embora em forma de autorização, cria O SELO DE QUALIDADE DOS BIOCMBUSTÍVEIS produzidos por pequenos produtores rurais e assim cria atribuições ao Poder Executivo, atribuições a serem desempenhadas por Secretarias de Estado e/ou órgãos estaduais, confrontando com o disposto no inciso VI do parágrafo 2 do artigo 50 da Constituição Catarinense. O Poder Legislativo Estadual não pode validamente dispor sobre matéria reservada à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. O Projeto de Lei padece de inconstitucionalidade formal por invadir competência privativa do chefe do Poder Executivo.

Pelo exposto, recomendo o **VETO** integral deste projeto de lei.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA

PROCURADOR DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 155/080

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei nº 192/07 que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores e adota outras providências".

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0021/08**, às fls 32, da lavra do Procurador do Estado, Taitalo Faoro Coelho de Souza.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2008.

SERGIO LUIZ MAR PINTO

Procurador-Geral do Estado em exercício

Art. 9º, I, da L.C. nº 317, de 30/12/2005

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 192/07

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade do Biocombustível a ser fornecido pelo Estado de Santa Catarina aos pequenos produtores de biocombustíveis.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei considera-se pequeno agricultor todo aquele que produzir até trinta mil litros/dia.

Art. 2º O Selo será fornecido aos agricultores que atendam os seguintes requisitos:

I - capacidade máxima de produção que não exceda a quantia prevista no parágrafo único do art. 1º desta Lei;

II - utilização prioritária de mão-de-obra familiar;

III - produção proveniente de propriedades com cultivos diversificados e policultivos, onde a cultura para o biocombustível não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da área cultivável;

IV - posse de sistemas de produção que respeitem a legislação ambiental, norteados pelos princípios do Protocolo de Kyoto, Microbacias 2 e Agenda 21;

V - produção de biocombustível aprovado pelos órgãos competentes, (ANP); e

VI - modo de produção que respeite os Princípios do Comércio

Justo:

a) não utilização de mão-de-obra escrava e/ou infantil;
 b) contato direto entre produtores e mercado consumidor;
 c) transparência dentro da cadeia produtiva e comercial;
 d) transferência de informações do mercado para os produtores;

e) preço mínimo para o produto;

f) produtores reunidos democraticamente;

g) benefício do comércio atingindo toda comunidade produtora;

h) respeito às leis trabalhistas nacionais e internacionais; e

i) respeito à liberdade de associação e ao direito de negociação coletiva.

Art. 3º O Selo previsto no art. 1º desta Lei terá o formato do desenho constante no Anexo Único desta Lei, descrito da seguinte forma:

I - um quadrado na cor verde, lembrando a natureza, com um contorno na cor dourada lembrando o óleo vegetal;

II - na parte superior do quadrado insere-se uma folha verde representando uma planta. Do lado esquerdo da folha uma gota dourada, parcialmente sobreposta à folha vegetal, referenciando a extração do óleo biocombustível, procedente da natureza;

III - no centro do quadrado, portanto embaixo da folha e da gota, o título que dá nome ao Selo, com o seguinte dizer: SC-Bio; e

IV - na parte inferior do quadrado, portanto abaixo do *slogan* SC-Bio, um *slogan*, auxiliar ao título, com o seguinte dizer: "O combustível do pequeno agricultor".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de janeiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

ANEXO ÚNICO

SC-Bio

O combustível do pequeno agricultor

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 568

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza os Comandantes Militares Estaduais, adequar as escalas de serviços dos subordinados, de forma a permitir que todos possam frequentar os cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir com parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER Nº PAR 0013/08

PROCESSO PPGE Nº 174/084

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei no 475/07 que "autoriza os Comandantes Militares Estaduais, adequar as escalas de serviços aos subordinados, de forma a permitir que todos possam frequentar os cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto autoriza os Comandantes Militares Estaduais, adequar as escalas de serviços aos subordinados, de forma a permitir que todos possam frequentar os cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação.

Este, em síntese, seu principal ponto.

Passo a manifestar-me.

Não obstante o nobre propósito deste projeto, *data uenia*, entendo que este deve ser vetado integralmente por incorrer em vícios insanáveis quanto a aspectos constitucionais tanto em termos de iniciativa do processo legislativo, quanto na tarefa de executar as atividades ali previstas, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

O projeto aprovado pelo Parlamento Catarinense, embora utilize a expressão "autorizar", em verdade está criando um novo direito para o servidor público militar, inserindo-se em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do Senhor Governador do Estado, por disposição constitucional, restando evidente, portanto, a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em virtude da ocorrência deste vício.

O artigo 5º, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para início do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; "

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; "

Veja-se que o projeto consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"Por entender usurpada a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar projeto de lei que disponha sobre servidores públicos, seu regime jurídico e aumento de sua

remuneração (CF, art. 61, § 1º, II, a e c), de observância obrigatória pelos Estados-membros, em face do princípio da simetria, o Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Governador do Estado de Santa Catarina para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar estadual 178/99, de iniciativa parlamentar, que modificou a estrutura organizacional do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública estadual. Precedentes citados: ADI 3.051/MG (DJ de 28-10-2005); ADI 2.705/DF (DJ de 30-10-2003); ADI 2.742/ES (DJ de 25-3-2003); ADI 2.619/RS (DJ de 5-5-2006); ADI 1.124/RN (DJ de 8-4-2005); ADI 2.988/DF (DJ de 26-3-2004); ADI 2.0501RO (DJ de 2-4-2004); ADI 1.353/RN (DJ de 16-5-2003)." (ADI 2.029, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 4-6-07, Informativo 470)"

Ainda:

"O respeito às atribuições resultantes da divisão funcional do Poder constitui pressuposto de legitimação material das resoluções estatais, notadamente das leis. Prevalece, em nosso sistema jurídico, o princípio geral da legitimação concorrente para instauração do processo legislativo. Não se presume, em consequência, a reserva de iniciativa, que deve resultar em face do seu caráter excepcional - de expressa previsão inscrita no próprio texto da Constituição, que define, de modo taxativo, em numerus clausus, as hipóteses em que essa cláusula de privatividade rege a instauração do processo de formação das leis. **O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo legislativo, quando resultante da usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do diploma legislativo assim editado, que não se convalida, juridicamente, nem mesmo com a sanção manifestada pelo Chefe do Poder Executivo. Reserva de administração e separação de poderes. O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo.** Precedentes. Não cabe, ao Poder Legislativo, sob pena de desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação política jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais. Não se revela constitucionalmente lícito, ao Legislativo, decretar a nulidade do procedimento administrativo do concurso público, sob pretexto de infringência, por órgãos do Poder Executivo, de prescrições legais. A norma legal que invalida todo concurso público em que ficar comprovada a transgressão desta Lei, por qualificar-se como inadmissível sentença legislativa, ofende o postulado da separação de poderes. É que, em tal hipótese, dar-se-á indevida substituição, pelo Legislativo, do Poder Judiciário, a cujos órgãos se reservou, constitucionalmente, a função de dirimir conflitos de interesses, sem prejuízo, no entanto, do reconhecimento de que se inclui, na esfera de atribuições da Administração, o poder de (...) anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais (...) (Súmula 473/STF), incumbindo, desse modo, o exercício de tal prerrogativa, ao órgão estatal competente que promove referidos certames seletivos." (ADI 776-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 23-10-92, DJ de 15-12-06)"

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar o veto integral ao autógrafo do projeto de lei nº 475/07 face as inconstitucionalidades arguidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 174/084

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei nº 475/07 que "autoriza os Comandantes Militares Estaduais, adequar as escalas de serviços aos subordinados, de forma a permitir que todos possam frequentar os cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação".

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0013/08**, às fls. 20/23, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2008.

SERGIO LUIZ MAR PINTO

Procurador-Geral do Estado em exercício

Art. 9º, I, da L.C. nº 317, de 30/12/2005
AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 475/07

Autoriza os Comandantes Militares Estaduais, adequar as escalas de serviços dos subordinados, de forma a permitir que todos possam freqüentar os cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam os Comandantes Militares Estaduais, de Batalhões, de Companhias, de Pelotões e de Destacamentos, autorizados a adequar as escalas de serviços dos Militares Estaduais que estão matriculados no ensino médio, superior ou pós-graduação, para permitir que todos possam freqüentar os cursos regularmente.

Art. 2º Os Militares Estaduais que pretendem obter o benefício previsto na presente Lei, necessitam formalizar informação ao seu Comandante imediato, anexando cópia de documento que comprove sua matrícula no curso e os horários de freqüência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de janeiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 003/08

Relatório Anual de Atividades
Organização Educacional
Irmãs Sacramentinas
Tubarão/ 2007
Lido no Expediente
Sessão de 01/02/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 004/08

Relatório Anual de Atividades
Lar da Menina
Tubarão/ dezembro de 2007.
Lido no Expediente
Sessão de 12/02/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 005/08

ASSOCIAÇÃO AMIGOS HOSPITAL NEREU RAMOS
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES-EXERCÍCIO 2007

A Diretoria da Associação Amigos Hospital Nereu Ramos, apresenta o relatório das atividades desenvolvidas durante o exercício de 2007.

1 - ATIVIDADES VOLUNTARIOS-ASSOCIAÇÃO

1.a - Efetuadas reuniões mensais da Diretoria e voluntários, nas seguintes datas: 27.03.07 (Assembléia Geral Extradordinária para mudança do artigo nº 30, em que ficou determinado que, em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio líquido reverterá em benefício da associação sem fins econômicos "Grupo de Apoio e Prevenção da A*IDS", GAPA) - 04.04.06 - 24.04.07 - 29.05.07 - 26.06.07 - 31.07.07 - 28.08.07 - 25.09.07 - 30.10.07 - 27.11.07.

1.b - Cobrança mensalidades pagas voluntários e sua destinação;

1.c - Aprovação ou não, de novos voluntários e seus estágios subsequentes, sob a orientação de um voluntários efetivo. A Associação conta, atualmente, com onze (11) voluntários efetivos e dois de apoio.

1.d - Participação da Associação nos Seminários da Política Nacional de Humanização, em setembro e outubro de 2007, o qual foi organizado pelo Serviço de Humanização do Hospital Nereu Ramos.

1.e - Relação, em anexo, das em bens móveis, feitas pela Associação ao Hospital Nereu Ramos, até o exercício de 2007.

2 - ATIVIDADES VOLUNTARIOS-BENEFICÊNCIA

2.a - Neste exercício de 2007, foram realizados brechós beneficentes nas seguintes datas, autorizadas por Alvará da PMF, 09 e 10.04.07, 04.07.07, 24.10.07, para obtenção de recursos financeiros.

2.b - Colaboração dos voluntários, em diversas tarefas em conjunto com a administração do Hospital Nereu Ramos;

2.c - Doações, em conjunto Serviço Social do HNR, de cestas básicas e ovos aos pacientes com alta e suas famílias;

2.d - Tarefas diversas de captação de recurso, através de pedidos de doações e campanhas junto aos órgãos governamentais, escolas, firmas e empresas.

2.e - Obtenção de Subvenção Social da Assembléia Legislativa do Estado, concedida pela Exma. Sra. Deputada Ana Paula Lima, em parceria com o Serviço de Humanização do Hospital Nereu Ramos, para a instalação de sala de descanso e convivência a ser usada pelos funcionários do Hospital, em seus intervalos de trabalho, em 14.11.07.

3 - ATIVIDADES VOLUNTARIOS-PACIENTES

3.a - Visitação, se possível, diária, com escala de voluntários, aos internados visando confortar, orientar, amparar, prestando solidariedade de todas as formas, de amor ao próximo, aos pacientes e seus familiares;

3.b - Distribuição, quando necessário de material higiênico (Kit's com escova e pasta de dentes, pente, barbeador, sabonete, desodorante e xampu) aos pacientes que não tem condições de suprir suas necessidades básicas de higiene;

3.c - Distribuição de roupas, chinelos, sandálias, absorventes, fraldas, de acordo com a necessidade de cada um;

3.d - Distribuição de material de lazer e terapia ocupacional, tais como, revistas, bordados, linhas para tricôs, crochês, bordados, realização de bingos para distração e alegria dos pacientes, bem como de musica como terapia, administrada, semanalmente nas diversas alas, por voluntária musicista.

3.e - Comemoração mensal dos aniversários dos pacientes internados na DIP I,II,III.

3.f - Comemoração, com distribuição de presentes, nos dias dos Pais e das mães, bem como, na Páscoa;

3.g - Comemoração do Natal, com distribuição de mensagem natalina e panetones e, apresentação da banda da Polícia Militar em todas as alas;

3.h - Lanche festivo de Natal, em conjunto com o Serviço Social, distribuição de salgados, bolos, bombons, refrigerantes, panetones e caixas de chocolate aos recebedores das Cestas Básicas mensais.

Encerrando este relatório, informamos que a Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, é formada, atualmente, por uma equipe de onze voluntários efetivos, e, contando sempre com a colaboração, o empenho e a boa vontade de todos os funcionários deste Hospital no objetivo único de tornar os pacientes mais felizes. Apesar de algumas dificuldades procuramos levar aos internados toda nossa dedicação, carinho, amparo e fraternidade possíveis.

Agradecemos muito a todos nossos colaboradores, que tem atendido aos nossos apelos, das mais diversas formas, em especial ao governo federal, ao Governo Estadual e Municipal, à Assembléia Legislativa do Estado, à Deputada Estadual Sr. Ana Paula Lima, à Fundação Nova Vida, as Lojas Maçônicas, suas Associações e Grêmios, a Empresa Brasileira de Contabilidade S/S Ltda, ao GIOS, à Associação de Voluntárias Edith Schwanke, infelizmente dissolvida, as Voluntárias da Caridade, ao Instituto Voluntários em Ação, ao I Con, ao Projeto Siloé, ao advogado Sergio Franzoni que retificou mais uma vez o nosso Estatuto, de acordo com o novo Código Civil e aos demais que, anonimamente, sempre colaboram com o mais alto grau de fraternidade, objetivando o bem estar de nossos pacientes.

Atenciosamente,

MAURIZOURA SPUDEIT
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 12/02/08

*** X X X ***

Florianópolis (SC), 08 de fevereiro de 2008.

Ofício GLPP nº 003/08
Excelentíssimo Senhor
Deputado Júlio Garcia
Presidente da ALESC
NESTA

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, de ordem, temos a honra de comunicar a Vossa Excelência, que em reunião conjunta com os nossos Deputados na data de hoje, foi indicado, por decisão unânime, o Deputado Silvío Dreveck como novo Líder da Bancada do Partido Progressista nesta Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo votos de estima e consideração,
Atenciosamente,
Rubem César Farah
Coordenador da Bancada do PP

Lido no Expediente
Sessão de 12/02/08

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 003/08

Denomina "Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero" o trecho de acesso ao município de Penha

Art. 1º O trecho de acesso ao município de Penha, do km 106 da BR-101 até o Parque Beto Carrero World, passa a denominar-se "Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ada De Luca

Lido no Expediente
Sessão de 12/02/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei pretende homenagear o empresário catarinense João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero, falecido no último dia 1º, e perpetuar a imagem desse homem que lutou por um sonho e venceu.

O empresário fundou e dirigiu um dos maiores parques temáticos do mundo, o Beto Carrero World, localizado no município de Penha, litoral norte de Santa Catarina. O Parque é motivo de orgulho para o Estado, contendo rico acervo silvestre, exótico e doméstico, com mais de 700 animais de 171 espécies.

Famoso pelas apresentações com seu laço e cavalo, Beto Carrero sempre divulgou o potencial turístico de Santa Catarina e ofereceu alegria e diversão para brasileiros de todas as idades.

Ao adotar Santa Catarina como sua terra, e certificando o maior Parque temático de entretenimento, lazer e cultura da América Latina, Beto Carrero foi um dos maiores divulgadores do nosso Estado, gerou milhares de empregos, elevando a renda de boa parcela da gente catarinense, e transformou crianças pobres em cidadãos de primeira categoria ao formar grandes artistas internacionais.

O Instituto Beto Carrero desenvolve programas sociais que elevam o nível de vida de muitas famílias catarinenses, e a marca Beto Carrero associa-se a este Estado diferenciado e de excelência, graças à visão inovadora de um empresário valoroso e empreendedor de destaque nacional.

Milhares de pessoas de todas as idades e categorias sociais compareceram chorando aos funerais de João Batista Sérgio Murad, nosso querido e eternamente lembrando Beto Carrero. Foi uma demonstração de afeto, carinho e sobretudo reconhecimento ao muito que Beto Carrero fez por elas e por milhares de outros catarinenses e brasileiros que continuarão a desfrutar as alegrias e os prazeres que sua obra, na cidade de Penha, haverá de proporcionar para muitas gerações.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 004/08

Proíbe a colocação de piercings e a realização de dermopigmentação (tatuagens) em pessoas menores de 16 anos e em maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

Art. 1º - Fica proibida a colocação de piercings e a realização de dermopigmentação (tatuagens) em pessoas menores de 16 anos.

Parágrafo único - Somente serão realizadas colocação de piercings e realização de dermopigmentação (tatuagem) em pessoas menores de 16 anos com autorização judicial.

Art. 2º - Fica proibida a colocação de piercings e a realização de dermopigmentação (tatuagens) em pessoas maiores de 16 anos e menores de 18 anos, exceto se houver presença e autorização dos pais, junto ao profissional que executará os procedimentos referidos, mediante documento escrito e com assinatura reconhecida em cartório.

Art. 3º - Pelo descumprimento desta lei, os responsáveis pelos estabelecimentos que têm por objeto a prestação dos serviços acima citados, serão multados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por procedimento em cada pessoa menor de 16 anos, e maior de 16 anos e menor de 18 anos de idade.

Parágrafo único - A multa será aplicada pela vigilância Sanitária do município onde ocorreu a infração, revertendo a mesma para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Atr. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputada Ada de Luca

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei fundamenta-se em:

1 - O art. 196 da Constituição Federal e o art. 153 da Carta Estadual consideram a saúde como direito de todos e dever do Estado;

2 - O Código de Defesa do Consumidor estabelece que um dos direitos básicos do consumidor é a proteção à saúde e segurança contra riscos do fornecimento de serviços e produtos (art. 6º, I da Lei 8078/90);

3 - À criança e ao adolescente deve ser prestado atendimento prioritário a sua saúde, educação e dignidade, dentre outros direitos previstos no art. 227 da Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente;

4 - Colocação de piercing a realização de dermopigmentação (tatuagens) são equiparadas a um pequeno procedimento cirúrgico, sendo agente transmissível de diversas doenças, podendo causar danos a um número indeterminado de pessoas, possuindo, no Estado de Santa Catarina, apenas regulamentação administrativa;

5 - O caráter permanente deste "desenhos" e a ausência de capacidade ou formação intelectual destes adolescentes para entender os eventuais danos que esses venham a lhes causar no presente e no futuro;

6 - Finalmente, que o direito a saúde e a proteção à criança e adolescente e ao consumidor são direitos difusos por sua própria natureza.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 005/08

Dispõe sobre a contratação de medidores de velocidade do tipo fixo para as rodovias estaduais.

Art. 1º É facultada ao Poder Executivo a contratação de medidores de velocidade do tipo fixo para as rodovias estaduais, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º A instalação dos medidores de velocidade fixos deverá ser realizada após estudos que comprovem a necessidade de fiscalização de velocidade nos locais adequados para a sua instalação, visando à redução do índice de vítimas de acidentes de trânsito no Estado.

§ 1º Os estudos para determinar a localização, instalação, sinalização e operação dos medidores de velocidade serão elaborados pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura do Estado de Santa Catarina, nos termos preconizados pelo art. 22, inciso IX, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a participação da Comissão de Segurança Rodoviária.

§ 2º A instalação dos medidores de velocidade de que trata esta Lei deverá estar associada às estatísticas de acidentes de trânsito e ao grau de periculosidade do local.

§ 3º Fica criada a Comissão de Segurança Rodoviária, composta por, no mínimo, um integrante do Departamento Estadual de Infra-Estrutura, um integrante da Polícia Militar e um representante do Fórum para a Preservação da Vida no Trânsito, visando à participação nos estudos previstos no *caput*.

§ 4º As medidas a serem adotadas após a conclusão do estudo previsto no *caput* deverão ser divulgadas no *site* do Departamento Estadual de Infra-Estrutura.

Art. 3º É vedado adotar como base de cálculo para o pagamento do objeto do contrato de que trata esta Lei percentual vinculado à receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.

Art. 4º A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito decorrentes da aplicação desta Lei será exclusivamente aplicada conforme disciplina o art. 320 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 5º Os medidores de velocidade somente poderão ser ativados nas rodovias onde o Departamento Estadual de Infra-Estrutura tenha realizado a revisão e a atualização da regulamentação do limite de velocidade, bem como a sinalização decorrente dessa atualização.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 12.142, de 5 de abril de 2002.

Sala das Sessões,
Deputado Elizeu Mattos
Deputada Ada de Luca
Deputado Renato Hinnig
Deputado Sérgio Grandó
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Herneus de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

JUSTIFICATIVA

Saudando respeitosamente Vossas Excelências, submeto à apreciação deste Parlamento projeto de lei que "Dispõe sobre a contratação de instrumento ou equipamento do tipo fixo para a medição de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais" para análise e aprovação pelos motivos abaixo especificados:

1. No ano de 2002, esta Casa Legislativa, por proposição parlamentar, aprovou e promulgou a Lei nº 12.142, de 5 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais", culminando com a retirada, a partir do 2º semestre daquele ano, dos equipamentos controladores fixos de velocidade nas rodovias do Estado de Santa Catarina, vulgo PARDAIS.

2. A referida Lei, contempla em seu art. 2º que "Fica assegurado ao Estado de Santa Catarina a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização, aqueles que possuem avisos sonoros ou luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução 801/95, do CONTRAN".

3. Ocorre que a Resolução nº 801/95 do Contran, que dispõe sobre a normatização dos requisitos técnicos necessários a uma Barreira Eletrônica, foi revogada pela Resolução nº 141/2002/CONTRAN.

4. Já a Resolução nº 141/2002/CONTRAN, foi revogada pela Resolução nº 146/2003/CONTRAN que, por sua vez, teve algumas alterações introduzidas pela Resolução nº 214/2006/CONTRAN.

5. A Resolução nº 146/2003/CONTRAN (em vigor), "Dispõe sobre os requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores" e não se reporta à condição de possuírem avisos sonoros ou luminosos, mas adota critérios quanto à mobilidade dos equipamentos, a saber: FIXO, ESTÁTICO, MOVEL e PORTÁTIL.

6. Além disso, o § 2º do art. 3º da mesma Resolução 146/2003/CONTRAN (com a nova redação da Resolução 214/2006/CONTRAN), determina a realização de estudos técnicos prévios para a instalação de medidores de velocidade, disponibilizando-os ao público, às JARIs e entidades de trânsito, evitando-se a famigerada "fábrica de multas".

7. Constatamos, claramente, a necessidade deste Parlamento adequar a legislação estadual aos dispositivos normativos descritos, em vigor no nosso País, e que regulam a matéria em todas as rodovias, quer sejam federais, estaduais ou municipais, pois não é crível que somente nas rodovias estaduais do Estado de Santa Catarina haja proibição da instalação de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade fixos.

8. A frota de veículos registrada em nosso Estado, segundo dados do Detran/SC, cresce a uma proporção média anual de 8,3%, passando de 866.969 veículos no ano de 1994 para **2.708.144 veículos em 2007**, isto sem contarmos a expressiva frota de veículos de outros estados e países que circulam nas rodovias estaduais catarinenses.

9. Há também um aumento considerável das malha rodoviária estadual catarinense, vez que o Governo do Estado tem efetuado vultosos investimentos na área de infra-estrutura, perfazendo atualmente uma total de 3.689 km de rodovias estaduais pavimentadas e que são fiscalizadas por intermédio do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.

10. As estatísticas de trânsito nas rodovias estaduais não deixam margem a dúvidas e impõem a necessidade não só de reflexão, mas de ação concreta por parte dos representantes do povo. Os radares fixos permaneceram ativados nas rodovias estaduais no período de 1995 a 2002 (1º semestre), sendo que após a retirada desses equipamentos a Polícia Militar Rodoviária identificou a seguinte situação:

- **ACIDENTES SEM VÍTIMAS:** média de **3.164/ano** (período com radar fixo - 1995 a 2002), passando para a média de **4.867/ano** (período sem radar fixo - 2003 a 2007), representando um aumento médio anual de **53,82%**.
- **ACIDENTES COM VÍTIMAS:** média de **1.813/ano** (período com radar fixo - 1995 a 2002), passando para a média de **4.036/ano** (período sem radar fixo - 2003 a 2007), representando um aumento médio anual de **122,61%**.
- **NÚMERO DE FERIDOS:** média de **2.834/ano** (período com radar fixo - 1995 a 2002), passando para a média de **5.849/ano** (período sem radar fixo - 2003 a 2007), representando um aumento médio anual de **106,42%**.
- **NÚMERO DE MORTOS:** média de **198/ano** (período com radar fixo - 1995 a 2002), passando para a média de **302/ano** (período sem radar fixo - 2003 a 2007), representando um aumento médio anual de **52,82%**.
- **CUSTOS DOS ACIDENTES:** média de R\$ **71.553.000,00/ano** (período com radar fixo - 1995 a 2002), passando para a média de R\$ **127.995.000,00/ano** (período sem radar fixo - 2003 a 2007), representando um aumento médio anual de **78,88%**.

Ainda sobre os dados estatísticos apresentados, a situação não se tornou mais grave no período sem radar fixo - 2003 a 2007, graças à ação desencadeada pelo atual Comando do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, que a partir de 14 de junho de 2006 intensificou a fiscalização da velocidade através dos radares portáteis conseguindo, no período de 2006 para 2007, uma redução do número de vítimas fatais de 20,23%, representando 70 vítimas fatais a menos em relação ao período anterior, dado que comprova a eficiência e a eficácia da operação criteriosa dos equipamentos medidores de velocidade.

11. O aumento da violência no trânsito após a retirada dos radares fixos, além dos irreparáveis e incomensuráveis prejuízos humanos, impõe à nossa sociedade, elevados custos econômicos (calculados com base em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea), representando, somente nas rodovias estaduais, custos médios anuais estimados no montante de R\$ 127.995.000,00

Velocidade da Via	Limite para não ser autuado	Multa de R\$ 85,13	Multa de R\$ 127,69	Multa de R\$ 574,61
40	até 47 Km/h	48 a 55 Km/h	56 a 67 Km/h	68 Km/h em diante
50	até 57 Km/h	58 a 67Km/h	68 a 82Km/h	83 Km/h em diante
60	até 67 Km/h	68 a 79Km/h	80 a 97Km/h	98 Km/h em diante
70	até 77 Km/h	78 a 91Km/h	92 a 113Km/h	114 Km/h em diante
80	até 87 Km/h	88 a 103Km/h	104 a 129Km/h	130 Km/h em diante
90	até 97 Km/h	98 a 116Km/h	117 a 144Km/h	145 Km/h em diante
100	até 107 Km/h	108 a 128Km/h	129 a 160Km/h	160 Km/h em diante
110	até 118 Km/h	119 a 141Km/h	142 a 176Km/h	177 Km/h em diante

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 001/08

REQUERIMENTO RQS/0022.7/2008

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, **REQUEREM** a constituição de Fórum Permanente, objetivando debater o estado de conservação, recuperação, sinalização, fiscalização e sistema de segurança das rodovias federais e estaduais de Santa Catarina, em razão do elevado número de acidentes e mortes ocorridos nos últimos meses, bem como debater a aplicação de

(cento e vinte e sete milhões e novecentos e noventa e cinco mil reais).

12. Este projeto de lei foi concebido para possibilitar ao Estado a utilização desses modernos equipamentos, objetivando única e exclusivamente o combate ao abuso da velocidade em rodovias estaduais, especialmente nos pontos críticos, onde há maior incidência de mortos e feridos, visando a preservação de vidas humanas e corrigindo possíveis distorções verificadas no passado, a fim de evitar o uso indevido desses instrumentos, contemplando em seu texto legal os aspectos que destaco abaixo:

- adequação da legislação estadual em consonância com a legislação federal atinente à matéria, permitindo que sempre acompanhe a evolução legislativa da União;
- somente permite a instalação de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade fixos após a realização de estudo que comprove a necessidade desse tipo de fiscalização e defina os locais adequados para sua instalação, visando à redução do índice de vítimas de acidentes de trânsito nas rodovias a serem fiscalizadas;
- cria a Comissão de Segurança Rodoviária, composta por técnicos do Estado e representante da sociedade por intermédio do Fórum para a Preservação da Vida no Trânsito, objetivando a participação no estudo técnico, evitando distorções e utilização inadequada dos equipamentos, que sempre deverão estar associados às estatísticas de acidentes de trânsito e ao grau de periculosidade do local, visando à redução do índice de vítimas;
- obriga o Deinfra a disponibilizar ao público as medidas a serem adotadas após a conclusão do estudo;
- proíbe a utilização percentual vinculado à receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito para pagamento da empresa contratada;
- exige licitação pública para a contratação da prestação dos serviços ou aquisição de equipamentos;
- reforça a obrigação da utilização da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, conforme disciplina o artigo 320e da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1977, Código de Trânsito Brasileiro; e
- determina ao Deinfra a revisão e atualização da regulamentação do limite de velocidade, incluindo as medidas de sinalização nas rodovias estaduais para somente após essas providências, para poder instalar e ativar os instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade.

Saliento, ainda, que no presente caso não há que se falar em inconstitucionalidade, haja vista que o mesmo tema já foi objeto da precitada Lei Promulgada nº 12.142/02, que ora se pretende revogar, e alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.665-8 que pro sua vez restou julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo declarada, por consequência, a constitucionalidade daquele diploma legal.

Por fim, solicito a Vossas Excelências a análise e aprovação do projeto de lei em anexo, a fim de que esta Casa Legislativa, proporcione as condições legais para que o Estado de Santa Catarina possa combater com eficiência, eficácia e efetividade, o aumento da violência no trânsito em nossas rodovias, minimizando a grande quantidade de acidentes e suas indesejáveis consequências, reduzindo seu elevado custo social, diminuindo a verdadeira legião de feridos, muitos com seqüelas permanentes e, principalmente, preservando a vida humana nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

investimentos no setor rodoviário federal e estadual para os anos de 2008, 2009 e 2010.

Apesar de ter somente 3,3% da população brasileira, Santa Catarina ocupou em 2007 o segundo lugar no *ranking* de acidentes nas rodovias federais e começa também em segundo lugar no ano de 2008.

Sala das Sessões, em

Deputado Marcos Vieira

Deputado Jorginho Mello

Deputado Serafim Venzon

Deputado Herneus de Nadal

Deputado José Natal Pereira

APROVADO EM SESSÃO de 12/02/08

*** X X X ***